# Edición universitaria en América Latina debates, retos, experiencias









Libro EULAC.indb 1 18/10/2011 11:18:30 a.m.

Libro EULAC.indb 2 18/10/2011 11:18:30 a.m.

# Edición universitaria en América Latina debates, retos, experiencias

João Carlos Canossa-Mendes Juan Felipe Córdoba Restrepo —*Editores*—

Libro EULAC.indb 3 18/10/2011 11:18:30 a.m.









- © EULAC, ABEU, ASEUC, ALTEXTO
- © Editorial Universidad del Rosario
- © Carolina Botero, João Carlos Canossa-Mendes, José Castilho Marques Neto, Alberto Cerda, Juan Felipe Córdoba Restrepo, Jorge Iván Franco Giraldo, Hilda Elena Hernández Carmona, María José Molano Valencia, Nicolás Morales Thomas, Frances Pinter, Flávia Rosa, Leilah Santiago Bufrem, Ingrith Torres Torres, Miguel Ángel Tréspidi, José Luis Volpogni

Comité Editorial: João Carlos Canossa-Mendes, Juan Felipe Córdoba Restrepo, Nicolás Morales Thomas, Hilda Helena Hernández Carmona, Flávia Rosa

ISBN: 978-958-99123-2-4

Licencia creative commons







Primera edición, agosto de 2011

Corrección de estilo español: Gustavo Patiño Díaz Corrección de estilo portugués: Irene Ernest Dias

Armada electrónica: Margoth C. de Olivos

Diseño de cubierta: Kilka Diseño Gráfico

Impresión: Javegraf

Impreso y hecho en Colombia.

Fecha recibido: 02 de marzo de 2011 / fecha aprobado: 31 de mayo de 2011

Edición universitaria en Iberoamérica: contenidos, presupuestos, experiencias. -- Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2011.

180 p.

ISBN: 978-958-99123-2-4

EDITORIALES UNIVERSITARIAS / PUBLICACIONES ACADÉMICAS / PUBLICACIONES UNIVERSITARIAS / DERECHOS DE AUTOR / LEGISLACIÓN EDITORIAL / Título.

070.5 SCDD 20

Libro EULAC.indb 4 18/10/2011 11:18:32 a.m.

# Contenido

Introdução	
O desafio de reunir a riqueza	7
João Carlos Canossa-Mendes	
Parte I	
Tendencias editoriales	
Leitura e formação do leitor	17
Open Content and Commercial Publishing?	29
Ciencia para el continente. Producción científica en América Latina: circulación, visibilidad y conocimiento	38
Creative Commons en América Latina: una perspectiva comparada	52
Dilemas globales en la formación de las editoriales universitarias	73
Os livros e a memória: acesso livre e repositórios institucionais	87

Libro EULAC.indb 5 18/10/2011 11:18:32 a.m.

Piedra, papel y bytes. Los desafíos de la edición universitaria	101
Hilda Elena Hernández Carmona	
Parte II	
Edición Universitaria en América Latina	
El caso argentino	
Edición universitaria por Miguel Ángel Tréspidi	111
Una actualización necesaria por José Luis Volpogni	129
Edição universitária no Brasil	132
Algunos apuntes sobre el debate colombiano relativo a la calidad de la edición universitaria	150
La edición universitaria en México Hilda Elena Hernández Carmona	158
Comentarios finales	
Pertinencia y calidad: retos para la socialización del	
conocimiento desde las editoriales universitarias	175

Libro EULAC.indb 6 18/10/2011 11:18:32 a.m.

### Introdução

### O desafio de reunir a riqueza

João Carlos Canossa-Mendes\*

Os leitores poderão estranhar um tanto o título dado a esta introdução. Contudo, hão de compreender que não é tarefa simples sistematizar em algumas poucas páginas o tanto de valor que está reunido no presente livro.

Não nos deteremos neste breve intróito em antecipar prévias dos capítulos e autores adiante: os ricos olhares e percepções em temas e experiências cuidadosamente elencados falarão por si. Nosso esforço será o de deitar algumas luzes para favorecer o entendimento do labor editorial universitário —com especial enfoque nos contextos América Latina—, cuja principal missão é dar corpo material ao conhecimento que se produz nas instituições de ensino e pesquisa de nosso mundo. Mundo este, convenhamos, cada vez mais ávido por saber, saber em quantidade e qualidade, na busca por uma vida de iguais proporções.

<sup>\*</sup> Jornalista, com aperfeiçoamentos em Comunicação e Saúde pela Ensp/Fiocruz (Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz), Book Publishing: formação executiva na indústria do livro pela FGV/RJ (Fundação Getulio Vargas) e posgrado en Edicción Global em Español pela Universidad Pompeu Fabra, Barcelona. Mestrando em Saúde Pública pela Ensp/Fiocruz. Editor executivo da Editora Fiocruz. Vicepresidente da Abeu (Associação Brasileira das Editoras Universitárias) e vicepresidente para a Região do Atlântico da Eulac (Associação das Editoras Universitárias da América Latina e Caribe). Atual presidente da abeu.

Tal intuito, mais do que se valer de nossas próprias palavras, permitirá que contemos com aliados: alguns dos tantos que têm se (e nos) permitido pensar para além de nossas evidências e cotidianos para nos tirar dos muros da obviedade. E o melhor: fazem isso valendo-se do registro escrito, no mais das vezes por meio dos livros.

Iniciemos por Boaventura Santos, que nos ensina:

A ciência moderna legou-nos um conhecimento funcional do mundo que alargou extraordinariamente as nossas perspectivas de sobrevivência. Hoje não se trata tanto de sobreviver como de saber viver. Para isso é necessária uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos. A incerteza do conhecimento, que a ciência moderna sempre viu como limitação técnica destinada a sucessivas superações, transforma-se na chave do entendimento de um mundo que mais do que controlado tem de ser contemplado. (Santos, 2010: 85)

Longe de querer afirmar que são as editoras e seus livros os únicos responsáveis por fazer circular e perpetuar o conhecimento, o que se almeja é fixar olhos em horizontes menos nublados e compreender que o livro segue sendo uma poderosa ferramenta nessa direção. Ademais, reconhecer que outros suportes de propagação do conhecimento têm se somado no globo só reforça o que no livro está historicamente dado, materialmente posto e simbolicamente constituído.

Só se existisse uma e apenas uma fonte para os diversos tipos de conhecimento e várias para o pseudoconhecimento seria adequado decretar que a proveniência é crucial. Ocorre, porém, que o material ideacional que origina o conhecimento pode provir de variadas fontes. Como mostra a história da ciência, mesmo o que pouco ou nada encerra de cognitivo pode inspirar a formação de uma crença verdadeira justificada. O fundamental é que "o material original" seja (re)processado de modo a adquirir forma e conteúdo

Libro EULAC.indb 8 18/10/2011 11:18:32 a.m.

que permitam submetê-lo a indispensáveis crivos críticos. (Oliva, 2011: 24-25)

Sim, somos profissionais apaixonados por nossa faina – não nos lembramos dos que não o sejam. Entre tanto, ainda que 'desromantizemos' o dar concretude ao livro, não poderemos jamais deixar de observar seu poder transformador. Poder esse que não se detém intrinsecamente, quando observadas as potencialidades de (trans) formação e as possibilidades de (re)criação que o livro escancara. Poucas paixões ou atividades humanas têm tamanho poder.

Pegar um livro e abri-lo contém a possibilidade do fato estético. Que são as palavras impressas em um livro? Que significam esses símbolos mortos? Nada, absolutamente. Que é um livro, se não o abrimos? É, simplesmente, um cubo de papel e couro, com folhas. Mas, se o lemos, acontece uma coisa rara: creio que ele muda a cada instante. (Borges, 2008: 36)

É justamente o fazer editorial universitário na América Latina que nos motiva a reunir pessoas, suas 'contemplações' e experiências, para possibilitar, mais que um amplo painel, um olhar diferenciado, qualificado, interessado nas mudanças de nossa contemporaneidade e nas formas de abordá-la, observá-la, compreendê-la e, ao assim proceder, superar desafios e ousar na proposição de trilhas possíveis, novos cenários.

Há uma simetria absoluta entre o que o livro é enquanto está sendo produzido e aquilo que é quando está sendo recebido –reunido–, e é essa simetria que dá aos livros sua beleza especial. Se a vida de um estudioso é um chamado, uma vocação, ela é análoga ao chamado que um livro nos faz para lê-lo e julgá-lo. Um livro não é um amontoado de coisas, e nunca o será. O livro emerge do silêncio, não da cacofonia. O livro representa o sinal mais alto possível na escala de ruídos de qualquer meio de comunicação. (Waters, 2006: 86)

Libro EULAC.indb 9

18/10/2011 11:18:32 a.m.

Não duvidamos de nosso lugar no mundo, nosso lugar de fala ou pertencimento, tampouco de nossa responsabilidade, e se reptos se entrepõem, há que crer nos benefícios que o fazer editorial (acadêmico, universitário, no nosso caso) tem ao longo do tempo trazido para nossas populações e leitores.

Nessas condições, é importante, em seguida, para a reflexão prática, o que comanda os pontos de vista, o que comanda as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas que escolhemos, os objetos pelos quais nos interessamos etc. é a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que são, para empregar ainda a metáfora "einsteiniana", os princípios do campo. É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição. Isso significa que só compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou faz um agente engajado num campo (um economista, um escritor, um artista, etc.) se estamos em condições de nos referirmos à posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos "de onde ele fala" [...]. (Bourdieu, 2004: 23-24)

Porquanto a modernidade nos encare diretamente nos olhos e nos provoque permanentemente a necessidade de novas e melhores respostas, mais que sempre nosso trabalho é necessário. Assim, cremos, compreender o vasto universo do livro, suas trajetórias pelos caminhos da história até o presente, é tarefa inadiável. Este livro quer minimamente contribuir nesse sentido.

Agora o papel-chave dos editores está ficando mais claro [...]. Mas a evolução do editor como figura distinta, em contraste com o mestre livreiro e o gráfico, ainda carece de estudos sistemáticos. Os historiadores mal começaram a explorar os documentos dos editores, embora sejam as fontes mais ricas de todas para a história do livro. (Darnton, 2010: 209)

Libro EULAC.indb 10 18/10/2011 11:18:32 a.m.

Estamos certamente preocupados com nossas agendas diárias, das quais emergem antigas e novas pautas complexas – dentre as quais, como um *boom* exemplo, o quantitativismo academicista. Não bastasse, também nos (pre)ocupa o dia de amanhã, que não nos faltem materiais e condições, até para que obras outras nasçam e possam vir a ser no mundo. Temos que dar respostas e resultados, alhures e algures, a nossos autores, leitores e instituições, sem dúvida! Não obstante, nada nos distinguiria das demais indústrias do 'reino' capitalista se em nossos cotidianos não figurasse a vigilância constante por corporalizar o que permitirá (melhor, provocará) distintos pensares e instrumentalizará arejados agires.

Reconhecimento da distinção que se afirma no esforço para se apropriar dela, nem que fosse sob a aparência ilusória do blefe ou do símile, e para se distanciar em relação aos que estão desprovidos dela, a pretensão inspira a aquisição, por si banalizante, das propriedades até então mais distintivas, além de contribuir, por conseguinte, para apoiar continuamente a tensão do mercado dos bens simbólicos, obrigando os detentores das propriedades distintivas, ameaçadas de divulgação e vulgarização, a procurar indefinidamente a afirmação de sua raridade nas novas propriedades. (Bourdieu, 2011: 225)

Um mundo em rede se abriu à nossa frente, não a nossos pés. Evidentemente, novos reptos nos foram postos, mas múltiplas possibilidades os acompanharam. A hora é de repensar o negócio do livro, em particular o universitário, as variadas formas que ele pode agora agregar, não necessariamente deixando o papel, sem todavia ignorar inovados suportes e materializações.

Abre-se aqui um caminho para esclarecer a situação contemporânea. O que produz de fato a revolução do texto eletrônico, senão um passo suplementar no processo de desmaterialização, de descorporalização da obra, que se torna muito difícil de estancar? Todos os processos modernos sobre a propriedade literária, em particular, em torno da noção de imitação, de plágio, de emprés-

Libro EULAC indb 11 18/10/2011 11:18:32 a.m.

timo, já estão ligados a esta dupla questão: a dos critérios que caracterizam a obra independentemente de suas diferentes materializações e a de sua identidade específica. (Chartier, 1999: 67)

Isso certamente não nos adicionará aos catálogos das criaturas em vias de extinção; nem aos editores, nem às obras que ainda carecem de surgir, para serem lidas, degustadas, incorporadas. O convite é à criatividade e ao aproveitamento do que outrora se sonhou como ficção e agora simplesmente se fez disponível e está na ordem do dia.

Resumidamente, não se trata mais de especularmos se haverá o desaparecimento do livro impresso ou a extinção do editor. Num mundo do conhecimento e da informação, permeado pela convivência nem sempre amigável entre o texto impresso e o virtual, o problema que se coloca é **como avaliar e gerenciar conteúdos**. (Marques Neto, 2005: 588) (grifos do autor, que nos permitimos endossar)

A imobilidade não nos auxiliará, tampouco nossos reflexos poderão se ater a maniqueísmos, sob pena de ficarmos de fora da compreensão de novos fenômenos, que tampouco estão interessados em que a eles nos acostumemos para girar nossos eixos, fazer andar nossos bólidos. O tempo não se deteve, sequer para o mundo editorial, e isso pode ser francamente muito bom.

Los individuos pueden elegir entre ingresar al mundo impreso o al electrónico, al mundo de los juegos electrónicos, etcétera. Tienen todas estas opciones. No es un ejemplo clásico de lo que la publicación electrónica es, pero sí un componente de ésta. Mientras vivamos en un mundo dual donde existe lo impreso y lo electrónico, consideraré a este tipo de lugares como el paraíso para mí.

(Harroff, 2010: 73)

Pelo menos a médio prazo e guardadas todas as devidas (e justas) proporções, não nos parece significar o apocalipse; senão um recomeço, o aprimoramento de algo que está maravilhosamente consagrado desde Johannes Gutenberg. Adaptar-se e inovar – prin-

12

cipalmente as reflexões que embasam nossas tomadas de decisão e ação – se configuram como única e quiçá alvissareira alternativa.

Das duas, uma: ou o livro permanecerá o suporte da leitura, ou existirá alguma coisa similar ao que o livro nunca deixou de ser, mesmo antes da invenção da tipografia. As variações em torno do objeto livro não modificaram sua função, nem sua sintaxe, em mais de quinhentos anos. O livro é como a colher, o martelo, a roda ou a tesoura. Uma vez inventados, não podem ser aprimorados. Você não pode fazer uma colher melhor que uma colher. (Carrière & Eco, 2010: 16-17)

Finalmente, a despeito de nossas preferências, daquilo que nos toca o lúdico ou nos sopra a alma, estão nossos clássicos, nossas fontes, nossas memórias, inclusive ou principalmente as afetivas. O tempo há de se encarregar de fazer amarelar ou desvanecer coisas, muitas coisas. Paradoxo dos paradoxos, os que se sucederam às gerações anteriores não esquecem, tampouco perdoam, os livros queimados nas fogueiras da tirania. E não são raros os que gostariam de correr mãos e olhos pelas estantes de Alexandria.

Fala-se do desaparecimento, ou da extinção do livro. Creio que isto é impossível. Dir-se-á: que diferença pode haver entre um livro e um jornal ou um disco? A diferença é que um jornal é lido para ser esquecido; um disco é ouvido, igualmente, para ser esquecido – é algo mecânico e, portanto, frívolo. O livro é lido para eternizar a memória. (Borges, 2008: 35)

### Referências

- Borges, J. L. O livro. São Paulo: Edusp, 2008 (edição comemorativa aos vinte anos da Edusp).
- Bourdieu, P. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- Bourdieu, P. A distinção: crítica social do julgamento. 2. ed. rev. Porto Alegre: Zouk, 2011.

Libro EULAC.indb 13 18/10/2011 11:18:33 a.m.

- Carrière, J.-C. & Eco, U. Não contem com o fim do livro. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- Chartier, R. A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- Darnton, R. A questão dos livros: passado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Harroff, W. Libros electrónicos: las mutaciones del libro. *In*: KARP, S. (Coord.). La transformación impostergable: editores, livros y derechos digitales. Guadalajara: FIL/Red Nacional Altexto/UNE, 2010. (Memória del III Foro Internacional de Edición Universitaria, 2008).
- Marques Neto, J. C. O que fazer com os conteúdos? O livro do século XXI na avaliação acadêmica. Interface, Botucatu, v. 9, n. 18, dez. 2005.
- Oliva, A. Teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- Santos, B. de S. Um discurso sobre as ciências. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- Waters, L. Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

Libro EULAC.indb 14 18/10/2011 11:18:33 a.m.

# Parte I Tendencias editoriales

Libro EULAC.indb 15 18/10/2011 11:18:33 a.m.

Libro EULAC.indb 16 18/10/2011 11:18:33 a.m.

## Leitura e formação do leitor

José Castilho Marques Neto\*

... o maior incentivo à leitura será sempre a redução das desigualdades sociais, mas sabemos que a divulgação do livro e da leitura exige também fomento específico.<sup>1</sup>

O mundo contemporâneo traz cada vez mais à tona a necessidade do gozo da cidadania plena como item inegociável para a convivência em uma sociedade minimante humana. Os direitos humanos estenderam-se de sua concepção provinda da era moderna, dos valores da revolução francesa, para um conjunto de direitos que procuram socializar o que há de melhor produzido pela humanidade e sua ânsia constante em viver em paz e harmonicamente, embora persistam os contragolpes dos interesses mais diversos que há séculos criam obstáculos a essa aspiração humanitária.

Não ter direitos de cidadania é ver-se privado de sua condição humana, é sentir-se excluído da polis e do convívio social. A exclusão do cidadão pela incapacidade de ser um leitor pleno das tan-

17

<sup>\*</sup> Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP, é Professor na Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Araraquara, Presidente da Fundação Editora da UNESP (www.editoraunesp.com.br) e Secretário Executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL - criado pelos Ministérios da Cultura e o da Educação do Brasil (www.pnll. gov.br).

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Luís Inácio Lula da Silva, então Presidente da República Federativa do Brasil em discurso à Academia Brasileira de Letras, 28 de outubro de 2008.

tas culturas escritas dos nossos países e do mundo, talvez seja a mais cruel (e eficiente) das exclusões no universo cultural e educacional num contexto contemporâneo que se define como a era da informação e do conhecimento. Negar ou não promover o direito à leitura é a prorrogação indeterminada de um estado de coisas em que persiste uma sociedade formada por seres subalternos a outros que dominam a leitura e a escritura, ditando as regras do mundo e das sociedades.

Implantar um projeto público de livro e leitura para um país, formar leitores, é sempre, e acima de tudo, um exercício essencialmente político, ou seja, a ação política e seus atores estão presentes desde sua concepção até os seus desdobramentos mais longínquos. Portanto, tomar iniciativas de políticas públicas para a leitura, concebê-las de acordo com determinados conceitos, organizá-las democrática ou autoritariamente, aplicá-las de determinada forma, são decisões cuja origem e permanência são políticas.

Essa questão, aparentemente óbvia, muitas vezes é ocultada, dissimulada, negada, como se o ato de promoção da cultura letrada em escala social que atenda as necessidades de um país ou região pudesse escapar dessa conjunção ordenada pelo poder e pelos recursos aplicados pelos governos. Compreendo a função do Estado em relação à cultura como a de um agente incentivador e co-provedor das condições adequadas à sustentabilidade das manifestações artísticas e culturais, com a colaboração das organizações sociais e da iniciativa privada: o Estado não faz a cultura, quem a faz é a sociedade, é a população em seus variados segmentos e manifestações artísticas e literárias, expressando a diversidade e a riqueza de nossas culturas de raiz e multidimensionais.

Essa dimensão que envolve fortemente as universidades e suas editoras universitárias, divulgadoras e formadoras por origem e finalidade institucional, encontra na atual conjuntura ibero-americana apoio em diretrizes de vários governos da região. Essa é, por exemplo, uma diretriz política do governo brasileiro e é a matriz da arquitetura democrática e co-gestionária que criou o atual Plano Nacional do Livro e Leitura (www.pnll.gov.br).

18

No Brasil contemporâneo, numa rara articulação entre Estado e Sociedade, consolidou-se o conceito de que formar cidadãos plenos em seus direitos e deveres e produtivos para a sociedade do conhecimento e da informação requer pessoas com o pleno domínio da leitura e da escritura, requisito que se tornou condicionante para a emancipação dos indivíduos e das sociedades contemporâneas. Tornar o cidadão alfabetizado um leitor pleno não é apenas treinálo para a decifração de caracteres, é proporcionar o desenvolvimento de um processo complexo de construção dos sentidos, criando condições para que ele possa desenvolver suas habilidades de ler e escrever. Ou seja, criar um processo para todo cidadão compreender a linguagem do outro e fazer-se compreender por todos os meios, inclusive pelas novas mídias que se impõem crescentemente.

Se os países ibero-americanos não tomarem essa tarefa como estratégica estarão eternamente dependentes de mão-de-obra qualificada externa para o desenvolvimento pleno de suas capacidades produtivas: não há desenvolvimento sem educação e cultura e não há educação e cultura de qualidade sem o pleno desenvolvimento dos sentidos, aonde a leitura e a escritura são elos essenciais, estruturantes e transversais.

Com base na experiência de construção da política pública de formação de leitores no Brasil nos últimos quatro anos, dirijo minha reflexão sobre três pontos importantes desse processo e que possam servir ao possível leitor deste capítulo: motivações e resultados da política adotada e as dificuldades encontradas.

Inicio pelas motivações, e vamos convir, elas são muitas. As motivações que levaram a implantação de políticas públicas de livro e leitura nos últimos anos têm origem na reação civil dos últimos decênios quando mulheres e homens propuseram-se a construir no mundo ibero-americano sociedades democráticas com alto grau de inclusão social. Em todos os 19 Planos Nacionais de Livro e Leitura computados pelo cerlalc em Ibero America, por intermédio da redplanes (www.cerlalc.org/redplanes), existe a clara motivação de que os esforços pelo desenvolvimento da capacidade leitora de

Libro EULAC,indb 19 18/10/2011 11:18:33 a.m.

seus cidadãos se baseiam no anseio de construção de nações socialmente mais justas e no reconhecimento de que se está empreendendo uma batalha contra a exclusão histórica dos nossos povos em relação à cultura e à educação e que nos colocou a todos de Ibero America em patamares aviltantes nos índices de leitura perante as necessidades da civilização e do mundo contemporâneo.

A escuridão das ditaduras que dominaram com terror, ódio e repressão política e cultural os inúmeros países ibero-americanos no século passado se foi com o saudável declínio dos generais e caudilhos de plantão, processo que levou algumas décadas e que se estabilizou na maioria dos países nos anos 1990. Foi neste contexto de reflorescimento e de criação de sociedades democráticas que novos conceitos de desenvolvimento econômico começaram a serem concebidos e implantados. Antes circunscrita ao mundo a ser reconstruído após a 2ª Guerra Mundial, a Teoria do Desenvolvimento privilegiava fortemente o enfoque econômico, sobrepondo-o às medidas de desenvolvimento social. Considerava-se que a promoção do desenvolvimento econômico de cada país promoveria, em conseqüência, o desenvolvimento dos outros setores, inclusive o social e o cultural.

Por mérito do pnud (Programa de las Naciones Unidas para el Desarollo), um grupo de especialistas buscou um novo enfoque para o conceito de desenvolvimento, como anotaram Delgado, Alonso e Jiménez, citando Amartya Sen:

... se pasa a entender el desarollo, entonces, como um proceso continuado de ampliación de las capacidades y opciones de las personas. Las condiciones materiales influyen en esa dinámica en la medida en que aportan los recursos instrumentales para hacerla viable, pero lo importante es el proceso de realización de las personas, que se despliega em cuantas dimensiones el ser humano valora.<sup>2</sup>

Libro EULAC.indb 20 18/10/2011 11:18:33 a.m.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> In: Economía del español. Madrid: Ed. Ariel, segunda edición, 2008. Páginas 222/223.

O desenvolvimento dos países passa a ser entendido como algo além das conquistas materiais, e conceitos como a liberdade e a dignidade das pessoas, a coesão social, a construção de sociedades democráticas e participativas, o desenvolvimento sustentável, se tornam valores e objetivos intrínsecos aos programas de governo e passam a ser uma exigência da sociedade civil organizada.

É neste novo contexto de desenvolvimento político de nossos países, e da longa história de lutas pela leitura e pela literatura empreendida por cidadãos incansáveis, que compreendo o presente interesse em se desenvolver planos e programas refletidos nos Planos Nacionais de Livro e Leitura. É certo que esse contexto difere em cada país, assim como ainda é um desejo em alguns outros que ainda não os possuem, porém o quadro geral que podemos observar hoje na América Latina, Espanha e Portugal é radicalmente diferente do que havia há menos de 10 anos. Os inúmeros Planos Nacionais de Livro e Leitura iniciados a partir de 2003 na região, em seus diversos nomes e modalidades, vão ao encontro desse novo objetivo de desenvolvimento social e econômico em nossas sociedades, característico de uma nova realidade político-institucional.

No caso do Brasil, o governo retomou a luta pelo livro, a leitura e a literatura com a perspectiva e escala de política pública que se pretende estabelecer como Política de Estado, política duradoura e permanente que venha a ser mais abrangente e amplificadora do que já se fez até aqui. Espera-se que este novo patamar buscado se torne permanente, decisão política perene de superação de um dos últimos redutos reservados às elites e oligarquias de nossos países: a fruição dos livros, do prazer da literatura e do acesso à leitura, ou seja, vivemos hoje um movimento que encontra nas políticas públicas apoio e parceria contra a reserva da informação, do conhecimento e da reflexão para poucos e a favor da luta pelo direito à leitura para todos. Entendo que esta é a principal motivação de todos aqueles que militam nas políticas públicas do setor.

Falar dos resultados implica necessariamente discorrer sobre os objetivos e como eles foram construídos. Não tenho condições no

Libro EULAC.indb 21 18/10/2011 11:18:33 a.m.

limite deste capítulo em fazer avaliações de resultados dos países da região onde os planos de leitura estão em andamento ou em fase inicial de implantação. Minhas observações serão circunscritas ao caso brasileiro. Procurarei discorrer rapidamente sobre esse ponto complexo com a ajuda de um texto da Doutora Teresa Colomer,<sup>3</sup> porque ela de certa forma sintetiza a lógica da construção dos objetivos do pnll do Brasil:

Creo que nuestro momento es potente, aunque reflexivo, en la teoria, y rico, aunque difuso, en la multiplicación de experiencias distintas de mediación. Un buen principio, por lo tanto, es:

Aplicar realmente todo lo que sabemos que funciona (y no se hace). Intercambiar las múltiples y ricas experiências que se llevan a cabo em la práctica.

Investigar sobre lo que parece interesante.

As potencialidades de crescimento do tema livro, leitura e literatura no Brasil de 2003 se apresentavam de maneira difusa e ambígua: ao mesmo tempo em que finalmente o país via sancionada pelo Presidente da República a sua lei do livro (2003), o Ministério da Cultura extinguia a Secretaria Nacional do Livro, diminuindo sua importância política e hierárquica, confinando-a em uma coordenadoria na Fundação Biblioteca Nacional. Sem foco estratégico relevante e diferenciador, a leitura era protocolarmente citada nas políticas culturais e nos documentos oficiais e o abandono de programas de incentivo à leitura como o proler, criado na década de 90, permanecia igual ao período anterior. Revivíamos em 2003 a crônica descontinuidade de programas culturais com as mudanças de governo, talvez até pela ausência até então de Políticas de Estado para o setor. Na expectativa de um governo pautado pelos avanços sociais, representado pela eleição de um presidente com a trajetória

Libro EULAC indb 22 18/10/2011 11:18:33 a.m.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Colomer, Teresa (2002),"El papel de la mediación en la formación de lectores" en Colomer,T.; Ferreiro, E.; Garrido, F. Lecturas sobre lecturas/3. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, pp. 9-29.

histórica do Presidente Lula, a leitura e seus militantes se sentiam frustrados mais uma vez no início do primeiro mandato.

O desenvolvimento das políticas sociais do governo e a persistência da militância pela leitura, aliado às motivações internacionais como a determinação dos chefes de estado ibero-americanos em 2003 em decretar o ano de 2005 como o Ano Ibero-americano da Leitura (ilimita ou vivaleitura no Brasil), possibilitou a ousadia e a formulação de propostas com maiores ambições e amplitude em relação ao que já se havia feito no âmbito dos programas públicos de leitura para o Brasil.

Essa dinâmica política obedeceu alguns parâmetros para a ação construtiva do pnll e determinou seus primeiros resultados que agora recolhemos.

Partiu-se do que se sabia, procurou-se reunir a produção e as ações dispersas num Mapa de Ações do setor público e privado e investigar aquilo que parecia mais interessante para tomá-los como experiências referenciais para uma política de âmbito nacional. Assim se construiu um Plano com conceitos e objetivos testados, refletindo as lutas do passado e seus ensinamentos que são hoje um consenso e um parâmetro para os programas de livro, leitura e literatura em todos os cantos do país. E este talvez seja um dos principais resultados, fruto da humildade de buscar e unir o que já se sabe e procurar aplicá-lo. Afirmo sem medo de errar que o texto do pnll, amplamente discutido e pactuado, é ponto de união e base sólida para se firmar uma Política de Estado que una a nação em torno da leitura: do conjunto de todas as assembléias realizadas no início de 2010 e que prepararam a Conferência Nacional de Cultura realizada em março daquele ano, e em todas as centenas de reuniões, simpósios, congressos, encontros individuais e coletivos que o pnll participou desde 2006, não houve discordância sobre a centralidade dos quatro eixos estratégicos que orientam as ações induzidas pelo Plano: a democratização do acesso, com ênfase nas bibliotecas de acesso público; o fomento

Libro EULAC.indb 23 18/10/2011 11:18:33 a.m.

à leitura e à formação de mediadores; a valorização do livro e da comunicação; o desenvolvimento da economia do livro. Há que se buscar esse consenso para se avançar e conseguir uma Política de Estado que construa no prazo longo que se necessita, um país de leitores plenos.

O consenso a que me refiro tem como base alguns conceitos solidamente formados e que, por mais difíceis que seja alcançá-los, são imprescindíveis para uma verdadeira política inclusiva para formar leitores em larga escala.

Há que se conquistar a união da cultura e da educação e das instituições públicas e privadas que as fomentam (Ministérios, Secretarias provinciais e municipais, ongs, fundações privadas, etc.) para a agenda da leitura e da literatura. Faz parte dessa estratégica aliança entre Cultura e Educação a necessária convicção aplicada à administração da política pública em unir estado e sociedade na gestão inovadora dos Planos de Leitura.

O país também ganhou pela concepção e forma com que o pnll se constrói no Brasil. Inovamos ao caracterizar o Plano como ação compartilhada entre o poder público e a sociedade organizada nas cadeias criativa, produtiva, distributiva e mediadora. Avançamos quando a sociedade foi chamada para auxiliar a gerir, a dirigir e a fomentar o Plano e não apenas observá-lo e apoiá-lo. Inovamos ao quebrar vícios históricos de governos quando o pnll se propõe a não substituir nenhuma instituição ou entidade que esteja fazendo ações pela leitura, ao contrário, ele se dispõe a apoiar, a divulgar, a incentivar, a auxiliar na possível sinergia destas ações com outras que existem pelo país. Ao procurar não "reinventar a roda", o pnll tem o papel de agregação, aproximação (inclusive entre instâncias governamentais e entidades autônomas da federação) e fomentador de diretrizes sendo, portanto, uma instituição indutora de ações executadas tanto pelo poder público quanto pela sociedade. Demonstrando na prática o que quero dizer, observamos que todas as ações de livro, leitura, literatura e bibliotecas implantadas pelo

Libro EULAC.indb 24 18/10/2011 11:18:34 a.m.

Ministério da Cultura do Brasil nos últimos três anos tiveram como objetivo cumprir os quatro eixos do pnll e por ele foram instruídos os conceitos e as metas dos editais desses programas. Não se quitou o protagonismo nem a responsabilidade do Ministério e o Plano permaneceu, discreta e eficazmente, em sua função indutora. Nos últimos três anos o investimento em leitura, apenas para citar os recursos diretos do Ministério da Cultura, e sem citar os números gigantescos dos programas de aquisição de livros do Ministério da Educação, passou de R\$ 6 milhões em 2003 para R\$ 95 milhões em 2009. Somem-se a estes gastos governamentais diretos os programas oficiais de apoio às iniciativas literárias e pró-livro e leitura realizadas pela sociedade, por intermédio de renúncia fiscal da Lei de Incentivo à Cultura que também ultrapassou em 2008 a casa dos R\$ 90 milhões contra os R\$ 30 milhões verificados em 2003. Objetivamente isto significa mais recursos para começar a resolver os problemas crônicos que impedem políticas públicas de livro e leitura no âmbito da cultura. Exemplifico: "zerar" o número de municípios sem bibliotecas em 2010; modernizar e dar sentido contemporâneo aos equipamentos culturais aonde o livro e a leitura são centrais; criar pontos de leitura em locais frequentados pela população que não tem acesso aos bens culturais; fomentar e capacitar mediadores de leitura, compreendendo a centralidade da mediação, porque apenas construir bibliotecas ou comprar livros não resolve o problema da formação de leitores.

Falarei um pouco sobre as dificuldades e, todos sabem, elas são inúmeras. A primeira delas é saber hierarquizá-las. Após quatro anos e meio à frente do pnll brasileiro e depois de conviver com colegas que estão à frente de Planos de Leitura em outros países ibero-americanos, ouso dizer que a primeira e enorme dificuldade é convencer as autoridades públicas em todos os seus níveis administrativos a investir estrategicamente na leitura como política pública. E convencê-los significa demonstrar que desfrutarão de resultados promissores do ponto de vista dos seus governos ao mesmo tempo

Libro EULAC.indb 25 18/10/2011 11:18:34 a.m.

em que fazem uma ação consistente e de real interesse público. A dura realidade da conveniência política cotidiana na distribuição de verbas públicas muitas vezes escassas se choca inevitavelmente com as teorias da administração pública ideal na maior parte das vezes, e é preciso saber enfrentá-las e superá-las com a tenacidade e a persistência dos gestores públicos que sempre necessitam do apoio e pressão da sociedade civil. No caso brasileiro, é necessário institucionalizar mais fortemente as diretrizes e as práticas dos planos nacionais para que possam continuar, sob a égide de leis permanentes e recursos financeiros garantidos por elas, a orientar a formação de programas de leitura e literatura adequados a cada perfil de governos democraticamente eleitos.

Tratando das dificuldades dos eixos centrais e estratégicos de um plano de leitura eficiente, vejo uma enorme dificuldade em fazer a real aproximação entre a cultura e a educação. Um dos nossos mais expressivos escritores, Bartolomeu Campos de Queirós, disse em um dos seminários do pnll quando debatíamos as bases de um programa mínimo de formação de leitores para os Ministérios da Educação e da Cultura: "perdeu-se a simplicidade do que pode ser feito e estamos envergonhados de falar o óbvio". Por certo, é tão óbvio e simples que cultura e educação devem estar juntas para a formação de um leitor integral, cidadão, sujeito de sua própria história, que paradoxalmente essa equação simples é uma das mais difíceis tarefas de um gestor de Plano Nacional de Leitura. O Brasil deu os passos iniciais ao instituir o pnll como atos dos Ministérios da Cultura e o da Educação, mas ainda se precisa avançar muito para se consolidarem e cumprirem a harmoniosa e virtuosa obviedade do simples.

Como afirmei no princípio, o tema é abrangente e nos remete a reflexões complexas e extensas. Espero que esta breve síntese a partir do pnll brasileiro possa auxiliar a reflexão de todos sobre políticas governamentais para o livro, a leitura e a literatura com a conseqüente formação de leitores. O caminho a percorrer ainda é muito longo, pleno de dificuldades historicamente conhecidas, principal-

Libro EULAC.indb 26 18/10/2011 11:18:34 a.m.

mente pelos que militam a muitos mais anos do que eu nesta batalha. Que saibamos superá-las juntos nos nossos próprios países, em cada recanto de *nuestra* Ibero — América, e que as universidades e suas editoras acadêmicas saibam que essa tarefa também pertence a elas.

### Bibliografia recomendada

- Chartier, Roger A aventura do livro do leitor ao navegador. São Paulo: Editora unesp, 1998.
- Darnton, Robert A Questão dos Livros Passado, Presente e Futuro. Editora Companhia das Letras, São Paulo, Brasil, 2009.
- Manguel, Alberto Uma história da leitura. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1997.
- Marques Neto, José Castilho (org.) pnll/Plano Nacional do Livro e Leitura do Brasil Textos e História (2006-2010). São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2010.
- Miret, Inês/Armendano, Cristina Leitura e bibliotecas escolares. In Coleção oei Metas Educativas 2021. São Paulo: Fundação Santillana/oei, 2010.
- Núñez, E.M./Rösing, Tânia (orgs.) Prácticas de Lectura y Escritura. Editora upf e Universidades Lectoras. Passo Fundo: Rio Grande do Sul, 2009.
- Santos, Fabiano/Marques Neto, José Castilho/Rösing, Tânia (orgs) Mediação de Leitura Discussão e alternativas para a formação de leitores. São Paulo: Editora Global, 2009.

#### Wehsites de interesse:

- alb.org.br Associação de Leitura do Brasil
- cerlalc.org Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina, Caribe, Portugal e Espanha.
- cerlalc.org/redplanes relação e debate sobre os Planos Nacionais de Leitura Ibero-americanos.
- oei.es/index.php Organização dos Estados Ibero-americanos ver Metas Educativas 2021.

Libro EULAC.indb 27 18/10/2011 11:18:34 a.m.

pnll.gov.br – Plano Nacional do Livro e Leitura do Brasil unesco.org/new/en/education/themes/education-buildingblocks/literacy - unesco - Literacy

Libro EULAC.indb 28 18/10/2011 11:18:34 a.m.

## Open Content and Commercial Publishing?

### Frances Pinter\*

Offering something for free and hoping it will generate sales is not a new business strategy. Retailers have used this tactic to lure shoppers into their stores for decades. These days, however, the 'freemium' model has been taken to ever greater heights as we experiment with online publishing models. We are beginning to see how this may work, but we need to take care as we develop these models to ensure sustainability.

As publishers we are under increasing pressures from the competition that is truly free; from user generated content to open educational resources, the Web is flooded with both high and low quality content. We have the opportunity to use open content publishing to broaden access to the written word in ways that could only have been dreamt of in the past. As publishers we can now conceive of models that keep us in business while also serving a greater public good. We just need to be a bit ingenious in how we go about this.

Much depends on how we license our content online and what sort of relationships we enter into with our authors. We need to protect copyright while at the same time allow for more flexible use of content that is published in digital form. There are ways of licensing content that allow for more options in what we allow our readers to do with our content. There is no need to invent your own license (unless you wish to pay a lawyer a great deal of money).

Libro EULAC.indb 29 18/10/2011 11:18:34 a.m.

<sup>\*</sup> Bloomsbury Academic.

You can use any of the many existing ones. Creative Commons (CC) licenses are the most popular and are increasingly used by governments to indicate the ways in which government owned or funded content may be used (the leader in this is Australia, where all government publications are licensed under a Creative Commons license). Over 300 million items of text, music, and film carry Creative Commons licenses.

Contrary to popular belief, all six of the suite of licences offered by Creative Commons protect copyright. They are designed for the digital age and allow copyright holders to reserve some rights while giving other rights away for free. They sit between the all rights reserved default position of copyright as it has operated over the past 300 years and the public domain. Only ten years old, CC licences were first designed with creators in mind who were trying to find ways of sharing their work, be it music, film, or text, freely on the Web.

Initially Creative Commons was seriously condemned by the business community. It was perceived as an outright attack on copyright. Yet people found ways of making money even if parts or all of their creation were licensed under Creative Commons. The benefits of the Creative Commons Non-Commercial Licence in particular, which precludes anyone else commercialising the content, has come to be acknowledged as a way of protecting copyright while maximising exposure. The question is, can this work for book type content? And can we as publishers still make money from our content?

In the last few years a few intrepid publishers have experimented with this very idea; that is, their books can be read online free of charge while protecting copyright and retaining commercial rights through CC non-commercial licensing. Some also found that sales of the print increased. However, a few have not been so successful. What we do know is that the test-bed is simply too small from which to yet draw conclusions. In addition, we need more fine tuning of the model in the context of the rapidly changing way

Libro EULAC.indb 30 18/10/2011 11:18:34 a.m.

in which we monetise on the Web. What we do know is that the content has many more readers. So, how do we maximise the reach while retaining the revenue?

At Bloomsbury Academic we are experimenting with Creative Commons licencing with our research-led publications. When I talk about our business model I use an analogy with ice cream. I would never propose living on a diet of ice cream only, and I am not suggesting that all publishing should follow the ice cream model as well. Here I am only talking about scholarly books in the social sciences and humanities.

Our ice cream model was devised to solve a problem –so let's look at that first. Research is funded primarily by public bodies and then written up either as a journal article or a book. The book has traditionally been published at high prices in short print runs mainly purchased by the wealthy libraries of the North– and even these are increasingly unable to buy enough copies to make this a sustainable business. Yet, there is a larger market out there for which these books are out of reach. Publishers skimmed the market because it was too expensive to penetrate it effectively with print. The academic community is now questioning the publisher's right of gate keeping in this way. Despite appreciating many of our services, academics are looking to bypass publishers altogether. The Internet makes this tantalisingly possible. This may not kill our businesses overnight, but it will make us redundant soon if we fail to serve the changing needs within the whole scholarly communications ecosystem.

At Bloomsbury Academic our approach is to publish the core content online on a Creative Commons Non-Commercial licence. We thereby protect the copyright and insist that the work may be used for non-commercial purposes only. This version of the text is available in html only and we call it our plain vanilla ice cream. For many a 300 page text on screen in html is simply not attractive enough. If the content is core to their work they want more and a better reading experience, and for them there is the ice cream cone

Libro EULAC.indb 31 18/10/2011 11:18:34 a.m.

– offered in a number of different flavours. These flavours can range from the printed book, the PDF, and the ePub, then adapted for a variety of e-readers – all charged for. Finally, we have our ice cream sundae metaphor. Imagine this – the vanilla ice cream with chocolate sauce, nuts, fruit, and whipped cream – whatever you wish. These are our enhanced e-books, with additional functionality, more metadata, additional materials and all around core content – all charged for at commercial rates. Our vanilla ice cream acts as the marketing piece for our ice cream cones and ice cream sundaes. We hope this will give us a competitive edge while we all navigate our way through the transition to digital and figure out how to operate in the rapidly changing academic ecosystem.

Do we know whether this model will work? Not yet. Nevertheless, academic librarians are supportive of what we are trying to do. They appreciate that our open model will help them judge just how useful and sought after our titles are by the particular academic community they serve through transparent user statistics.

My own hope is that there will be ever larger library consortia making bulk purchases in ways yet to be devised that bring costs down per reading of each 'book' in much the same way as has been achieved in the scholarly journals world. However, unlike the open access model for journals where the author pays out of their research budget (which works only when the research budget is larger or there at all) I would like to see a global library consortium that has purchased content for open access. I can also see how this might work in languages that are used in either one country, or as with Spanish or Portuguese, several countries. If well structured, each library's contribution per title would be a fraction of what they now spend on either a print or digital version. In the meantime, over the next few years, I expect us at Bloomsbury Academic to concentrate on creating delicious ice cream sundaes.

According to a European Union project called oapen, there are over 30 open book projects in the area of academic publishing in the social sciences and humanities. Many of these are US univer-

Libro EULAC.indb 32 18/10/2011 11:18:34 a.m.

sity presses. Their results are mixed. All have been delighted with their extended reach, but some are complaining that they have not sold enough hardcover copies to cover their costs. Nevertheless, there are lessons being learned. One is that there needs to be a degree of scale to make this work. (Sadly, Rice University Press was closed down because of lack of investment to grow its open access book programme.) You need to properly promote your print product and you need backroom services and workflows that are seamlessly digital. It is unfortunate that the great opportunities of the digital world are being developed at the height of a great global recession. However, necessity is the mother of invention and it is precisely because of the downturn in the global economy that funders of research, libraries who buy the publications, and individuals who have found their pay packets frozen are looking for less expensive access.

Turning now to the European Union funded oapen project, here is how they describe their themselves.

oapen is an initiative in Open Access publishing for humanities and social sciences monographs. The consortium of University-based academic publishers who make up oapen believe that the time is ripe to bring the successes of scientific Open Access publishing to the humanities and social sciences. The oapen partners are all active in the Open Access movement already, with details available on their pages on this site and on their own websites. The project will find useful, exciting and beneficial ways of publishing scholarly work in Open Access, enhancing access to important peer reviewed research from across Europe. Most importantly, it will find a financial model which is appropriate to scholarly humanities monographs, a publishing platform which is beneficial to all users and creates a network of publishing partners across Europe and the rest of the world.

oapen began by conducting a number of studies on what users wanted. And from their results, they've devised a platform that uses

Libro EULAC.indb 33 18/10/2011 11:18:35 a.m.

the latest state of the art technology. They are campaigning for different ways of funding open access publishing of monographs.

They say of their model:

The oa model that will be developed (the first of its kind) aims to create an oa-publishing platform in combination with an online library, that can be used by academic publishers and research funding institutes, based on their respective needs. In this sense, oapen will play an integrating and marketing role for Open Access publishing of HSS books. It will develop and foster the visibility of this publishing model to all stakeholders, i.e. readers and authors, institutions, publishers, librarians and research funding organizations.

At the time of publication, they are still searching for the optimal funding model, which they see as coming from individual subsidies for titles or series. As Eelco Ferwera, oapen's director says, "Publication funds can be provided by a variety of sources, such as research funders, universities and research institutes, and research libraries or their consortia. The objective for funding the oa edition is to ensure both the publication of and the access to peer-reviewed research results. Therefore, research funders may promote or require oa publication of funded research." (*Serials*, July 2010).

However, until there is major long-term commitment from such funding sources the future of open access remains with selling something else around the core content (the freemium model).

A good example of a new company providing free content with options to buy around the core material is Flat World Knowledge. Based in New York, this company is focusing on textbooks, primarily, but not exclusively, in business studies for undergraduates. Their books are available online on a Creative Common non-commercial license in html. Their marketing blurb describes the model as such.

Our books are *free* online. We offer *convenient, low-cost choices* for students –print-on-demand softcovers, audio books and chapters, self-print options, and more. Our books are *open* for instructors to modify and make their own (for their own course - not for anybody

Libro EULAC.indb 34 18/10/2011 11:18:35 a.m.

else's). Our books are the hub of a *social learning network* where students learn from the book *and* each other.

In addition to selling an array of additional and complementary materials to both the student and the instructor, their platform is devised in a way that allows for customisation so that instructors can select from Flat World Knowledge content and merge it with other content, including materials they have created themselves. While this feature is not unique to Flat World Knowledge, the total package and approach is original and being carefully monitored by publishers and investors alike.

There are other stories too. In the early 2000s, HSRC Press in South Africa posted all its content free online and found a 240% increase in print sales in the first year. It found that the online content reached places they could not afford to promote in and their publications were previously unknown.

In trade publishing there are several experiments. Cory Doctorow, a highly successful author of science fiction books, not only insists on his books being available on CC but now has his publishers selling e-book versions for the various e-readers without drm. So far there is little evidence of piracy and a sense that if the product is priced correctly then most people are likely to pay (much as the music industry has now settled down after years of getting their licensing and pricing strategies wrong). While this is an experiment running in mainly developed countries, it would be useful to run some case studies elsewhere.

The experiments of many of the US university presses are supported by grants from foundations such as the Mellon Foundation that are deeply committed to open access. At the same time there are plans to develop partnerships with many of the Open Educational Resources people who are finding that bypassing professional publishers may not be the route to quality publications. Publishers may find in tomorrow's world that they are more of a service industry, rather than the gatekeeper selling their locked down products individually to consumers as they were in the print

Libro EULAC indb 35 18/10/2011 11:18:35 a.m.

world. Funding further upstream and engaging the services of a publishing company to get to open access early on in the process is likely to be more cost effective, and the content will reach many more readers. What is clear is that tomorrow's digital model simply cannot replicate the sort of model we lived with in the print world for so many hundreds of years.

There are many parts of the publishing business that will require change, including accounting. In the old world of print we had to amortize the fixed costs of a title across a predetermined print run. These days with digital sales we no longer have to commit to fixed print runs (and costly storage and distribution). However, our ability to guesstimate how many 'copies' we'll be selling online is less than well developed. The market is new, the take up fragile, the pricing models undeveloped and we have very little historical data on which to calculate our costs. This rather unnerving set of conditions is forcing us to rethink just how we engage with our buyers. Who will be the buyers tomorrow? And on what basis will they buy? When we sell digital to institutions; will it be on subscription, perpetual access, or pay per view? Modeling these ways of purchasing and any number of mixes provides a bewildering array of possibilities – all producing different rates of return and cash requirements.

We can only make our way through these issues by experimentation. There is simply no other way of finding the answers. By replicating our own experiments we shall build up a picture of how consumer behavior is changing and what we should be doing to adapt to their digital desires.

Not everything needs or can be free at point of use (i.e. on the Web without payment by the reader). However, there is a compelling argument that much should be open. Good arguments can be made for the improvement of education (think of what can be read even over mobile phones) or the promotion of culture across communities and beyond national boundaries. Finally, it makes good business sense when free point of use is used cleverly. The risk of

Libro EULAC.indb 36 18/10/2011 11:18:35 a.m.

avoiding these new ways of reaching readers on the Web is to risk being ghettoised and ultimately relegated to becoming an industry of the past.

#### The 10 Must Read

## a) Blogs to Keep You Updated

Scholarly Kitchen: http://scholarlykitchen.sspnet.org/

O'Reilly Radar: http://radar.oreilly.com/

Black plastic glasses: http://www.blackplasticglasses.com/

Beyond-the-book: http://www.beyond-the-book.co.uk/

Research and Scholarship in Digital Age:

http://www.lib.uwo.ca/blogs/digitalscholarly/scholarly-publis-hing/

Go to hellman: http://go-to-hellman.blogspot.com/

## b) Books or Articles

Jenkins, Henry, "Convergence Culture", available in: http://www.convergenceculture.org/aboutc3/thebook.php

Lessig, Lawrence, "Remix", available in http://remix.lessig.org/remix.php.

Palfrey, John G, "Born Digital", available in: http://borndigital-book.com/

Sutton, Caroline, "Why should open access be moving quickly in the humanities?", Informed 65 (2010), available in: http://sfis.nu/Portals/images/default/informed/InfoTrend%201-2010-4.pdf#page=5.

Libro EULAC.indb 37 18/10/2011 11:18:35 a.m.

## Ciencia para el continente Producción científica en América Latina: circulación, visibilidad y conocimiento

Juan Felipe Córdoba Restrepo\*

### 1. Introducción

La labor del editor universitario, más allá de editar y distribuir la producción científica de la institución a la cual pertenece, debe dirigirse hacia la exploración y apertura de nuevos espacios y escenarios que propicien y permitan una interlocución dinámica del saber que produce la universidad. El ejercicio de mediador cultural implica estar al frente de los nuevos retos que convoca la divulgación del saber científico en América Latina.

Es necesario construir un sistema de información que permita que la producción editorial circule, con el propósito de conocer y reconocer la ciencia de nuestras universidades; un sistema que, además, promueva la discusión, el debate y la comparación.

Libro EULAC.indb 38 18/10/2011 11:18:35 a.m.

<sup>\*</sup> Editor e historiador de la Universidad de Antioquia; magíster en Historia de la Universidad Nacional, sede de Medellín; candidato a doctor en Historia, Universidad Nacional de Colombia, sede Bogotá. Director de la Editorial Universidad del Rosario; presidente de la Asociación de Editoriales Universitarias de Latinoamérica y el Caribe (EULAC) y consultor en Colombia del Instituto Internacional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe, organismo autónomo de la UNESCO. Cuenta con varias publicaciones en las áreas de la historia y la edición.

Debo agradecer los comentarios y el apoyo de Diego Esteban Romero, Ingrith Torres Torres, Gustavo Patiño y Jaime Iván Hurtado.

Hablar de "ciencia continental" es una necesidad, y las dinámicas que nos imponen cada día las tecnologías de la información, las bases datos y los servidores de información nos convocan a reflexionar sobre nuevos espacios para la circulación y uso de la producción universitaria. Debemos pensar, entonces, una actividad de divulgación que explore nuevos escenarios para contribuir a la interlocución permanente entre nuestros investigadores y autores, todo lo cual tendrá como fin la extensión a la sociedad por medio de la socialización del saber.

Al crear una dinámica que incluya, desde los grupos de investigación, los proyectos editoriales realizados, los que están en proceso y los que se están concibiendo, no solo se medirá cuantitativamente la producción de las instituciones universitarias, sino que también se darán a conocer los temas de la sociedad que desde la academia inquietan y se desarrollan. Además, la evidencia temática sobre el número de publicaciones podrá ayudar en la clasificación de información para lectores, conocer las tendencias (fortalezas y falencias) investigativas, observar el comportamiento a lo largo de los años y conocer futuros trabajos. Esta dinámica favorece una labor conjunta en todo sentido, pues desde los grupos de investigación, las instituciones que los apoyan, el país al que representan y el conjunto de saberes que se genera saldrá a la luz la producción editorial documentada para investigadores y lectores, lo que genera un análisis de impacto y pertinencia.

El objetivo es crear una red de información donde confluya lo editorial, la información, el saber y los investigadores, para dinamizar el conocimiento en beneficio de la región. Todo, con un amplio sentido de lo social.

## 2. La producción editorial y la universidad

La universidad —con sus funciones de docencia, investigación y extensión— busca formar, contribuir y tener pertinencia social desde la educación y el conocimiento. La actividad editorial es una las posibilidades con las que cuentan las instituciones de educación

Libro EULAC indb 39 18/10/2011 11:18:35 a.m.

superior para socializar lo que producen (Anaya, 2010, p. 2). Publicar exige, por supuesto, algunas condiciones para hacerlo: "Al publicar, una editorial concede a los productos culturales el derecho de existencia y los recomienda como creaciones valiosas y plenas de sentido. Publicar es *hacer público* lo que una determinada institución o grupo cree que es valioso para la sociedad o el grupo de personas a quien dirige su actividad" (Pérez Restrepo, 1995, s. p.). Esto implica entender *lo editorial* en la Universidad no como un agente instrumental y pasivo, sino como un producto de la industria cultural que debe contribuir a crear tendencias ideológicas y debates y a formar individuos desde los saberes propuestos en los textos.

La reflexión mencionada en el apartado convoca a pensar lo editorial y la función del editor como un socializador del conocimiento producido. La editorial, por medio de sus procesos, logra legitimidad y validez y le da un valor agregado a la producción. Sobre el editor y la edición en la universidad, Ángel Nogueira Dobarro señala que la edición

...debe ser hoy una función estratégica de la propia institución, portadora de cambios y constructora de la sociedad deseada. Así, la figura del editor [...] cambia de sentido y amplía enormemente los ámbitos de su responsabilidad y competencia para convertirse en investigador de la actividad académica y de su diversidad social [...]. El editor [...] se convierte en comunicador y en un mediador dialógico e intelectual entre las diversas comunidades académicas. (2009, p. 51)

La mayoría de las universidades latinoamericanas han decidido fortalecer la investigación y constituirla en la razón de ser de la educación superior. Esta determinación es, si se quiere, una revolución de los últimos años. Las universidades han desarrollado estrategias que llevan al fortalecimiento de la cultura de la investigación entre profesores y estudiantes. Así, en cada claustro universitario se han visto fortalecidos los grupos de investigación y las diferentes líneas que los conforman; este desarrollo y crecimiento conducen a una

dinámica en la cual la interlocución, el debate y la comparación dejan de ser un tema marginal y se constituyen en los actores para el avance y consolidación de los saberes.

Las fronteras que marcan y demarcan políticamente a nuestros países son líneas que pueden llegar a detener el conocimiento. Las universidades tienen ahora el reto de plantear políticas y cambios estratégicos en la estructura organizacional, para generar una verdadera cultura de la investigación tanto en profesores como estudiantes. Con esta decisión es posible consolidar grupos de investigación con dinámica propia, con el objetivo de competir con producción científica en su ámbito nacional y en el internacional.

Estos grupos son el corazón investigativo de la universidad y se constituyen en los promotores de líneas y proyectos de investigación, así como de publicaciones científicas que aportan al desarrollo de la ciencia y de la sociedad.

En los últimos años, gracias a las políticas y estrategias implementadas, los grupos de investigación de las universidades han mostrado un crecimiento constante y han logrado aumentar sus índices de productividad. Entre los objetivos a corto plazo de las políticas de investigación, las universidades fomentan no solo las publicaciones científicas en revistas internacionales indexadas, sino también la producción de libros, pues las dos actividades beneficiarán y aumentarán la visibilidad internacional de los grupos de investigación y de sus resultados. De esta forma habrá cada vez más una apropiación social del conocimiento (Universidad del Rosario, 2010, pp. 17-19).

Las universidades deben contar con una adecuada política de propiedad intelectual, que manifieste que la divulgación de la producción académica debe someterse a las regulaciones generales de los derechos de autor, bajo parámetros ajustados a la realidad institucional y a los objetivos de su proyecto educativo.

En los últimos años, las políticas internas y la misma estructura de las editoriales universitarias han evolucionado de manera sobresaliente, lo cual ha permitido la publicación rigurosa de textos producto de la labor científica y docente, en beneficio de la sociedad.

Libro EULAC,indb 41 18/10/2011 11:18:36 a.m.

Existen actualmente formas de medir el impacto académico de las publicaciones, como el que se ha consolidado para las revistas de carácter científico con métodos como el factor h o la clasificación de Shanghái, basados en la recolección de datos según estándares de calidad establecidos. Posteriormente, estos datos y la relación de citación y productividad otorgan un estatus a la publicación, lo que genera una estratificación de la producción científica, una carrera por cumplir los altos estándares y una regulación de los procesos editoriales que benefician a editores y a investigadores. Este método que se ha consolidado en las publicaciones periódicas científicas, y que siguen todas la instituciones de educación superior, genera dudas en cuanto al impacto real, pues si bien existe una medición, el impacto social de la publicación y la pertinencia en el área de estudio en la región es un intangible que no se puede medir cuantitativamente. Un sistema de información que incluya los libros como fuente legítima de circulación de conocimiento hará pensar que un solo canal de circulación empobrece y limita la información científica y llevará a considerar que para evitarlo es necesario contar con un espectro que mejore la interlocución y el debate.

El editor universitario, señala Ángel Nogueira, se constituye, como figura dinamizadora de la producción, en garante de calidad académica de las obras publicadas. Algunas iniciativas han permitido divulgar la producción editorial universitaria de la región, como las realizadas por el Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe (Cerlalc) con el Repertorio Integrado de Libros en Venta (rilv), el cual pretende "darle visibilidad a la producción editorial de calidad de las universidades de toda la región latinoamericana y del Caribe. La existencia de este catálogo integral y su uso y divulgación podría fomentar la lectura de las obras producidas en nuestros países y la circulación de libros en la región, así como aumentar el reconocimiento de sus autores" (Cerlalc, 2009). Lamentablemente, la iniciativa del Cerlalc no logra una cobertura de la producción de la investigación universitaria: aunque la venta es algo que le importa al editor universitario, lo esencial es lograr el uso

Libro EULAC.indb 42 18/10/2011 11:18:36 a.m.

social de la información. Están, además, los estudios del Instituto para la Educación Superior de America Latina y el Caribe (iesalc), de la unesco, que desafortunadamente fueron coyunturales y no tuvieron continuidad. Por esto es necesario retomar la variable que propusieron en su momento y avanzar en la investigación sobre el sector editorial universitario con asuntos como el comportamiento de la gestión del conocimiento, el correcto de uso de políticas editoriales universitarias alrededor del continente y la observación del comportamiento en la sociedad académica, todo conjugado para pensar lo regional.

## Uso social del texto: la circulación

La consolidación de la investigación se refleja en el aumento de la cantidad y la calidad de los productos científicos desarrollados por la comunidad de investigadores. En particular, se destaca el crecimiento constante de las publicaciones científicas de los grupos de las universidades en revistas indexadas, que aseguran su calidad y visibilidad. Esto permite poner a circular los avances y resultados de investigación generados en la universidad.

Además, los investigadores universitarios —sobre todo los que pertenecen a los grupos de investigación inscritos en las redes nacionales de ciencia y tecnología— también producen libros que deben entrar a formar parte de una dinámica propia en las redes científicas, para que otros grupos de cualquier parte del mundo puedan aprovechar los materiales producidos y, de este modo, posibilitar la discusión y el debate que superen lo local y nacional y consolidar una interlocución entre pares más allá de las publicaciones periódicas; hay que insistir en conocer y reconocer nuestra producción editorial.

Los libros siguen siendo un reto. Mientras que los servidores de información se ocupan solo de las revistas, los editores universitarios debemos generar sistemas de información que visibilicen los libros, que los hagan circular. Desde tiempo atrás entendemos que tenemos un problema en la circulación y paulatinamente hemos encontrado alternativas para socializar la producción editorial de

Libro EULAC.indb 43 18/10/2011 11:18:36 a.m.

nuestras instituciones. Los retos son permanentes (Anaya, 2010, pp. 36-37).

La editorial universitaria tiene, entonces, una función socializadora de las áreas del conocimiento y, además, propicia una rica interlocución entre lo que puede llamar su cadena de valor:

 $Investigador \ A \rightarrow Editor \rightarrow Distribuidor \rightarrow Librer\'ia \rightarrow Bibliotecas \rightarrow Investigador \ B$ 

En su misión en el marco de las industrias culturales, la editorial científica debe velar por una eficiente distribución, circulación y visibilidad, con la clara pretensión de un mayor uso del texto. Teniendo en cuenta que el compromiso de una editorial universitaria es propiciar debates, discusiones, argumentaciones y modelación de pensamiento. El libro, objeto cultural y comercial, debe crear, alcanzar y ganar su público, lo cual solo se hace mediante un producto de calidad, que, además, esté en el mayor número de vitrinas posible. También es imperativo reflexionar sobre la utilidad y los usos que ofrecen las nuevas tecnologías de la información, para construir y mantener, desde ellas, canales que nos acerquen a la producción científica. Es función del editor, además de garantizar calidad en cada uno de los procesos editoriales, llevar —acercar—la producción hasta el usuario final: lector/investigador.

Las nuevas tecnologías son una herramienta privilegiada con la que cuentan los editores; aprovechar las posibilidades que ofrecen para el flujo y circulación de información es un reto permanente del trabajo editorial.

La estructura abierta de las nuevas tecnologías muestra —con suficiencia y en corto tiempo— que abren nuevas posibilidades de comunicación y de relaciones. Estas tecnologías dan paso a un trabajo en red de quienes tienen intereses comunes y, además, proponen y exigen reflexionar sobre los procesos culturales existentes y las posibles transformaciones que estén presentando. Las formas de leer, la pedagogía y la escritura requieren por parte del editor un seguimiento permanente, además de avanzar en proyectos de investigación que permitan contar con insumos para afrontar los retos

que proponen las nuevas herramientas con las que contamos. Hay que entender que las transformaciones en las sociedades no se dan solo por la infraestructura y la aplicación de la técnica, sino también por la actitud que tienen las personas hacia ella. Es imperativo, entonces, contar con sistemas de información que superen los simples indicadores; hay que tener sistemas que permitan una interlocución con diferentes personas en cualquier lugar del planeta, en particular entre los académicos latinoamericanos. Para consolidar una sociedad de la información descentralizadora, globalizadora, armonizadora y permisiva, es necesario trabajar conjuntamente (Joyanes, 1993, p. xviii).

Contar con una sociedad que de un uso cada vez más adecuado de la información, exige permanentemente una adecuación y una educación de lo digital. Tener las nuevas tecnologías al servicio de la ciencia va más allá de contar con la información en Internet, lo ideal es llegar a los usuarios potenciales de los contenidos para garantizar que los usen; no se trata de tener sitios y sitios de consulta —no siempre exitosos—, que no derivan en un bien social. Observemos, por ejemplo, cómo las nuevas tecnologías, con sus herramientas, modifican las formas comunicacionales y crean una nueva estética (García, 2002).

Los textos que produce la universidad, por medio de su editorial —que es, a su vez, intermediaria cultural— son patrimonio científico; por esto la intermediación del editor debe propender que los científicos consulten, lean, rebatan y citen esos libros, para que así los diferentes grupos humanos que conforman nuestras sociedades puedan conocer la producción que tenemos sobre ciencia y cultura. En este caso el beneficio es propiciar el respeto por la diferencia y afianzar el conocimiento de un país, de un continente, del mundo.

## Proyecto Conoscere Sapere

Uno de los proyectos bandera que adelanta la Asociación de Editoriales Universitarias de Latinoamérica y el Caribe (eulac), en aso-

Libro EULAC indb 45 18/10/2011 11:18:36 a.m.

cio con la Asociación de Editoriales Universitarias de Colombia (Aseuc), la Asociação Brasileira de Editoras Universitárias (abeu) y la Alianza del Textos Universitario (Altexto), es desarrollar un megaportal que proporcione información a grupos objetivo sobre la producción editorial en América Latina, España y Portugal. El proyecto va más allá de un simple catálogo de oferta o de una información en la web, se trata de propiciar información académica y, además, saber quién la consulta, es decir, quién descarga la información.

La administración del proyecto estará a cargo de los editores. Son ellos, desde cada una de sus universidades, los encargados de subir la información requerida por el sistema; las editoriales de cada institución deberán garantizar unos criterios de calidad en los procesos editoriales, como la evaluación por pares académicos de los proyectos de publicación, garantizar la protección de los derechos de autor y tener comités editoriales. Además, contará con entradas que darán visibilidad a la ciencia continental, como los grupos de investigación y sus líneas.

La fase inicial será una prueba piloto con la Universidad del Rosario y la Pontificia Universidad Javeriana, de Bogotá, la cual presentará la navegación y el flujo de información. Luego se contará con la presencia de Brasil, México y Colombia, y posteriormente estarán España y Argentina, para terminar con el resto de los países de la región.

El proyecto *Conoscère Sapere* es la sumatoria de información que toda obra como producto de investigación provee, con la posibilidad de filtrar y cruzar dicha información, con las ventajas de relacionar las tendencias de investigación, recopilar y consolidar los datos que todos los editores poseen y presentar la información unificada según áreas, países y tendencias temáticas, entre otras. Con esto se podrá brindar a los investigadores no solo una ventana de la producción de libros universitarios en el continente, sino también un *visibilizador* capaz de agrupar la ciencia, su producción y la mejor forma de adquirirla, ya sea mediante compra directa, consulta virtual, presencial e, incluso, contacto directo con el editor o el

autor. Esta vitrina de la ciencia del continente permitirá analizar, comparar y generar debate sobre las obras hasta el punto de la colaboración internacional que tan valorada es actualmente. Cada libro proveerá la información de:

- Procesos de calidad: comités editoriales, evaluación de pares
- Derechos de autor
- Título
- Imagen
- Área temática
- Subárea temática
- Autor(es)
- Editorial
- Año de edición
- ISBN
- Colección
- Formato
- Terminado
- Número de páginas
- Grupo de investigación
- Línea de investigación
- Reseña
- Tabla de contenido
- Vínculo de compra: distribuidor y librería
- Vínculo a la biblioteca para consulta
- Vínculo al repositorio virtual

Cada grupo de investigación proveerá la siguiente información:

- Institución
- Director
- Información de contacto
- País
- Fecha de creación

Libro EULAC.indb 47 18/10/2011 11:18:36 a.m.

- Categoría (depende del país)
- Área temática
- Subárea temática
- Líneas de investigación
- Grupos relacionados

Además, cada editorial deberá proveer, si posee un Comité editorial, una evaluación académica y las correctas cesiones de derechos de autor.

Con la información consolidada, los análisis de visitas, *clics*, uso y gestión darán la medición que los editores estamos reclamando desde hace varios años; además, el simple uso de la información hará que el flujo de la ciencia esté asegurado. Así, entonces, estaremos asegurando la *circulación*, *visibilidad y conocimiento de la producción científica en América Latina*.

Comentarios finales: hacia una interlocución de la ciencia continental

Los editores universitarios debemos fortalecer el predominio de los servidores de información que mantienen las publicaciones periódicas —que controlan, determinan y circulan información académica en el ámbito mundial— con un servicio de información sobre la oferta editorial de libros de nuestras editoriales. Las disciplinas tienen diferencias y son bienvenidas, pero normar toda la ciencia sobre lo que aparece solo en los artículos de revista, bajo la consigna de que son la vanguardia, es, si se quiere, reduccionista y empobrecedor; sembrar un manto de duda sobre lo que contienen los libros y desconocer su valor es atender a un ejercicio monopólico y tal vez tiránico de aquellos que solo ven indicadores en las revistas científicas.

En diferentes seminarios, simposios y encuentros académicos en general, donde se presentan con lujo de detalles las bondades de estos servidores de información —que sin lugar a duda las tienen—, surgen las preguntas sobre cómo lograr eso con los libros, y

la respuesta siempre es la misma: estos servidores no están diseñados para eso, los libros tienen otros canales.

Hablar de ciencia continental es una necesidad. Las dinámicas que nos imponen cada día las nuevas tecnologías de la información, las bases datos y los servidores de información nos convocan a que reflexionemos sobre nuevos espacios para la circulación y el uso de la información que producen las universidades. Necesitamos una actividad de divulgación que explore nuevos escenarios para contribuir a la interlocución permanente entre nuestros investigadores y autores, todo lo que tendrá como fin la extensión a la sociedad de la socialización del saber.

Al crear una dinámica que incluya, desde los grupos de investigación, los proyectos editoriales realizados, los que están en proceso y los que se están concibiendo, no solo se medirá cuantitativamente la producción de las instituciones universitarias, sino que también se darán a conocer los temas de la sociedad que desde la academia inquietan y se desarrollan. La evidencia temática sobre el número de publicaciones podrá ayudar a clasificar la información para los lectores, conocer las tendencias (fortalezas y falencias) investigativas, observar el comportamiento a lo largo de los años y conocer futuros trabajos. Esta dinámica favorece una labor conjunta en todo sentido, pues desde los grupos de investigación, las instituciones que los apoyan, el país al que representan y el conjunto de saberes que se genera saldrá a la luz la producción editorial documentada para investigadores y lectores, lo que generará un análisis de impacto y pertinencia.

Es la creación y puesta en marcha del proyecto de una red de información académica donde confluyan la investigación, lo editorial, la circulación, la visibilidad y todos los actores del libro académico para dinamizar el conocimiento en beneficio de la región, con un amplio sentido de lo social.

Michael Jon Jensen sugiere que los dispositivos digitales actuales serán, en el futuro inmediato, pintorescos, como lo es hoy un equipo de sonido de tubo de vacío. Por ahora las consultas en los

Libro EULAC,indb 49 18/10/2011 11:18:36 a.m.

sistemas facilitan acceso a información sobre intereses y preocupaciones particulares pero dentro de poco tiempo la búsqueda por la palabras clave estará casi olvidada, el acceso será ofrecido en quioscos y así se podrá acceder cada vez más rápido a la autopista de la información. Las editoriales universitarias están llamadas a formar parte de este tráfico de información, pero deben garantizar que las publicaciones cuenten con revisión por pares, y proponerse llegar a la mayor cantidad de usuarios en cualquier parte del mundo. Así lo expone Jensen:

...espero que para el año 2020, la tecnología de la información personal sea verdaderamente personalizada, así como absolutamente virtual. Espero poder hacer gran parte de mi trabajo en un espacio virtual en línea, en contacto con mis colegas desde una oficina virtual, oficina que puedan visitar y consultar todos mis colegas. Las tecnologías serán aprovechadas por los investigadores académicos; esperemos que las editoriales universitarias respondan al reto que tienen en frente. (2010)¹

### Referencias

Anaya Rosique, Jesús (2010). *Editar en la universidad. Paradojas y retos*. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia.

Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe (Cerlalc) (2009). Catálogo de producción editorial universitaria de América Latina y el Caribe. Consulta: 1 de febrero del 2010. Disponible en: http://www.apli-k.com/clientes/rilv\_u/busqueda.php?mode=que\_es.

Córdoba Restrepo, Juan Felipe (2009). "Edición en Colombia, el caso de la Editorial Universidad del Rosario: edición, circulación, distribución y visibilidad". Ponencia presentada en el Congreso Internacional de Editores Universitarios, Bogotá.

50

Libro EULAC.indb 50 18/10/2011 11:18:36 a.m.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Traducción libre.

- Franco, Emilia (2009). "Capacitación en distribución". Ponencia presentada en la Fundación Gilberto Alzate Avendaño, Bogotá, 8 de junio.
- García G., Mónica E. (2002). "Mediación tecnológica y nuevas formas de interacción social". Bogotá: X Cátedra Unesco 'Cultura digital', Pontificia Universidad Javeriana. p. 176-188.
- iesalc-unesco (2007). "Universidades latinoamericanas como centros de investigación y creación de conocimiento". Revista Educación Superior y Sociedad. Año 1, núm. 12, julio.
- Jensen, Michael Jon (2010). "University Presses in the Ecosystem of 2020", *The Journal of Electronic Publishing*. Vol. 13, núm. 2.
- Joyanes Aguilar, Luis (1997). Cibersociedad: los retos sociales ante un nuevo mundo digital. Madrid: Mc-Graw Hill, 1997.
- Nogueira Dobarro, Ángel (2009). *Universidad y edición. Conocimiento y sociedad*. Bogotá: Aseuc.
- Pérez Restrepo, Jorge (1995). "Editorial y universidad. Editorial Universidad de Antioquia". Medellín. Inédito.
- Universidad del Rosario. *Informe de gestión, periodo 2002-2010. Conocimiento e Innovación. Nova et Vetera.* Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2010.

Libro EULAC.indb 51 18/10/2011 11:18:37 a.m.

# Creative Commons en América Latina: una perspectiva comparada

Carolina Botero\*
Alberto Cerda\*\*

El uso de las licencias Creative Commons<sup>1</sup> es muy amplio, puede darse respecto de cualquiera de las obras protegidas por el derecho de autor y, por lo tanto, ser aplicado por artistas, escritores, científicos, profesores, estudiantes, oficinistas, etc. Sin embargo, el ejercicio de análisis y comparación que proponemos respecto al uso de licencias Creative Commons es para un escenario más cerrado, que pueda atender a los intereses propios del sector al que va dirigida esta publicación en particular, es decir, al objeto de trabajo de las editoriales universitarias en América Latina, a las publicaciones académicas. En consecuencia, este documento se ocupará concretamente del uso de las licencias Creative Commons en las publicaciones académicas en línea, mirándolas desde la óptica del acceso abierto (Labastida i Juan e Iglesias, 2006) y pensándolas desde la filosofía que las perfila, su penetración, las oportunidades que generan, las ventajas que las hacen evidentes e incluso los retos y desventajas que afrontan.

Creemos, entonces, que esta delimitación del objeto de estudio nos permitirá hacer un análisis comparativo y nos dejará extraer

Libro EULAC.indb 52 18/10/2011 11:18:37 a.m.

<sup>\*</sup> Fundación Karisma.

<sup>\*\*</sup> ONG Derechos Digitales.

<sup>1</sup> http://creativecommons.org/.

algunas conclusiones que puedan servir para prever posibles rutas en el futuro del sector. Este análisis servirá de excusa para presentar algunos datos y estudios que comienzan a aportar información sobre las publicaciones, su gestión del derecho de autor, y la forma como se usan las licencias abiertas en esta región.

En este sentido, el documento presentará especialmente los resultados de una investigación que sobre el tema de políticas editoriales en publicaciones académicas venimos desarrollando conjuntamente la ong Derechos Digitales (Chile) y la Fundación Karisma (Colombia) (Cerda y Lara, 2010) y las compara con otros estudios regionales que presentan algunas aproximaciones en relación con el mismo objeto.

## Las licencias Creative Commons, una opción flexible y abierta

El 16 de diciembre de 2002 se inicia el primer y más conocido proyecto de la Fundación Creative Commons: las licencias. Estas licencias son un conjunto de textos legales que sirven para que el titular de los derechos patrimoniales pueda autorizar el ejercicio de ciertos derechos sobre la creación, en unas condiciones determinadas, reservándose solo algunos de los derechos. De esta idea se deriva el lema: "Algunos derechos reservados" (*Some rights reserved*), en contraposición al clásico y tradicional "Todos los derechos reservados" (*All rights reserved*).

Cuando se inició el proyecto de las licencias, Creative Commons redactó sus textos en el marco legal de los Estados Unidos, y dado el interés que comenzaron a manifestar otras instituciones del planeta que querían ese tipo de textos para sus propias iniciativas, el proyecto comenzó su internacionalización, que busca adaptar las licencias a las legislaciones de otros países. Cada proyecto, en cada país, debe mantener la misma filosofía de la licencia original en la adaptación que haga a su legislación interna, pero modificando, añadiendo o suprimiendo aquellas partes que sean necesarias para que los textos sean válidos y tengan mejor oportunidad de

Libro EULAC.indb 53 18/10/2011 11:18:37 a.m.

enfrentar satisfactoriamente un juicio legal en cada país en que se implementa la iniciativa.

El proceso de adaptación es abierto y se coordina por los líderes locales y las instituciones afiliadas a Creative Commons en cada país. A partir de un primer borrador de una de las licencias se abre una discusión pública con el objetivo de consensuar un texto definitivo. Al final del proceso se tienen los seis textos (derivados de las posibles variaciones de las condiciones) adaptados y traducidos al idioma o los idiomas del país en cuestión.

Actualmente, las licencias Creative Commons han sido adoptadas o se encuentran en proceso de adaptación en más de 70 países, incluidos 11 países de América Latina. En cada uno de ellos, las licencias han sido debidamente adecuadas a su legislación interna.<sup>2</sup> En concreto, en América Latina fue Brasil el primer país que desarrolló un proyecto de este tipo. Hoy ya nueve jurisdicciones cuentan con sus propios textos (Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Guatemala, México, Perú y Puerto Rico) y por lo menos dos más se encuentran en proceso de adopción (Costa Rica y Venezuela). No obstante, debemos consignar que la ausencia de la iniciativa en un determinado país no ha sido obstáculo para el licenciamiento de una publicación con la licencia adoptada en otro país; así, por ejemplo, la Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud (Acimed) licencia sus contenidos con una licencia Creative Commons de España.

Además, las licencias están disponibles en más de 30 idiomas, incluidos el alemán, el catalán, el chino, el español, el francés, el inglés, el japonés y el portugués, entre muchos otros. Esto permite que aún desconociendo el idioma en que está licenciada una obra, siempre sea posible acceder a la licencia en algún otro idioma, pues

Libro EULAC indb 54 18/10/2011 11:18:37 a.m.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Con todo, no debe entenderse que las respectivas versiones locales de las licencias tienen utilidad solo en su respectivo país. De hecho, ellas resultan de utilidad también para otros países que no las tienen. Así, por ejemplo, se han identificado publicaciones académicas de Bolivia y Cuba, países que no han adoptado aún las licencias Creative Commons, usan las versiones de la licencia de otros países (Cerda y Lara, 2010).

las distintas versiones lingüísticas son compatibles entre sí. Esto minimiza no solo las barreras para los usuarios, sino también las trabas legales para las iniciativas editoriales que trabajan sobre la base de la traducción de obras. Así, por ejemplo, un editor interesado en traducir al español un artículo desde el *Journal of Stress Physiology & Biochemistry*, publicación en inglés y ruso del Siberian Institute of Plant Physiology & Biochemistry, puede de antemano saber cuáles son las condiciones en que dicho artículo está disponible, a pesar de no saber ruso.

Las licencias de Creative Commons hacen expresa la intención de compartir y permitir usos que tradicionalmente la ley del derecho de autor prohíbe, en un esquema que se ha dado en llamar "licencias libres" o "licencias abiertas". Sin duda, las licencias Creative Commons son una respuesta a la tecnología con que hemos dado la bienvenida al siglo xxi, particularmente a esa capacidad de reproducción y distribución de contenidos que ella ofrece y que reta las bases mismas del régimen legal autoral. Si para la ley, que se soporta en el control de la reproducción y, por lo tanto, de las posibilidades de circulación y modificación de esa obra, "todos los derechos [están] reservados", para quienes buscan explotar la internet y aprovechar sus capacidades de difusión y re-creación, la opción "algunos derechos reservados" resulta atractiva por la idea de facilitar y, por lo tanto, "liberar" algunos usos de las obras. Con todo, esto no debe llevar a la errada conclusión de que las licencias Creative Commons tienen utilidad solo en el entorno en línea; de hecho, diversas iniciativas hacen uso de las licencias con obras disponibles en formatos análogos y también allí se asocian muchas veces con la idea de apertura.

Aun cuando licenciar una obra con Creative Commons no es un requerimiento esencial para una publicación abierta, en el estudio de la ong Derechos Digitales y la Fundación Karisma sobre publicaciones académicas en América Latina (Cerda y Lara, 2010), como veremos más adelante, se establece que un número significativo de dichas publicaciones emplea alguna de las licencias

Libro EULAC.indb 55 18/10/2011 11:18:37 a.m.

Creative Commons. Esto nos lleva a preguntarnos: ¿por qué un número significativo de editores universitarios adopta dicha opción? Responder a esta interrogante nos llevará a detenernos en las oportunidades y ventajas que ofrecen las licencias Creative Commons.

El éxito de Creative Commons se debe a que ofrece gratuitamente un set de licencias estandarizadas, adecuadas a la legislación interna de los países, y un conjunto de herramientas legales y tecnológicas para optimizar el acceso a los contenidos, una herramienta unificada que remueve barreras legales a la circulación de la obra. De ello se desprende que las principales características de Creative Commons son la gratuidad, la estandarización, la flexibilidad, la internacionalización y el soporte de la iniciativa.

A diferencia de otras iniciativas que ofrecen licencias del tipo acceso abierto, licenciar una publicación con Creative Commons no tiene un costo directo asociado, pues las licencias están disponibles gratuitamente en línea para su uso por cualquier creador. El proceso básico, tratándose de una publicación académica, es que el editor se dirige al sitio web de Creative Commons, escoge el país de su preferencia, responde tres preguntas y el sistema le ofrece automáticamente todas las herramientas que necesita para licenciar sus contenidos. Esto incluye un extenso contrato de licencia, una breve explicación de la licencia y logotipos digitales para incluir en la obra.

Creative Commons no ofrece una licencia, sino que cuenta con un conjunto de seis licencias. Cada una de ellas satisface necesidades específicas de licenciamiento. Por ejemplo, algunas licencias permiten que el usuario de una obra pueda generar obras derivadas (es el caso de una traducción), pero otras no, o bien algunas licencias permiten usos comerciales, mientras otras no. Lo importante es que dichas licencias obedecen a un estándar internacional que es flexible, pues no solo resuelve las trabas legales para la circulación del contenido, sino que, además, al ofrecer alternativas de licenciamiento, permite ajustarse a las necesidades específicas de una edición universitaria, a su propio modelo editorial.

La iniciativa de Creative Commons no se agota en proveer licencias estándar, también brinda cierto soporte. Tecnológicamente, no solo dispone de una herramienta que permite el licenciamiento automático en línea, sino que también ofrece metadatos que permiten identificar los contenidos como licenciados en la maraña de internet. En efecto, el sistema provee un logotipo digital que debe ser adosado a las obras licenciadas; dicho logotipo incluye metadatos que permitirán que los servicios avanzados de buscadores, tales como Yahoo! y Google, identifiquen la obra a requerimiento del usuario. Esto facilita el acceso y el uso de los recursos en línea.

Adicionalmente, como ya lo mencionamos, Creative Commons dispone de equipos locales de trabajo en cada uno de los países que han adoptado la iniciativa. Dichos equipos son responsables de la adecuación de las licencias a la legislación interna del país y también realizan labores de promoción, difusión, capacitación y, en algunos casos, asistencia técnica a los usuarios de las licencias. En varios países de la región —por ejemplo, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador y Guatemala— son universidades las que llevan adelante la iniciativa, por sí mismas o en asociación con terceros.

Con todo, el proyecto Creative Commons cuenta con varias limitantes: la más significativa es que su labor se sustenta básicamente en trabajo de voluntariado. Dado que ninguno de los equipos locales recibe financiamiento para llevar adelante la iniciativa, esta queda librada a la mayor o menor disponibilidad de recursos por las organizaciones o instituciones locales. Esto redunda en la ausencia de la iniciativa en determinados países, así como en el disímil nivel de soporte disponible de un país a otro.

A pesar de las limitaciones que Creative Commons presenta, las licencias han experimentado una progresiva aceptación, en especial en entornos académicos. Inicialmente fueron adoptadas por universidades en países desarrollados, tales como Massachusetts Institute of Technology, Harvard University, Oxford University, Duke University, Université de Paris y la Universidad de Barcelona. Hoy también las tienen diversas universidades de América Latina, como la

Libro EULAC.indb 57 18/10/2011 11:18:37 a.m.

Universidad Nacional Autónoma de México, la Universidade de São Paulo, la Universidad del Valle y la Universidad de Chile, entre otras.

Las publicaciones académicas en línea en América Latina

Existen muy pocos estudios que busquen entender el sector de las publicaciones académicas en América Latina, menos en relación con el reciente fenómeno de internet, y menos aún que se ocupen del punto de vista de las nuevas formas de gestión del derecho de autor. Sin embargo, es posible extraer datos y conclusiones de algunos de los que se han aproximado a ese escenario, o a partes de él, durante la última década.

En un estudio del Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina (Cerlalc) y la Fundación Grupo Iberoamericano de Editores (gie) sobre el libro en Iberoamérica para el 2008, se encuentra un capítulo dedicado a las editoriales universitarias (Uribe, 2008, p. 153) que empieza reconociendo la importancia del papel que cumplen estas instituciones en el mundo editorial de la región y la relación estrecha que tienen con las publicaciones periódicas; comenta, así mismo, los cambios que la tecnología está imponiendo en la actividad de estas entidades, entre otros muchos aspectos. El estudio se ocupa de las publicaciones académicas desde la perspectiva de la universidad como el sujeto creador de estas y toma como base los datos suministrados por las propias editoriales universitarias a los responsables del registro del Internatioanl Standard Book Number (isbn) en los diferentes países en el periodo 2004-2006.

Ahora bien, sabemos que no todas las publicaciones académicas son producidas en universidades. Y en esa visión sobre el objeto —la publicación académica— es en la que profundiza el estudio de la ong Derechos Digitales y la Fundación Karisma ya mencionado, el cual se ocupa de las publicaciones académicas periódicas en línea. Este estudio se extendió sobre una muestra significativa de las publicaciones académicas periódicas latinoamericanas indexadas por los tres principales índices y repositorios académicos de la región:

Libro EULAC.indb 58 18/10/2011 11:18:38 a.m.

el Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (Latindex), la Scientific Electronic Library Online (SciELO) y la Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc).<sup>3</sup> El estudio fue realizado en septiembre del 2010 y su publicación estará próximamente disponible (Cerda y Lara, 2010). Con fundamento en sus resultados, podemos afirmar que, como veremos más tarde, no todas las publicaciones académicas provienen de las editoriales universitarias, pero las universidades aún son las principales proveedoras de publicaciones académicas periódicas en internet de la región.

Si bien estos dos estudios no son perfectamente comparables, sí creemos que pueden aportar, cada uno desde su particularidad, datos para un análisis y conclusiones interesantes.

La importancia que para el 2008 le achacaba el estudio del Cerlalc a la tecnología, indicando como esta impone nuevos retos a la actividad de las universidades, proviene especialmente de la posición de vanguardia que las editoriales universitarias muestran entre las editoriales de la región en la publicación de títulos en otros formatos diferentes al papel y directamente relacionados con tecnología (internet, e-books, etc.) (Uribe, 2008, p. 155). Si bien el estudio del Cerlalc indica que el papel seguía siendo el principal soporte utilizado para la edición universitaria en América Latina en la época, también señala que, aunque las cifras eran todavía muy pequeñas, desde el 2003 las editoriales universitarias venían publicando en internet, y menciona que, de acuerdo con los datos, desde entonces esos otros formatos diferentes al papel ganaban cada vez más terreno entre las editoriales universitarias, comparados con los datos de la penetración de los mismos formatos en las otras editoriales de la región (Uribe, 2008, p. 164).

La tendencia de que las publicaciones en internet en la región están primordialmente asociadas con universidades, como dijimos,

Libro EULAC indb 59 18/10/2011 11:18:38 a.m.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> El estudio se extendió a una muestra aleatoria de 292 pubicaciones indexadas por el catálogo de publicaciones *online* de Latindex, y por los repositorios de SciELO y Redalyc. Esto es, al 17,4% de dicho universo de pubicaciones.

aparece también —y por lo tanto se corrobora— en estudios más recientes. Efectivamente, el estudio de la ong Derechos Digitales y la Fundación Karisma calcula que a lo menos un 60% de las publicaciones académicas de la región provienen de centros universitarios (Cerda y Lara, 2010). Para Chile, dicha cifra asciende a 69% de las publicaciones periódicas académicas, tanto en línea como impresas (Cerda, 2009, p. 16). Para Colombia, el estudio de indicadores de ciencia y tecnología de 2005 (Daza y Lucio, 2005) estableció que 78,99% de las revistas indexadas (que son el principal vehículo de circulación de los artículos científicos) provienen de instituciones de educación superior del país, cifra que subió a 85,93% para el mismo estudio publicado en 2009 (Lucio et al, 2009). Mientras, en el caso de Brasil, la Universidade de São Paulo (Craveiro et al, 2008, pp. 46-47) indica que en el sector de los libros técnicocientíficos, más de la mitad de los contenidos brasileros (en algunos casos hasta 86%) son producidos por autores vinculados a las universidades públicas.

Si el estudio del Cerlalc indica que en 2003 las universidades comienzan a publicar en internet (Uribe, 2008, p. 164), lo que sabemos del estudio de la ong Derechos Digitales y la Fundación Karisma es que la publicación en línea ya es un hecho consolidado en el ámbito de las publicaciones periódicas académicas y que este formato no ha sustituido a la publicación impresa. Efectivamente los datos de este estudio nos indican que hoy 95,2% de las publicaciones académicas en línea también disponen de versión impresa (Cerda y Lara, 2010). Los datos más recientes sugieren que la tendencia en las publicaciones latinoamericanas es a hacer coexistir las ediciones impresas con las digitales (el ejemplar impreso bajo pago y suscripción, mientras la versión en línea disponible gratuitamente). A título de ejemplo, en el 2009, 68,9% de las publicaciones académicas chilenas circulaba en ambos formatos; 21,7%, solo impresas, y 9,7%, únicamente en formato electrónico (Cerda, 2009, pp. 25-26).

Lo que vemos es que en América Latina es la academia la que ha comenzado a ensayar los nuevos formatos y las nuevas formas

de publicación y distribución de sus contenidos, de sus publicaciones, explorando los beneficios del nuevo medio. ¿Cómo lo viene haciendo?, ¿qué lecciones se pueden extraer a la fecha?

Uso de las licencias Creative Commons en las publicaciones académicas de América Latina

De los resultados del estudio de la ong Derechos Digitales y la Fundación Karisma, al analizar las publicaciones académicas en línea de la región podemos deducir la forma como ha cambiado el perfil de la publicación en línea para acomodarse a las características del nuevo medio. Efectivamente, el estudio constata que las publicaciones estudiadas se caracterizan por seguir patrones usuales entre las publicaciones de acceso abierto y, por lo tanto, en muchos aspectos contrarios a la fórmula tradicional de publicación impresa en papel. El estudio establece que las versiones en línea de las publicaciones académicas períodicas son de acceso gratuito y a texto completo en 100% de los casos analizados.<sup>4</sup> Del mismo modo, 73,6% de las publicaciones están disponibles desde dos o más sitios web, y 71,6% de las publicaciones están disponible en dos o más formatos electrónicos (Cerda y Lara, 2010).

Adicionalmente, dicho estudio estableció que solo un reducido número de publicaciones en línea hace uso de alguna medida de protección tecnológica para restringir el acceso o uso de la publicación; por lo general, esto se debe más a la naturaleza del formato empleado para su puesta en línea que a una decisión consciente por limitar el acceso o uso a la publicación. En otros términos, las características mismas de la distribución en línea de las publicaciones académicas latinoamericanas dejan en evidencia una ostensible vocación por el acceso abierto, aun cuando ello no se refleja en los términos legales de su distribución o de puesta a disposición (en línea).

Libro EULAC.indb 61 18/10/2011 11:18:38 a.m.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Estos resultados son consistentes con un estudio previo que estableció que de las publicaciones académicas chilenas disponibles en línea 97,6% lo estaban a texto completo y 99% gratuitamente (Cerda, 2009, p. 29).

El acceso *abierto* —como opuesto al acceso *cerrado*— se refiere a la idea de permitir que cualquiera pueda usar (abrir) producciones intelectuales que están sujetas a ese control del titular del derecho (están cerradas), la idea se relaciona con los conceptos de *compartir* y *difundir* el conocimiento reivindicando el papel del usuario y replanteando la función y finalidad del autor en la producción de conocimiento,<sup>5</sup> ideas e ideales que son fácilmente asumidos por quienes están encargados de publicaciones académicas que normalmente privilegian su vocación de apertura.

Por lo tanto, es importante resaltar que cuando hablamos de "acceso abierto" nos comprometemos a seguir una serie de requisitos que van más allá de la idea de "acceso gratis" del ejemplar en línea al texto completo (Melero, 2005, p. 3). Cuando se tiene acceso gratis o público a un texto efectivamente se puede ver el material, leerlo, pero no se obtiene el permiso para reusarlo, descargarlo, distribuirlo ni mucho menos para modificarlo (Maccallum, 2007). Cuando se está frente a material de acceso abierto, se tiene acceso al material para leerlo y, según la licencia que otorgue el autor, además se puede usarlo y reusarlo de diversas formas, permitiendo la copia, la reproducción, la traducción, etc. (Fitzgerald, 2007, p. 5). Es decir, para que estemos frente a un documento con características e impacto de acceso abierto, es necesario que ese documento levante las barreras legales mediante autorizaciones expresas que permitan decidir sobre la forma en que se quiere que el usuario haga uso de él, sin olvidar también que se vienen trabajando modelos de sostenibilidad y negocio que permitan el cambio de paradigma.<sup>6</sup>

Libro EULAC.indb 62 18/10/2011 11:18:38 a.m.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Según la definición básica de la Declaración de Budapest, se entiende por *acceso abierto* la disponibilidad gratuita y pública en la red, permitiendo a cualquier usuario la lectura, descarga, copia, distribución, impresión, búsqueda o enlace a textos completos sin barreras económicas, legales o técnicas (BOAI, 2002).

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Se puede profundizar más en las economías de este concepto en el estudio que hizo para el Joint Information Systems Committee (JISC) la profesora Swan (2010), quien tomó el caso de las universidades de Gran Bretaña y analizó costos de producción intelectual y forma de cubrilos en lógicas de acceso abierto.

El estudio de la ong Derechos Digitales y la Fundación Karisma constata la existencia de distintos modelos de sustentabilidad editorial entre las publicaciones académicas. Algunas publicaciones cobran por acceso al ejemplar en papel, mas no al digital; otras requieren membresías para acceder a la versión impresa, pero no a la digital. Algunas publicaciones proporcionan el ejemplar digital libremente, pero con cierto retraso temporal respecto de la disponibilidad de contenidos en papel. Lo que si es inequívoco es que la publicación académica en línea se ajusta a estándares abiertos, a pesar del descuido que se constata en sus condiciones legales de distribución, como veremos enseguida.

El estudio del Cerlale y la Fundación gie no se ocupa del marco jurídico de las publicaciones que nacen en las editoriales universitarias, silencio que, por otra parte, se puede también analizar e interpretar como una visión unitaria del régimen legal, es decir, no se concebía por los autores del estudio otra mirada diferente a la del modelo legal tradicional: "Todos los derechos reservados".

Seguramente debido a esa mirada tradicional, lo que el documento del Cerlalc y la Fundación gie sí analiza, para el caso de las editoriales universitarias, es "la reprografía ilegal" y anuncia en relación con este tema que "las editoriales universitarias son algunas de las principales víctimas de la reprografía ilegal" (Uribe, 2008, p. 164). "El uso de la fotocopia sin pagos de derechos de autor en los programas que incluyen lecturas fragmentarias de diversos documentos capítulos [sic] para leer durante el curso es muy generalizado en Latinoamérica". Agrega el estudio que como respuesta a esta práctica ilegal se vienen implementando mecanismos de "protección" al derecho de autor, como son la creación de sociedades de gestión colectiva de reprografía y los convenios que van firmando estas sociedades con las universidades. Por otro lado, el estudio informa que en Brasil las editoriales están facilitando que fracciones de los libros entren a formar parte de las carpetas de lecturas para los cursos en las universidades a cambio de una suma.

El estudio del Cerlalc y la Fundación gie para 2008 no considera para las editoriales universitarias las opciones que ya para entonces empezaban a aparecer en el sector<sup>7</sup> relacionadas con acceso gratis y mucho menos con acceso abierto; tampoco se detuvieron en el uso de licencias Creative Commons. De haberlo hecho, habrían detectado que en las emergentes publicaciones en línea estas opciones modifican la aproximación que ellos anuncian, por cuanto convierten en legales las fotocopias e incluso la reproducción, distribución y modificación de los libros así licenciados para los espacios educativos de la región, que normalmente se consideran como espacios "no comerciales".

No es posible, entonces, derivar conclusiones de este estudio del Cerlalc y la Fundación gie que nos permitan mirar el uso de Creative Commons o filosofías similares hace unos años en la región. En cambio, en el reciente estudio de la ong Derechos Digitales y Fundación Karisma, que sí tiene como finalidad analizar los aspectos legales asociados a la edición de publicaciones académicas, se revisan no solo aquellos aspectos que vinculan a las publicaciones con sus lectores, sino también los que se derivan de la relación entre las publicaciones con quienes contribuyen a ellas, esto es, con la comunidad de autores.

Sobre este último punto —la relación entre el autor y el responsable de la publicación—, cabe consignar que, de acuerdo con dicho estudio, una de cada tres publicaciones carece de políticas editoriales en cuanto a la fórmula jurídica que media entre la editorial y los autores (32,9%); es más usual encontrar publicaciones que obligan a los autores a renunciar a sus derechos (43,8% requiere que los autores cedan o confieran una licencia exclusiva y sin limitación

Libro EULAC,indb 64 18/10/2011 11:18:38 a.m.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Por ejemplo el estudio sobre indicadores de ciencia y tecnología en Colombia publicado en 2005 indica en un pie de página: "Debido al relativo bajo costo de mantenimiento, a las facilidades de acceso que da Internet y a la necesidad de aumentar la velocidad de la diseminación de la comunicación científica, en los últimos años han aparecido formas de reconocimiento entre comunidades científicas que se han alejado de las estructuras editoriales y han tomado la forma de directorios de acceso libre" (Daza y Lucio, 2005).

de todos sus derechos sobre la obra), aunque un número significativo se reserva solo aquellos derechos inherentes a su quehacer editorial (20,9% requiere una licencia de efectos más limitados, ya sea reservándose la exclusividad temporal de la obra, su primera reproducción o algunos otros derechos), permitiendo a los propios autores gestionar los restantes (por ejemplo, la traducción de la obra). Vale la pena mencionar que de la muestra analizada, 0,4% dispone de términos de sumisión simplemente ininteligibles (Cerda y Lara, 2010).

Nos ocupamos ahora del marco jurídico que los editores diseñan para sus usuarios en las publicaciones académicas en línea en la región. El análisis de estas publicaciones desde las plataformas de SciELO y Redalyc permite constatar que, a septiembre del 2010, solo una de cada cuatro publicaciones académicas de la región disponibles en línea cuenta con las condiciones de uso para sus lectores. Las restantes publicaciones no disponían de tales condiciones de uso, dejando, por lo tanto, su determinación a la ley.

Ahora bien, de aquellas publicaciones que sí disponen de condiciones de uso por sus usuarios, 24,7% hace uso de alguna de las licencias Creative Commons. Las restantes disponen de condiciones redactadas por sus propios editores y difieren de una publicación a otra (Cerda y Lara, 2010).

Frente a la idea de acceso abierto, naturalmente, no todas las publicaciones de acceso abierto se encuentran licenciadas con Creative Commons. De hecho, a septiembre del 2010, de las 5.434 revistas de acceso abierto indexadas en Directory of Open Access Journals (doaj), 8 999 eran publicaciones latinoamericanas, sin que todas ellas estuvieran licenciadas con Creative Commons. Esto se debe a que existen múltiples opciones de licenciamiento que se inspiran en la filosofía de proveer un acceso más permisivo a los

Libro EULAC.indb 65 18/10/2011 11:18:38 a.m.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> El doaj es un servicio que indexa publicaciones científicas y académicas acreditadas, disponibles gratuitamente y a texto completo, en las diferentes áreas del conocimiento y en distintos idiomas. El directorio puede ser consultado en http://www.doaj.org.

contenidos para los usuarios<sup>9</sup> y, al mismo tiempo, es posible que cada editor redacte sus propios términos de licenciamiento, eventualmente también inspirados en proveer un mejor y más amplio acceso a sus contenidos por los usuarios de sus publicaciones. De hecho, según el estudio de la ong Derechos Digitales y Fundación Karisma, 75,3% de las publicaciones académicas que disponen de políticas de licenciamiento explícito lo hacen sobre la base de una licencia que no sigue un estándar determinado.

De acuerdo con el mismo estudio, en el caso de las publicaciones latinoamericanas que hacen uso de las licencias Creative Commons (ya mencionamos que nos referimos a 24,7% del universo analizado), las opciones preferentes son: la licencia Reconocimiento o BY, que confiere una amplia libertad de uso de los artículos, siempre que se preserve la identificación del autor (50%); seguida de la licencia Reconocimiento no Comercial o by-nc, que también permite un amplio uso de la obra, siempre que se respete la autoría y el uso no revista carácter comercial (17%); y la licencia Reconocimiento no Comercial no Derivadas o by-nc-nd, que a las condiciones precisadas en la anterior suma la prohibición de generar obras derivadas a partir de la obra licenciada (17%).

Se debe aclarar que en caso de que un usuario desee hacer un uso distinto al permitido por las licencias, es necesario requerir autorización al respectivo titular de los derechos de autor, <sup>10</sup> volviendo así a la lógica tradicional, pues al fin y al cabo la licencia es simplemente una herramienta de gestión del derecho de autor.

## Conclusiones

El entorno académico ha estado dentro de los primeros sectores en reconocer la facilidad con que se accede y propagan los conte-

66

Libro EULAC.indb 66 18/10/2011 11:18:38 a.m.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Para una revisión de las principales prácticas de licenciamiento referidas, el más práctico de los textos es Guide to open content licenses (Liang, 2004).

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> En el caso de Chile, las licencias Creative Commons empleadas son by-nc-nd (85%) y by (15%). (Cerda, 2009, p. 42).

nidos con la ayuda de las tecnologías de la información y las comunicaciones (tic) y, en consecuencia, sabe que hoy se demanda más que nunca agilidad para publicar, difundir, ajustar y actualizar sus publicaciones, lo que se confirma en la tendencia evidenciada ya en el estudio del Cerlalc y la Fundación gie, que ubica a este sector como el primero de la región en ocuparse de los nuevos formatos de publicación facilitados por las tic.

La situación descrita en el párrafo anterior representa viejas necesidades con nuevas oportunidades tecnológicas a las que se vinculan especialmente para el contexto académico responsabilidades sociales en relación con la creación, difusión y reutilización del conocimiento. Este panorama, su conceptualización e implementación se ha concretado en la idea de acceso abierto, y en él las licencias Creative Commons se han convertido, como ya hemos expuesto, en un estándar para la implementación de la estrategia jurídica que exige flexibilidad, adaptabilidad y fácil recordación.

Sin embargo, en la realidad de las publicaciones académicas en línea de la región se mantiene un dilema: por un lado, como se pudo comprobar en el estudio de la ong Derechos Digitales y la Fundación Karisma, las características de la distribución en línea de las publicaciones académicas latinoamericanas (gratuidad, texto completo, disponibilidad en más de dos sitios simultáneamente, etc.) dejan en evidencia una ostensible vocación por el acceso abierto; sin embargo, por otro lado, dichas características no necesariamente se reflejan en los términos legales de su distribución o en puesta a disposición.

Los datos del estudio de la ong Derechos Digitales y la Fundación Karisma indican que en la región se apuesta por el acceso abierto desde la idea, pero no se materializa en el marco jurídico, el cual sigue viéndose mayoritariamente bajo parámetros tradicionales. Si consideramos el marco legal con que se distribuyen, tres de cada cuatro publicaciones académicas en línea no se ocupan de establecer políticas editoriales, y de las restantes, las que hacen uso de licencias propias inadecuadas son la mayoría (es normal en estos casos que los términos de tales textos resulten equívocos, y cier-

Libro EULAC,indb 67 18/10/2011 11:18:39 a.m.

tamente no estandarizados, lo que dificulta, por ejemplo, la compatibilidad o comprensión de los usuarios a la hora de intentar usos más allá de la lectura en pantalla), sin olvidar que hay publicaciones que, aunque son una ínfima minoría, tienen marcos jurídicos definidos en forma ininteligible. Concluimos, entonces, que la gran mayoría deja el tema del marco jurídico de uso de la publicación a la ley o no logran hacer de este una implementación comprensible y sencilla, por lo tanto, en efecto se dificulta mantener la afirmación de que sean publicaciones de acceso abierto.

Que la mayor parte de las publicaciones académicas dejen la regulación de las condiciones de uso a la ley implica que se impide cualquier uso, salvo el inherente a la adquisición de un ejemplar de la publicación, pues tienen "todos los derechos reservados". Esto, sumado al hecho de que muchas de estas publicaciones intenten establecer sus propias condiciones y con ello generen escenarios poco claros y seguros para favorecer otros usos por parte de los lectores, es un indicio de que algo no concuerda entre la intención de apertura, que queda en evidencia al constatar la disponibilidad que se hace de ellas a través de internet, y su implementación. Pero no creemos que esto sea intencional; nuestra percepción es que muchas de estas publicaciones carecen de mejores términos de acceso para los usuarios simplemente porque desconocen el alcance de la ley o no están familiarizados con las opciones o ni siquiera han reflexionado sobre ellas, manteniendo los parámetros de la industria y de la impresión análoga (como lo refleja el estudio del Cerlalc y la Fundación gie).

En todo caso, creemos que la tendencia que reflejan los datos aportados sobre las publicaciones académicas es la de desmarcarse de las lógicas tradicionales cerradas del derecho de autor, acercándose a aproximaciones abiertas para facilitar con ayuda de las tic otras dinámicas propias del sector y directamente relacionadas con la prioridad de difusión del conocimiento y la posibilidad de reutilizar los contenidos para favorecer procesos de apropiación de conocimiento. Todavía está por determinarse cómo se valorarán estos cambios de paradigmas en nuestra región, pero se ve que, al

Libro EULAC.indb 68 18/10/2011 11:18:39 a.m.

menos en relación con el objeto estudiado por la ong Derechos Digitales y la Fundación Karisma, los editores del sector académico están haciendo sus apuestas para determinar cómo comportarse en el nuevo entorno y establecer en él cuáles serán los ajustes necesarios.

En relación con quienes sí se ocupan expresamente de las condiciones legales de publicación y lo hacen aprovechando las características de estandarización de Creative Commons, nuevamente confirmamos la vocación de apertura de estas publicaciones que sí están más relacionadas con una decisión consciente sobre herramienta de estrategia jurídica. En primer lugar, se debe mencionar que en relación con el uso de las licencias Creative Commons por los responsables de publicaciones académicas periódicas en línea es ampliamente mayoritario el de la licencia más abierta y, segundo, que las licencias que le siguen en uso son las que buscan controlar el uso comercial de las publicaciones. Este último hecho parece denotar que hay una preocupación por que el carácter altruista de compartir en red este conocimiento no sea explotado comercialmente por otros sin más, o a lo menos precaver ingresos ante una eventual explotación comercial de una publicación que permitan algún retorno económico.

Considerando la paridad de intereses entre la función de las licencias como herramienta y la de la publicación como vehículo de circulación de conocimiento, es un hecho que entre las publicaciones periódicas académicas en línea a la fecha es muy baja la penetración de las licencias abiertas y más concretamente de las de Creative Commons.

Sin embargo, creemos que a medida que se afiance el concepto de acceso abierto en el sector y se entienda que nos referimos a un acceso que va más allá del acceso gratuito por internet al texto completo —que suele ser lo que se entiende popularmente como acceso abierto—, los editores podrán dimensionar que el hecho remover las barreras técnicas y económicas, y también las jurídicas, les permite asumir otros valores en las posibilidades que las TIC ofrecen para estas publicaciones. La apertura se asocia con gratuidad, pero

Libro EULAC indb 69 18/10/2011 11:18:39 a.m.

se reconoce que no significa que la producción sea gratuita, sino que al facilitar el acceso se privilegia un acceso gratis para el usuario, de modo que el retorno económico se busca de manera diferente a la venta del producto final, al menos en lo digital. El modelo económico de sostenibilidad en estas publicaciones académicas cambia —de hecho viene siendo objeto de análisis (Swan, 2010)— para determinar cómo lograr el retorno económico necesario. En todo caso, a medida que esto suceda debemos apreciar que progresivamente las editoriales encontrarán ventaja de soluciones de licenciamiento abierto y estándar que aprovecharán en su propio esquema de publicación.

Una vez se logre un espectro regional más amplio de implementación del concepto de acceso abierto en lo jurídico y, ojalá, se amplie con ello el uso de las licencias Creative Commons, seguramente habrá una masa crítica mucho más formada y dispuesta a discutir los temas de fondo que subyacen las decisiones en materia de propiedad intelectual en publicaciones académicas (como la idea de que los productos intelectuales financiados con dinero público deberían ser gestionados en forma amplia, ojalá en acceso abierto), que quiera identificar problemas (como los de compatibilidad que se derivan de los sistemas de licenciamiento o los derivados de la necesidad de encontrar esquemas de sostenibilidad en el nuevo entorno) y pueda buscar soluciones y diálogo con pares, incluso internacionales, preocupados y trabajando en temas similares.

Lo cierto es que el sector editorial ha estado cambiando sustancialmente, y estamos obligados a afrontar y entender y lo que viene y a anticiparnos a ello. En el sector académico la apertura parece ser un hecho, ¿estamos listos?

La ausencia de documentos informativos, estudios y datos suficientes que aporten información y recursos para fortalecer la capacidad de las universidades, de sus editoriales y en general de los responsables de las publicaciones académicas sobre las formas de gestión del derecho de autor dadas las nuevas condiciones tecnológicas y respecto del impacto del marco jurídico en la forma como estas circulan y pueden ser usadas, es una tarea pendiente que debe-

mos abordar y que exige una iniciativa más amplia sobre el acceso abierto y el uso de las licencias Creative Commons, entre otros muchos temas. Estudios como el desarrollado por la ong Derechos Digitales y la Fundación Karisma buscan propiciar y abrir este tipo de espacios.

Esperamos que este análisis de los datos que se conocen del sector sirva para revisar lo que sucede y comience a mostrar caminos. Esto representa, al fin y al cabo, un primer paso para el fortalecimiento y definición de las rutas por seguir, en un proceso que esperamos que continúe y sea retroalimentado por los responsables de las publicaciones académicas y de las políticas sectoriales y por los propios usuarios. Solo así podremos aprovechar en una mejor forma las capacidades de las tic dentro del giro ordinario de las actividades y publicaciones académicas de la región.

## Referencias

- Cerda Silva, Alberto. Políticas editoriales de publicaciones académicas en Chile (2009). Santiago: ONG Derechos Digitales. Disponible en: http://www.derechosdigitales.org/downloads/publicaciones-academicas.
- Cerda Silva, Alberto y Juan Carlos Lara. *Políticas editoriales de publica*ciones académicas en línea en Latinoamérica (2010). ONG Derechos Digitales y Fundación Karisma; 2010 (inédito).
- Craveiro, Gisele; Jorge Machado y Pablo Ortelado (coords.) (2008).

  O mercado de livros técnicos e científicos no Brasil: subsídio público e acesso ao conhecimento. São Paulo: Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo. Disponible en http://www.gpopai.usp.br/relatoriolivros.pdf.
- Daza, Sandra y Diana Lucio (editoras) (2002). Colombia 2005, indicadores de ciencia y tecnología. Bogotá: Observatorio Colombiano de Ciencia y Tecnología; 2005. Disponible en: http://ocyt.org.co/html/archivosProyectos/COLOMBIA2005.pdf.

Libro EULAC.indb 71 18/10/2011 11:18:39 a.m.

- Declaración de Budapest (BOAI) (2007). Disponible en: http://www.soros.org/openaccess.
- Fitzgerald, Brian. Open Content Licensing (OCL) for Open Educational Resources. CERI— OECD. Disponible en: http://learn.creative-commons.org/wp-content/uploads/2008/07/oecd-open-licensing-review.pdf.
- Labastida i Juan, I. e Iglesias Rebollo, C. (2006). Guía sobre gestión de derechos de autor y acceso abierto en bibliotecas, servicios de documentación y archivos. Madrid: SEDIC Asociación Española de Documentación e Información. Disponible en http://www.sedic.es/dchos\_autor\_normaweb.01.07.pdf.
- Liang, Lawrence (2004). *Guide to open content licenses, v1.2.* Rotterdam: Piet Zwart Institute, Willem de Kooning Academy Hogeschool; 2004. Disponible en http://media.opencultures.net/open\_content\_guide/ocl\_v1.2.pdf.
- Lucio, Jorge et al. (2009). Indicadores de ciencia y tecnología, Colombia 2009. Bogotá: Observatorio de Ciencia y Tecnología. Disponible en: http://ocyt.org.co/html/archivosProyectos/CO-LOMBIA\_2009\_FINAL.pdf.
- Maccallum, C. J. (2007). "When is open access not open access?". En: *Plos Biol*, vol. 5, núm. 10. Disponible en: http://www.plos-biology.org/article/info:doi/10.1371/journal.pbio.0050285.
- Melero, Remedios (2005). "Acceso Abierto a las publicaciones científicas: definición, recursos copyright e impacto". En: *El Profesional de la Información*. Disponible en: http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/2005/julio/3.pdf.
- Swan, Alma (2010). "How to build a business case for an Open Access policy". En: JISC Report. Disponible en: http://openaccess.eprints.org/index.php?/archives/715-Alma-Swan-JISC-Report-How-to-build-a-business-case-for-an-Open-Access-policy.html.
- Uribe, Richard (2008). El espacio iberoamericano del libro, 2008. Centro Regional para el fomento del Libro en América Latina, el Caribe, España, Portugal (Cerlalc) y Fundación Grupo Iberomaricano de Editores (GIE). Disponible en: http://www.cerlalc.org/secciones/libro\_desarrollo/El\_espacio\_iberoamericano.pdf.

Libro EULAC.indb 72 18/10/2011 11:18:39 a.m.

# Dilemas globales en la formación de las editoriales universitarias

# Jorge Iván Franco Giraldo\*

#### Introducción

Dos contextos principales plantean hoy día alternativas críticas a la edición universitaria: en primer lugar, el hecho de que el marco institucional universitario de la educación superior se halle desde hace algunas décadas en proceso de reorientación en cuanto a contenidos, procesos de producción de conocimiento e impacto de la formación que allí se imparte; y en segundo lugar, el efecto de desestructuración, y también de creación de oportunidades, que implica el predominio previsible del entorno digital.

Aquí los presentaremos de manera separada, pero huelga decir que ambos contextos van indisolublemente ligados, por la dinámica común de corresponder a procesos de la llamada sociedad del conocimiento. Y aunque tampoco son propiamente nuevos, sino ya con mucho tiempo de evolución, y a pesar de que parecen remitir ambos al conocido tema de los contenidos y su organización en diversos formatos, recorridos o medios, son hoy igualmente acuciantes para las definiciones institucionales de la universidad y de la edición universitaria.

Libro EULAC.indb 73 18/10/2011 11:18:39 a.m.

<sup>\*</sup> Editor y profesor universitario. Filósofo y máster en Ciencia Política de la Universidad de Antioquia. Director del departamento de Publicaciones de la Universidad de Antioquia. Tiene varias publicaciones en el ámbito de la filosofía y la edición.

Los cambios en la universidad y la edición universitaria

En la sociedad del conocimiento se revaloriza la educación como agente de desarrollo, como vehículo del impacto del conocimiento y la información en las distintas esferas sociales. Se esperan, entonces, de las instituciones educativas —de la universidad especialmente— y de otras instancias de producción y distribución de la ciencia y la cultura, efectos tangibles sobre la competitividad de países y regiones, sobre la equidad y la movilidad social y sobre el desempeño ciudadano en cuanto a convivencia, vida civilizada, cultura política, etc.

En la sociedad del conocimiento cambió el mundo del trabajo, para el cual la universidad formaba profesionales; el de la estructura productiva y la agregación de valor, en el cual, para ser competitivo, se debe incorporar de manera constante la innovación científica y tecnológica; el de las relaciones sociales y políticas, que la universidad aspiraba a racionalizar o a contestar críticamente; y el de la producción de conocimientos, propio de la investigación. Aun dentro de la misión básica, genérica, cambian los horizontes del trabajo universitario y se plantean exigencias de cooperación e interacción, universalización e inclusión, innovación, integración al sector productivo, diversificación, movilidad, etc.; todo lo que pudiera hacerla útil a la sociedad en el nuevo contexto.

Desde el punto de vista de las funciones clásicas de la universidad, estas exigencias se expresaban así: en docencia, la necesidad del rediseño curricular, como la definición de qué enseñar, en un mundo de cambios acelerados en el conocimiento y en el que sería inevitable la reconversión profesional —variaciones del perfil para adecuarlo a funciones productivas cambiantes en el tiempo—, la formación y actualización a lo largo de toda la vida; cómo enseñar, de qué manera y enfatizando qué habilidades, en una dinámica en que serían más importantes las habilidades de aprendizaje que los contenidos mismos (Briones, 1996, pp. 16-21). En investigación, el impulso a los posgrados y doctorados como formas de crear la masa crítica de investigadores necesarios para el desarrollo, la con-

textualización y la aplicación de conocimientos en ciencia y tecnología. Aquí se enfatizaba la necesidad de integración en programas conjuntos con la industria para la financiación de la investigación aplicada, la de mayor impacto directo sobre la productividad, y se sugería la financiación estatal de la básica.

\*

Varias décadas después, se confirma que el despliegue de la sociedad del conocimiento genera también impactos negativos en la generación de desigualdades y exclusiones (Tedesco, 2000, pp. 15-26), y recaen sobre la universidad múltiples críticas, que revelan dilemas de fondo (Corominas y Miró, 2010, pp. 33-54):

- acusada fragmentación del saber, originada en que los diseños de programas, títulos y créditos resultan ser tan compartimentados, y los contenidos tan recortados, vueltos "píldoras", que los alumnos carecen de esquemas conceptuales estructurados y suficientes para incorporar los nuevos conocimientos o comprenderlos de manera interconectada con sus antecedentes históricos o con los de disciplinas afines;
- proliferación de información —gracias también a los nuevos medios—, sin que se desarrollen al mismo tiempo capacidades críticas para seleccionar, examinar y reelaborar los contenidos;
- formación inmediatista o funcional para la adaptación de corto plazo a puestos de trabajo de configuración efímera o temporalmente restringida, frente a la formación deseable para una adaptación evolutiva a situaciones cambiantes;
- profesionalización e investigación encerradas en sí mismas, sin capacidad de saber ya no qué se hace, sino cómo y por qué se hace, sin conciencia de las consecuencias sociales del saber;
- concentración en competencias y saberes específicos con desmedro de las competencias transversales; etc.

Una serie de alternativas y efectos indeseados que no son fáciles de resolver, y en que las universidades, cada una a su medida, se

Libro EULAC indb 75 18/10/2011 11:18:39 a.m.

ven envueltas, también en el comprensible afán de supervivencia y puesta a tono con los tiempos. En resumen, una acusación de pérdida de integralidad, componente crítico y cultural, y de descuido de los llamados conocimientos y actitudes metadisciplinarios (Tedesco, 2000, p. 76), aquellos que permiten no solo aprender y saber, sino también contextualizar, dar sentido, aplicar y ser consciente de su impacto.

Y todo eso, sin hablar de que "la instalación de una cultura investigadora universitaria basada en la publicación de resultados y en sus consecuencias de cara a la promoción o consolidación del estatus académico ha difuminado un aspecto crucial como es el del debate público sobre dichos resultados y las orientaciones globales de los procesos de investigación y creación" (Marcellán, 2010, p. 56).

\*

Sobra decir que, aunque no de manera lineal, los dilemas de la universidad configuran alternativas, de contenidos, formatos y programas, para la edición universitaria. Y no porque la consideremos —como suele pensarse— un reflejo mecánico de lo que es o hace la universidad. En cierto sentido esto es cierto y necesario: la edición universitaria expresa en buena medida, para bien o para mal, lo que una universidad hace o es, lo que la universidad en otros niveles —recientemente los de investigación— decide ser o hacer. Pero no habría que desestimar la alternativa de que haya buena edición universitaria por expresar, también, lo que la universidad no es, no hace o ya no alcanza a hacer.

Es decir, con una pregunta que tampoco es nueva: ¿cómo puede la editorial universitaria hacer parte de la universidad, expresar lo que ella hace y es —ojalá solo lo mejor, con criterios de cuidadosa selección, sin condescendencias— y, al mismo tiempo, "situarse fuera", por así decirlo, para ayudar a corregir los vacíos, los "efectos colaterales", que la actual dinámica de producción de conocimiento en la universidad genera? A este respecto se pueden mencionar dos marcos de referencia para estas definiciones: el problema del currículo universitario y el problema de un tipo particular de for-

mación complementaria o de "reparación" que, para diversas áreas y temas, se suele llamar "alfabetización".

\*

El primero se refiere a los itinerarios de formación y articulación de contenidos en la educación universitaria: la prioridad asignada a diferentes ciclos formativos, y los enfoques con que se imparten (Ferrari y Contreras, 2009, pp. 37-38):

- un ciclo básico referido a conocimientos y competencias comunes que todos los estudiantes habrían de adquirir, con independencia de su elección profesional o investigativa posterior; un ciclo en humanidades, ciencias, artes, destrezas de elaboración de pensamiento y comunicación, orientado a "proporcionar conocimientos, instrumentos e información básicos, comunes a todos los estudiantes, entrenar en comunicación y sentar las bases para el entendimiento de la complejidad" (p. 37);
- un ciclo propiamente profesional, con las materias específicas habilitantes para el ejercicio de las profesiones y el trabajo, pero en secuencias o combinaciones flexibles;
- un ciclo social, final, dedicado a la interacción interpretativa y de aplicación de conceptos y competencias adquiridos a un problema social concreto y delimitado;
- y un ciclo de profundización e investigación, de maestrías y doctorados, orientado a la producción de nuevo conocimiento y alineado con las prioridades del sistema de investigación como un todo.

¿Puede una universidad equilibrar satisfactoriamente estos énfasis para responder a las diversas expectativas de formación integral, capacitación, servicio social, producción y transferencia de conocimiento que sobre ella recaen? Difícilmente; lo cual da lugar a la conocida alternativa entre investigación y docencia.

En cuanto a la edición universitaria, ¿qué puede o debe ella hacer en relación con estos énfasis de formación, producción y difusión

Libro EULAC.indb 77 18/10/2011 11:18:40 a.m.

de conocimientos?, ¿de qué modo se articulan los productos editoriales a estas intenciones? Como instancia universitaria, ¿qué puede hacer ante los manifiestos desequilibrios que así suelen producirse?, ¿puede contribuir en labores de "reparación" formativa de los vacíos que se generan? Además de expresar de manera editorialmente cualificada lo que la universidad hace, la edición universitaria puede plantearse labores complementarias, puede preguntar cuáles son las *alfabetizaciones* necesarias, aun si este parece no ser el término más afortunado.

\*

El segundo problema se refiere así a la necesidad de reparar deficiencias o carencias que afectan la comprensión y el uso integral del conocimiento por parte del público general, y de los mismos profesionales o expertos, por efecto de una carencia o de una formación o dedicación en exceso unilateral o tecnificada. A este fin, suele usarse un concepto polémico como el de *alfabetización*, científica pongamos por caso, que en el contexto actual de producción y difusión —a veces demasiado mecánica— de resultados de investigación podría sugerirse como necesaria. ¿Es esta una alternativa promisoria ante la unilateralización en que a veces parece caer la universidad?, ¿a qué podría referirse esto?

El movimiento de popularización y divulgación de la ciencia pretendía extender la comprensión de hechos y conceptos de las disciplinas científicas a públicos no especialistas, con el fin de habilitarlos para la participación democrática en la toma de decisiones que involucraran elementos técnicos y para la comprensión y apreciación de la cultura en general, de la cual la ciencia hace parte fundamental (Hazen y Trefil, 1997, p. 49). En un esfuerzo que iba de los especialistas, conocedores y más o menos sensibilizados en cuanto a esta necesidad de recontextualizar los conocimientos científicos, al público general, considerado lego en la materia.

Pero el conocimiento científico no es concluyente; respecto a cada problema abocado proliferan posiciones avaladas por la investigación que pueden ser diametralmente opuestas, y cuanto más se

leen o conocen los datos, los resultados y las investigaciones sobre un tema, más puede crecer la perplejidad o la duda sobre cuál alternativa elegir ante un problema ambiental, clínico, de salud pública, etc. Entonces el esperado efecto lineal entre mayor difusión de información científica y mejores decisiones políticas o más interés por la participación no es claro o no está garantizado, lo cual pone en duda los supuestos clásicos de la alfabetización científica: su concepción del proceso de investigación científica, quizás demasiado idealizado; la creencia en un efecto inmediato y directo de la información factual sobre las decisiones; la separación tan fija entre expertos y legos (Trachtman, 1997, pp. 69-73).

Si, además, en las decisiones prácticas, personales y sociales, la información científica no es la única que cuenta —ni la que más cuenta—, pues también pesan, y mucho, las emociones, los valores socialmente vigentes, las convicciones religiosas, las creencias culturales de las comunidades que enfrentan los problemas; y si a esta combinación de elementos de juicio no escapan tampoco los expertos en su propio trabajo, entonces el énfasis de esta alfabetización se traslada ahora a esclarecer y a capacitar para entender cómo interactúan las dimensiones económica, política, cultural, ética y valorativa con la información científica (p. 71), con los procesos y las políticas públicas de investigación y producción de la ciencia, con su prioridad de uso en decisiones concretas, con la credibilidad social de los investigadores y los resultados y atención que reclaman. Y el esfuerzo de formación irá también con dirección a los mismos expertos, para los cuales la construcción de su credibilidad pública y la viabilidad de sus proyectos dependerá, no de la todavía a veces invocada "autoridad de la ciencia o la investigación" per se, sino de la comprensión cuidadosa del contexto social y del entorno moral en que se desenvuelve su trabajo (Gregory, 2001, p. 9).

Este, al igual que el del currículo universitario, resulta ser entonces un problema abierto, pero también una alternativa de acción de la edición universitaria, porque se refiere a una respuesta posible —obviamente con el alcance de los medios de la edición

Libro EULAC indb 79 18/10/2011 11:18:40 a.m.

universitaria— a la unilateralización del conocimiento científico, de su forma de producción y apropiación; y porque este proceso, en la sociedad del conocimiento, puede dar lugar a lo que con espíritu quizás pesimista algunos refieren como la "aparición de fórmulas de neodespotismo ilustrado, que surgen como consecuencia de la expansión de la importancia del conocimiento en la vida social, económica y política" (Tedesco, 2000, p. 75).

## El libro universitario y el entorno digital<sup>1</sup>

"El libro universitario y el entorno digital" se refieren al futuro de un género textual y editorial, y por eso es necesaria una precisión previa sobre los factores que inciden en la configuración de los géneros, que son formas convencionales de organizar, presentar y usar información, para diversos propósitos, divulgativos, administrativos, sociales, de conocimiento.

Estos factores pueden ser "internos" tanto como "externos": los internos se refieren a cómo están escritos los textos —estilo, retórica, combinación específica de texto y paratexto, nivel de documentación—; y los externos, a la forma como efectivamente son usados los textos por los lectores, como parte de qué actividades. Si acentuamos el factor externo, como parece ser el caso en el entorno digital, podríamos decir —no sin abusar un tanto del concepto y su historia— que "un libro" es, finalmente, lo que la gente lee, unitaria y efectivamente, para un propósito.

Hay, pues, aspectos externos que inciden en la configuración de un género, máxime si hablamos de un género no solo textual, sino principalmente editorial, como el libro universitario, realmente una familia de tipos de texto —manuales, ensayos, libros de investigación— que se perfila, además, en relación con factores de mercado como los públicos y las tendencias de consumo.

80

Libro EULAC.indb 80 18/10/2011 11:18:40 a.m.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Una versión previa de esta sección fue presentada en el panel "El libro técnico en la era digital", organizado por la Editorial Escuela Colombiana de Ingeniería, en el 2009, en la Feria Internacional del Libro de Bogotá.

La pregunta se refiere entonces a la forma como se transforman e interrelacionan en el nuevo contexto digital los factores internos y externos de configuración del libro universitario como género editorial y a las alternativas que ello plantea.

\*

Hay una especie de ecosistema general del discurso escrito, lo que algunos llaman "orden del discurso", que emerge a partir de las relaciones entre objetos o soportes físicos, géneros textuales que ellos portan y las formas de lectura y los efectos de autoridad y legitimidad del saber que de esta relación se derivan. La historia de la cultura escrita explora estas configuraciones y así, por ejemplo, para el objeto libro en la era de la imprenta, nos indica que se establece un régimen en el cual la legitimidad del saber se refuerza con la unidad y continuidad de la obra en su soporte, como trasunto unitario de la creación original y autorizada de un autor; las operaciones de lectura son en general lineales, y la comprensión y la argumentación, dependientes de la coherencia global del texto.

Conceptos como los de canon, currículo y disciplinas independientes corresponden en alguna medida a este orden del discurso y de autoridad del saber. La idea de canon como el conjunto de obras que una cultura —sus instituciones de referencia— considera estética, artística o científicamente valiosas, dignas de ser estudiadas, comentadas y tomadas como ideal. El currículo definido como el plan de contenidos que deben ser enseñados y aprendidos para una finalidad específica, con mayor énfasis en hechos y conceptos, procedimientos o actitudes y valores. Y las disciplinas como cuerpos unitarios de conceptos, métodos y campos de práctica. Ellos han servido como marco de referencia —junto con las tendencias del consumo— para la creación de productos académicos por la industria editorial.

Por su parte, el libro universitario —pensado principalmente para el tránsito entre la formación profesional y la práctica del trabajo—, además de estos conceptos, principalmente el de currículo y disciplina, tenía como referentes estables los procesos de información y conocimiento en las ciencias y las técnicas, la investigación, la formación y la práctica profesional.

Libro EULAC.indb 81 18/10/2011 11:18:40 a.m.

\*

Lo digital desorganiza y reconfigura estos órdenes de discurso, replantea los conceptos de referencia en los distintos niveles, y por eso crea la duda sobre la persistencia o el nuevo perfil que puedan adquirir los géneros editoriales tradicionales en la universidad.

Los nuevos recorridos de lectura, conceptualización y argumentación, generados por los enlaces electrónicos hipertextuales e intertextuales, la mayor presencia de las imágenes y la interactividad desestructuran los conceptos de obra unitaria, cerrada, autor aislado, unidireccionalidad de la comunicación, lectura continua y lineal: "En conjunto, la estructura hiper- e intertextual convierte al escrito electrónico en un objeto comunicativo más abierto (porque admite actualizaciones continuadas), versátil (permite diversidad de itinerarios de lectura), interconectado (relacionado con el resto de la red) y significativo (multiplica sus posibilidades interpretativas)" (Cassany, 2006, p. 194).

En el plano de la formación y la práctica, la desestructuración digital impone itinerarios de aprendizaje personalizados, así como oficios y profesiones con actualización y descarte constante de habilidades, y centrados en la producción de conocimiento y la coordinación de equipos interdisciplinarios.

\*

¿Cuál es el libro, o la noción de *libro*, oportuno para esta situación, para este nuevo orden del discurso? Si ni siquiera esta suerte de ecosistema como un todo se ha estabilizado. Si las nuevas formas de leer, comprender y saber aún no se deslindan de las formas habituales de hacerlo: "Así como la presencia de la Internet en la escuela no hace desaparecer por sí misma las dificultades cognitivas del proceso de entrada en lo escrito [...], tampoco la comunicación electrónica de los textos transmite por sí misma el saber necesario para su comprensión y utilización. Por el contrario, el lector-navegador de lo digital corre el gran riesgo de perderse totalmente en archipiélagos textuales" (Chartier, 2002, p. 120). Es algo que inquieta especialmente en el mundo de la formación y de la práctica profesional, justamente los contextos del libro universitario.

Pero si esta es una respuesta pendiente, tenemos, sí, las actuales tendencias de consumo y de mercado: globalización, hipersegmentación, instantaneidad, velocidad, exceso, convergencia tecnológica, bajo costo y gratuidad, ideación y colaboración del cliente, lo lúdico, aleatoriedad, incertidumbre, fluidez, flexibilidad, emotividad, hedonismo, visibilidad efímera, ciclo de vida abreviado. Parecen ser los patrones de consumo distintivos de la sociedad del espectáculo, pero también, en buena medida, con menos capricho y trivialidad, los de la sociedad del conocimiento, como resultado de la dinámica de formación y práctica en el mundo digital: nuevos hábitos de búsqueda de información y uso de los contenidos, crecimiento del *e-learning*, tendencia al acceso libre y a la compra fragmentada, extensión del multimedia, sinergias entre productos de la industria cultural, preferencia por la interacción.

La fragmentación y la desestructuración rediseñan el producto editorial en términos de la personalización de contenidos y de itinerarios de lectura, la flexibilización para que el público pueda intervenir en la "creación selectiva" de la "obra", y la elección del soporte preciso para ese contenido, para el uso y la sensibilidad del lector:

Este nuevo enfoque pasa, para los editores, por pensar más en contenidos que en productos, asumir que los lectores son también escritores y creadores de opinión, y que para ello los editores deberán facilitar herramientas de interacción y comunicación en torno al contenido de los libros. En definitiva, se trata de que el editor asuma un papel que va más allá de ser un mero intermediario entre autor y lector y se convierta en un posibilitador de la lectura y los procesos relacionados con ella (Publidisa, 2009, p. 26).

Recordemos que, desde la perspectiva externa y forzando el concepto, un libro, finalmente, sería lo que la gente lee, unitaria y efectivamente, para un propósito. Y que, correlativamente, un modelo de negocio editorial requiere definir un producto, en este caso un "cierre" autorizado, legítimo y controlable para el producto

Libro EULAC indb 83 18/10/2011 11:18:40 a.m.

editorial; independientemente de si lo llamamos "libro", o "servicios informativos", o "de conocimiento". Este modelo deriva de la mezcla de varios factores: la elección y validación de contenidos acertados, de los soportes y formas de transmisión convenientes, la regulación del acceso al producto —gratuito, libre o con cobro— y la "capilaridad" de distribución y llegada oportuna que garantice un acceso cierto y preciso. Las preferencias en estos factores, también para el contexto universitario, cristalizarán en respuestas a las preguntas sobre dónde y con qué forma de acceso se pondría el valor editorial, cómo se crearía a raíz de esto el interés y el flujo de ingresos para la continuidad de la industria editorial y, algo muy significativo, la configuración de un nuevo orden de mediación, autoridad y validación editorial.

#### Conclusión

Los de la universidad y el entorno digital no son asuntos solo académicos o económicos; no dejan de ser también culturales y humanos. No solo para el mundo digital y universitario, aunque también para estos, reconocemos un déficit de orientación y sentido: ¿cuáles recorridos de información, cuáles contenidos, cuáles procesos de conocimiento, son eficientes y valiosos? Algo que, para ambos contextos, podemos poner en relación con la ecuación "información-conocimiento-sabiduría".

¿Cómo se convierte la información en conocimiento? La información puede estar disponible, pero no necesariamente las competencias para traducirla en conocimiento. La dimensión pedagógica sigue siendo oportuna, también en el producto editorial.

¿Cómo se convierte el conocimiento en "sabiduría"? ¿Cómo se garantiza la aplicación ética, reflexiva, contextualizada, integral y equilibrada del conocimiento a la resolución de problemas humanos y de las comunidades? ¿Cómo ayudar a que la proliferación de información y conocimiento, de los nuevos medios y su potencial tecnológico, no vaya aparejada con altos niveles de neurosis personal, exclusión y tragedia social? Una dimensión de formación y

Libro EULAC.indb 84 18/10/2011 11:18:40 a.m.

reflexión que constituye también oportunidades de renovación para el producto editorial.

La ecuación o la espiral información-conocimiento/reflexiónsabiduría puede contribuir a discernir niveles de valor para el producto editorial, y a escapar de la trivialización, el fetichismo tecnológico, y del optimismo o el pesimismo editorial a ultranza.

#### Referencias

- Briones, Guillermo (1996). "¿Qué significa la modernización de la universidad en América Latina? La búsqueda de respuestas". Seminario Internacional de Filosofía de la Educación Superior. Transformación de la Universidad, Siglo XXI. Medellín, Universidad de Antioquia, septiembre, pp. 14-26.
- Cassany, Daniel (2006). Tras las líneas. Sobre la lectura contemporánea. Barcelona, Anagrama.
- Chartier, Roger (2002). Os desafios da escrita. São Paulo: Unesp. \_\_\_\_\_ (2009). El libro y sus poderes (siglos XV-XVIII). Medellín: Editorial Universidad de Antioquia.
- Corominas, Albert y Vera Sacristán (coords.) (2010). Construir el futuro de la universidad pública. Barcelona: Icaria/Antrazyt.
- Corominas, Albert y Joan M. Miró (2010). "Reflexiones adogmáticas sobre la docencia universitaria". En: Albert Corominas y Vera Sacristán (coords.) (2010) Construir el futuro de la universidad pública, Barcelona: Icaria/Antrazyt, pp. 33-54.
- Ferrari, César y Nelson Contreras (2009). "Por una nueva universidad". En: *Posiciones, Revista de la Universidad del Valle*, núm. 3 (La universidad. El futuro de la universidad), abril de 2009, pp. 24-43.
- Gil, Manuel y Franciso Javier Jiménez (2008). El nuevo paradigma del sector del libro. Madrid: Trama.
- Gregory, Jane (2001). "Public understanding of science: lessons from the UK experience". En: *Science and Development Network*, 3 de diciembre del 2001. Acceso: 26 de agosto de 2010. Disponible en: http://www.scidev.net/en/features/public-understanding-of-science.

Libro EULAC indb 85 18/10/2011 11:18:41 a.m.

- Hazen, Robert M. y James Trefil (1997). "Alfabetismo científico". En: Eduardo Martínez y Jorge Flores (comps.) (1997). La popularización de la ciencia y la tecnología. Reflexiones básicas. México: Fondo de Cultura Económica/Unesco/Red-POP, pp. 46-50.
- Lévy, Pierre (2007). *Cibercultura. La cultura de la sociedad digital.* Barcelona: Anthropos/Universidad Autónoma Metropolitana.
- Marcellán, Francisco (2010). "Investigación y universidad pública". En: Albert Corominas y Vera Sacristán (coords.) (2010). *Construir el futuro de la universidad pública*. Barcelona: Icaria/Antrazyt, pp. 55-64.
- Publidisa (2009). Marketing online y comercio electrónico como estrategias para enfrentar la crisis. Sevilla: Publidisa.
- Tedesco, Juan Carlos (2000). Educar en la sociedad del conocimiento. México: Fondo de Cultura Económica.
- Trachtman, Leon (1997). "La comprensión pública de la ciencia: una crítica". En: Eduardo Martínez y Jorge Flores (comps.) (1997). La popularización de la ciencia y la tecnología. Reflexiones básicas. México: Fondo de Cultura Económica/Unesco/Red-POP, pp. 67-76.

Libro EULAC.indb 86 18/10/2011 11:18:41 a.m.

# Os livros e a memória: acesso livre e repositórios institucionais

### Flávia Rosa\*

#### Antecedentes Históricos

O homem, ao longo da sua história, necessitou perpetuar conhecimento e disseminá-lo para as gerações seguintes, e por muitos séculos essa disseminação esteve restrita a um vínculo entre oralidade e memória. Na Antiguidade, os filósofos gregos, mesmo após a criação do alfabeto, se reuniam na periferia de Atenas para debater questões filosóficas. Acreditavam que seus ensinamentos deveriam ser reproduzidos após a sua morte por meio da memória de seus discípulos, como uma espécie de perpetuação do pensamento.

Desse modo, são atribuídas aos gregos as atividades embrionárias da comunicação da informação científica. As obras de Aristóteles, por exemplo, seus "debates, em geral precariamente conservadas em manuscritos copiadas repetidas vezes" (Meadows, 1999, p. 3), tiveram grande repercussão, tanto na cultura árabe quanto na Europa Ocidental. As ideias contidas nesses manuscritos contribuíram para reascender o saber entre os séculos xiv e xvi, época conhecida como Renascimento.

Nos primórdios da comunicação humana, no período paleolítico, o homem fixou imagens do seu cotidiano em pictogramas e

<sup>\*</sup> Mestra em Ciência da Informação, doutora em Comunicação - Cultura e Sociedade no Programa Multidisciplinar da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (facom/ufba). Professora na ufba, diretora da Editora da ufba. Presidente da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (abeu) agosto 2011, e membro da diretoria da eulac.

inscrições nas paredes das cavernas onde habitava, demonstrando a sua enorme necessidade de registro e transmissão da informação. Na análise de Mostafa e Pacheco (1995, p. 177) a respeito da informação, "Se é verdade que a informação é mais importante que o suporte (ideologia que fundou, aliás, a própria ciência da informação), também é verdade que não pode haver informação sem registro". O registro se materializa em um documento, documentos expressam discursos, discursos expressam práticas sociais. Desse modo, algo não registrado é algo que não existe, sendo, pois, o documento a materialidade da informação. Desde os primórdios o homem buscou em diferentes suportes, ao longo de sua história, proceder a registros que possibilitaram a preservação da informação e, consequentemente, da memória.

Por volta de 3000 a.c., começaram a surgir na Mesopotâmia formas de escrita que utilizavam ideogramas e fonemas. A invenção da escrita revolucionou a comunicação entre os povos, ampliando a qualidade das mensagens e do registro da informação. Na Antiguidade o seu uso estava relacionado, inicialmente, à contabilidade do trabalho agrícola, à ordenação da atividade e dos impostos, bem como à organização do inventário dos templos (Dias, 1999, p. 269). Para Bomfá (2003, p. 35), "o homem evoluiu imensamente pela sua necessidade de tornar-se um ser social, comunicativo e livre para expressar-se, seja através do discurso oral ou escrito".

A evolução da escrita –pictográfica, fonética, ideográfica– e o uso de diferentes suportes para o registro do pensamento e experiências do homem possibilitaram o aparecimento do livro, definido por Chartier (2001, p. 22) como "ao mesmo tempo um objeto material e uma obra intelectual ou estética identificada pelo nome de seu autor, como para a percepção da cultura escrita e impressa que se baseia em diferenças imediatamente visíveis entre os objetos (cartas, documentos, diários, livros etc.)". Para Borges (1979, p. 5), "Dos diversos instrumentos utilizados pelo homem, o mais espetacular é sem dúvida, o livro. Os demais são extensões de seu corpo. O microscópio, o telescópio são extensões de sua visão; o telefone

Libro EULAC.indb 88 18/10/2011 11:18:41 a.m.

é a extensão de sua voz; em seguida, temos o arado, a espada, extensões de seu braço. O livro, porém, é outra coisa".

Roger Chartier (1998) certifica que somente por volta do século iv a.C. é possível falar na existência de livros, muito próximo do que temos hoje. Foram utilizados diferentes suportes: madeira coberta de cera, argila, peles de animais —o pergaminho—, o papiro, amplamente usado no Egito e, finalmente, o papel, invenção dos chineses no século ii a.c. que somente no século xii alcança o Ocidente, através do Mar Mediterrâneo. Quanto à forma, no princípio era o rolo de pergaminho e papiro, evoluindo para o *códex* ou códice, mantendo a partir daí a forma que foi perpetuada até os dias atuais —folhas, reunidas por um dorso ou lombada, com uma capa de proteção. A partir dos tipos móveis de Gutenberg, que impulsionou a tipografia, os textos, anteriormente, apenas manuscritos, passam a ser impressos e produzidos em maior escala.

Para alguns autores a invenção da imprensa provocou profundas mudanças na cultura, na economia, na religião e na política mundial. Ela se constituiu em ferramenta básica para a mercantilização da informação e foi um instrumento de dominação dos povos europeus sobre o resto do mundo. O livro, desde a sua origem, cumpriu a função de preservar e disponibilizar de modo permanente a informação gerada pelo homem e a sua memória, possibilitando às gerações seguintes o acesso ao conhecimento produzido e acumulado.

Passados mais de cinco séculos da invenção da imprensa, "o mundo de hoje detém de maneira irreversível novas formas de difusão do conhecimento, da informação e do entretenimento". No mundo atual há uma multiplicidade de novos meios de difusão de informações, ideias, conhecimentos e valores, notadamente "nas formas de linguagem midiáticas que, quase em tempo real, mostram imagens e informações escritas e faladas com tremendo alcance espacial e social" (Marques Neto, 2005, p. 588).

A rápida expansão e o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e de Comunicação (tic) e a passagem para uma so-

Libro EULAC,indb 89 18/10/2011 11:18:41 a.m.

ciedade de informação, digital ou em rede, baseada na Internet e na world wide web (www), assumem especial importância e fazem emergir diversas questões sobre a natureza e as funções do livro e, consequentemente da edição e da biblioteca; surgem outros modos de disseminação da informação, que passa a ser disponível em acesso aberto, podendo o livro ser lido ou baixado em um outro suporte, agora digital.

## Disseminação e Memória através da Rede

Na segunda metade do século xx, a disseminação do uso de computadores colocou à disposição da humanidade a memória eletrônica. Esta, diferentemente da memória humana, é ilimitada, dependendo de tecnologias de armazenamento. Impõe-se pela sua grande estabilidade como materialidade e é sustentada pelo efeito de transparência possibilitado pela reprodução, pelo armazenamento e pela condensação dos registros. Além disso, reproduz aquilo que já se tornou a memória do homem, até então registrada, na maioria das vezes, nos livros.

A queda do muro de Berlim em 1989, o colapso econômico da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (urss) e o fim da Guerra Fria possibilitaram aos Estados Unidos (eua) liberar altas somas de recursos, até então mobilizados com essa guerra, e investir basicamente no desenvolvimento das tecnologias de informação, muitas de origem militar, como foi o caso da Internet. Esse novo ciclo econômico que se inicia nos eua inclui os fabricantes de hardwares e softwares, "produtores de conteúdo como bases de dados, notícias, entretenimento etc. [...] o novo projeto econômico e de hegemonia dos eua tem suas diretrizes estabelecidas nas propostas da National Information Infrastructure - nii, da administração Clinton, nas diretrizes de políticas externa e comercial dos eua do discurso do vice-presidente da América, Al Gore, 'Building the global information infrastructure', na reunião da International Telecommunications Union, em Buenos Aires, em 1994" (Marcondes; Gomes, 1997). Com esses eventos, "marca-se o ponto de inflexão

90

Libro EULAC.indb 90 18/10/2011 11:18:41 a.m.

na relação entre o capital e a Internet, alterando sua direção, de uma rede acadêmica, de um espaço aberto onde coexistam desde cientistas, pesquisadores, até grupos alternativos, de auto-ajuda, onde nada é cobrado, para cada vez mais uma infraestrutura fundamental para a reprodução do capital, complementam Marcondes e Gomes (1997). As tecnologias de base que viabilizam esses processos, as tecnologias informáticas e de telecomunicações, comumente chamadas de tecnologias da informação, é que permitem, hoje, que os fluxos informacionais interativos ocorram em tempo real. A Internet é, pois, o símbolo dessa nova possibilidade dentro do processo econômico capitalista.

A entrada no século xxi foi marcada por dúvidas e anseios relacionados aos usos das tic, ao futuro do livro e à preservação da memória. Para Clifford Lynch (2001), algumas das grandes questões cruciais sociais e culturais em jogo na transição para o mundo digital são a preservação do patrimônio intelectual, o papel das bibliotecas e a avaliação daquilo que os consumidores podem razoavelmente esperar. Para esse autor, três questões estão em jogo na transição para o mundo digital: a natureza do livro como forma de comunicação; o controle dos livros, incluindo as relações entre autores, consumidores/leitores, editores e, por consequência, a forma de gerenciar a herança cultural e o passado intelectual; a reestruturação das economias da autoria e edição.

Para Roger Chartier (2002, p. 27), duas lógicas permeiam o mundo digital, e trava-se uma batalha entre pesquisadores, que cada vez mais solicitam a adoção do acesso livre e gratuito aos artigos, e os periódicos científicos, que "impõem altos preços de assinatura [...] e multiplicam os dispositivos capazes de impedir a distribuição eletrônica dos artigos". Temos, pois, revoluções em curso cujas características técnica, morfológica e material estão interligadas.

O impacto dos altos preços das assinaturas dos periódicos (acrl, 2003; Muller, 2006; Okerson, 2000; Sauber, 2007) causou sérios danos, sobretudo para as bibliotecas de países periféricos, e configurou a denominada "crise dos periódicos acadêmicos" (Mar-

Libro EULAC indb 91 18/10/2011 11:18:41 a.m.

condes, 2009; Rodrigues, 2004). Para Mueller (2006), por um lado os altos custos da manutenção atualizada das coleções de periódicos pelas bibliotecas dificultam o acesso à informação pela comunidade leitora e, por outro, a necessidade de publicar em função de exigências dos órgãos financiadores da pesquisa científica faz com que muitos pesquisadores cedam gratuitamente seus artigos para publicação em periódicos, sendo que muitas vezes a instituição onde foi desenvolvida a pesquisa não tem recurso sequer para adquirir a assinatura destes.

A resposta a esse cenário veio da própria comunidade científica, graças ao desenvolvimento acelerado da tecnologia de armazenamento de recursos digitais. Em 1991, em Los Alamos, Novo México, eua, surgiu o primeiro repositório digital de pré-prints - Ar-Xiv.org-, desenvolvido no laboratório de física coordenado por Paul Ginsparg (2001). O projetou se iniciou com um servidor no qual os físicos poderiam depositar cópias digitais de seus manuscritos antes de serem publicados -e-prints. Hoje, esse servidor, que começou apenas como um veículo de intercâmbio de informações sobre física, se expandiu e abriga uma "biblioteca" de literatura de pesquisa em física, ciências da computação, astronomia e matemática. Existem outros projetos semelhantes no mundo todo, como, por exemplo, o Cognitive Sciences Eprint Archive (CogPrints), no Reino Unido, que abrange as áreas de psicologia, linguística e neurociências; o Networked Computer Science Technical Reference Library (nestrl), acervo na área de ciências da computação, e o Research Papers in Economy (repec), coleção de documentos na área de economia (sena, 2000).

A crise dos periódicos durou algumas décadas e, paralelamente, as tecnologias iam se desenvolvendo, se aprimorando e constituindo uma nova forma de lidar com a informação e sua disseminação. Segundo Valério e Pinheiro (2008), além do aumento do fluxo de informações possibilitado pelas tic, esse fluxo abrange novos territórios e diversos campos do conhecimento de interesses múltiplos e acesso livre. O ciberespaço e o acesso à rede agregam membros de comunidades científicas reconhecidas e estabelecidas e a socie-

Libro EULAC.indb 92 18/10/2011 11:18:41 a.m.

dade em geral, ou melhor, aqueles que têm interesse em ciência ou curiosidade sobre outros saberes, contribuindo assim para a popularização da ciência.

Nesse contexto surge o movimento mundial de Acesso Livre, que significa disponibilizar na Internet a literatura acadêmica e científica, permitindo que esta seja lida, descarregada, distribuída, impressa, pesquisada ou referenciada, o que contribui para o avanço e a disseminação da ciência. Essa forma tem se firmado cada vez mais e começou a se consolidar no início deste século com a assinatura da Declaração de Berlim sobre o Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades (2003). Segundo Harnard (2001),

Com a era *on-line* finalmente foi possível libertar a literatura desse impedimento indesejável. Autores precisam apenas depositar seus artigos arbitrados em arquivos *e-prints* em suas próprias instituições; esses arquivos interoperáveis podem todos ser recolhidos em um arquivo global, seus conteúdos completos são livremente pesquisáveis e acessíveis *on-line* para todos. (tradução nossa)<sup>1</sup>

Esse movimento é definido pelo "uso de ferramentas, estratégias e metodologias que denotam um novo modelo de representar um igualmente novo processo de comunicação científica" (Costa, 2006). Engloba questões como: software livre ou aberto; arquivos abertos (interoperabilidade em nível global); acesso aberto (disseminação ampla de resultados de investigações científicas) e a ideia de se eliminar a obrigatoriedade de ceder o copyright de artigos publicados, de modo a permitir aos autores a inserção da sua produção científica, sem restrições, em repositórios temáticos ou institucionais (Linch, 2003), facilitando a sua disseminação de forma mais rápida, eficaz e gratuita.

Libro EULAC indb 93 18/10/2011 11:18:42 a.m.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> "With the online age, it has at last become possible to free the literature from this unwelcome impediment. Authors need only deposit their refereed articles in 'eprint' archives at their own institutions; these interoperable archives can then all be harvested into a global virtual archive, its full contents freely searchable and accessible online by everyone."

Na atualidade, as inovações tecnológicas possibilitaram outras formas de gerenciamento de conteúdos digitais através dos denominados Repositórios Institucionais (ri). Entende-se por repositório o servidor acessível em rede que pode processar as solicitações exigidas pelo protocolo Open Archives Initiative (oai) -Iniciativa de Arquivos Abertos- e é gerenciado pelo provedor de dados, possibilitando manter esses dados por um longo período e prover o acesso apropriado, ou seja, assegurando a preservação da memória. Os ri são "considerados uma forma eficaz de preservação da produção intelectual dos especialistas" (Viana; Márdero Arrelano, 2006, p. 2); armazenam, preservam e divulgam a produção das instituições e de comunidades científicas que, em formato digital, podem ser acessadas por diversos provedores de serviços, nacionais e internacionais. Seu objetivo é apoiar a divulgação dos resultados de pesquisas científicas, criando mecanismos para legitimar e estimular a publicação dos trabalhos produzidos.

Bobbio (1987, p. 155) define democratização como "instituição e exercício de procedimentos que permitem a participação dos interessados nas deliberações de um corpo coletivo". Entende-se que a democratização do conhecimento só será possível com a adoção do acesso livre, e os RI são uma das soluções.

Para Clifford Lynch (2003, p. 2), diretor da União para Informação em Rede, o ri pode ser definido como

Um conjunto de serviços que a universidade oferece para os membros de sua comunidade para o gerenciamento e a disseminação de conteúdos digitais, criados pela instituição e membros da sua comunidade. É essencialmente um compromisso organizacional com a gestão desses conteúdos digitais, inclusive preservação de longo prazo, quando apropriado, bem como organização e acesso ou distribuição.<sup>2</sup>

Libro EULAC.indb 94 18/10/2011 11:18:42 a.m.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> "A set of services that a university offers to the members of its community for the management and dissemination of digital materials created by the institution and its community members. It is most essentially an organizational commitment to the stewardship

Em 2002 foram criados os primeiros ri e em outubro de 2010 o Registry of Open Access Repository (roar) referencia a existência de 1.642 ri pertencentes a universidades e centros de pesquisa, dispersos em todos os continentes; quase 50% desses localizam-se na Europa, e o Reino Unido é o país que detém o maior número de RI, um total de 168. Ampla pesquisa vem se desenvolvendo sobre o tema, sobretudo com relação à configuração técnica e operacional (Williams; Lawton, 2005), além da motivação e de demandas para o desenvolvimento de ri. Para alguns autores, mesmo após quase uma década dos primeiros RI no Reino Unido e nos Estados Unidos (Sheereves; Cragin, 2008) não há consenso sobre o que leva determinada instituição a implantar seu repositório. Há demandas que variam para atender à realidade de cada país e de cada instituição. Para Dávila e outros (2006, p. 7, tradução nossa),

A sustentabilidade e desenvolvimento de um ri baseiam-se, principalmente, na sensibilização da comunidade acadêmica para preservar e difundir sua produção intelectual mediante este tipo de plataforma. Não existe uma metodologia única e os mecanismos de alimentação da informação não são universais, uma vez que se fundamentam em esquemas culturais e costumes institucionais.<sup>3</sup>

Fica evidente, no entanto, que taxas elevadas de participação dos autores no ri, através do depósito de sua produção, são o principal indicador de sucesso desse tipo de empreendimento (Lynch; Lippincott, 2005). Em 2005, pesquisa relatada por Hajjem e outros constatava que apenas 15% autoarquivavam seus trabalhos espontaneamente e em torno de 80% dos autores estariam de acordo com

Libro EULAC.indb 95 18/10/2011 11:18:42 a.m.

of these digital materials, including long-term preservation where appropriate, as well as organization and access or distribution."

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> "La sustentabilidad y desarrollo de un RI se basa, principalmente, en el convencimiento de la comunidad académica para preservar y difundir su producción intelectual mediante este tipo de plataforma. No existe una metodología única y los mecanismos de alimentación de información no son universales, ya que se fundamentan en esquemas culturales y costumbres institucionales."

o autoarquivamento mesmo que não houvesse uma política institucional que assim requeresse (Swan; Brown, 2005). Por um lado, as instituições precisam de visibilidade através de sua produção científica; por outro, os pesquisadores precisam ultrapassar "os muros" das instituições nas quais estão inseridos e ganhar o "mundo", ser citados, referenciados, e fazer parte da memória da instituição.

### Futuro: multiplicidade de formatos

As tecnologias da comunicação e informação não têm como retroceder, e hoje se convive com a web 2.0, uma realidade que alimenta as redes sociais, os *readers*, o livro digital, os repositórios, as bibliotecas digitais; todos ganham força e estabelecem novas formas de preservar e ao mesmo tempo disseminar a informação.

Os editores precisam se preparar para as novas formas de negócio. Um mesmo livro pode ser adquirido no formato eletrônico para ser lido no *reader* ou na tela do computador mas também estará disponível no suporte papel, bem como para livre acesso no RI de uma instituição.

O papel das editoras universitárias nesse contexto é de responsabilidade e desafios. Não há mais o que temer; o mundo foi dominando pelas redes, este é um fato real, e o conteúdo produzido por essas editoras é resultado de pesquisa que precisa ser preservada (memória), disseminada (tornar conhecida) e difundida (contribuir para a popularização da ciência). O momento é este, editores! O alcance é mundial e em tempo real.

#### Referências

Association Of College And Research Libraries (acrl). Principles and strategies for the reform of scholary communication. 2003. Disponível em: <a href="http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/publications/whitepapers/principlesstrategies.cfm">http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/publications/whitepapers/principlesstrategies.cfm</a> Acesso em: 06 dez. 2009.

Libro EULAC.indb 96 18/10/2011 11:18:42 a.m.

- Bobbio, N. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Pensamento Crítico, 69)
- Bomfá, C.R.Z. Revistas científicas de engenharia de produção: critérios e procedimentos para a concepção em mídia digital, 2003. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Borges, J.L. Cinco visões pessoais. Brasília: Editora unb, 1979.
- Chartier, R. As aventuras do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- Chartier, R. (Org.). Práticas da leitura. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- \_\_\_\_\_. Os desafios da escrita. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- Costa, S.M.S. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. Ciência da Informação, v. 35, n. 2, maio/ago. 2006. Disponível em: http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewFile/827/670. Acesso em 22 mar. 2007.
- Dias, C.A. Hipertexto: evolução histórica e efeitos sociais. Ciência da Informação, Brasília, v. 28, n. 3, p. 269-277, set./dez. 1999. Disponível em: <a href="http://www.ibict.br/">http://www.ibict.br/</a>. Acesso em 28 abr. 2004.
- Ginsparg, P. Creating a global knowledge network. In: Elliot; Shaw (Eds.). Electronic Publishing in Science II. Paris: UNESCO HQ, 2001. Disponível em: <a href="http://users.ox.ac.uk/~icsuinfo/ginspargfin.htm">http://users.ox.ac.uk/~icsuinfo/ginspargfin.htm</a>. Acesso em: 15 set. 2002Harnard, S. The self-archiving initiative: nature web debates. 2001. Nature web debates. Disponível em: <a href="http://www.nature.com/nature/debates/e-access/Articles/harnard.html">http://www.nature.com/nature/debates/e-access/Articles/harnard.html</a>. Acesso em: 15 ago. 2006.
- Lynch, C.A. The battle to define future of the book in the digital world. First Monday. v. 6, n. 6, 2001. Disponível em: http://

Libro EULAC.indb 97 18/10/2011 11:18:42 a.m.

- firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/view/864/773. Acesso em: 15 mar. 2010.
- Lynch, C.A. Institutional Repositories: essential infrastructure for scholarship in the Digital Age. arl Bimonthly Report. 2003
  p. 1-7. Disponível em: <a href="http://www.arl.org/newsltr/226/ir.html">http://www.arl.org/newsltr/226/ir.html</a>>. Acesso em: 20 ago. 2008.
- Lynch, C.A.; lippincott, J. K. Institutional repository deployment i the United States as of early 2005. D-Lib Magazine, v. 11, n. 9, 2005. Disponível em: <a href="http://www.dlib.org/dlib/september05/lynch/09lynch.html">http://www.dlib.org/dlib/september05/lynch/09lynch.html</a>. Acesso em: 15 fev. 2009.
- Marcondes, C.H.O acesso livre na informação científica e tecnológica. In: Fundação Oswaldo Cruz. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Seminário SUS 20 anos: desafios para a informação e comunicação em saúde. Rio de Janeiro: FioCruz/icict, 2009. Disponível em: http://www.fiocruz.br/cict/media/susrevisado.pdf. Acesso em: 20 out. 2009.
- Marcondes, C.H.; Gomes, S.L.R. O impacto da Internet nas bibliotecas brasileiras. Transinformação, Campinas, v. 9, n. 2. jul./ago. 1997.
- Marques Neto, J.C.O que fazer com os conteúdos? O livro do século xxi na avaliação acadêmica. Interface. Comunicação, Saúde, Educação. Botucatu, v. 9, n. 18. p. 587-90, set./dez. 2005.
- Meadows, A. J. A comunicação científica. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999.
- Mostafa, S.; Pacheco, M. O mercado emergente da informação. Ciência da Informação, Brasília, v. 24, n. 2, maio/ago. 1995. Disponível em: <a href="http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=598&layout=abstract">http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=598&layout=abstract</a>. Acesso em: 07 jul. 2006.

Libro EULAC.indb 98 18/10/2011 11:18:42 a.m.

- Mueller, S. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. Ciência da Informação, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio-ago. 2006.
- Okerson, A. Are we there yet? Library Trends, v. 48, n. 4, 2000. Collection Development in an Electronic Environment: 671-693. Disponível em: <a href="https://www.ideals.illinois.edu/han-dle/2142/8312">https://www.ideals.illinois.edu/han-dle/2142/8312</a>. Acesso em: 23 jun. 2009.
- Rodrigues, E. et al. RepositóriUM: criação e desenvolvimento do Repositório Institucional da Universidade do Minho. In: congresso nacional de bibliotecários, arquivistas e documentalistas, 8, Estoril, 2004. Nas encruzilhadas da informação e da cultura: (re)inventar a profissão, Actas... [cd-rom]. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2.
- Sena, N.K. Open archives: caminho alternativo para a comunicação científica. Ciência da Informação, v. 29, n. 3, p. 71-78, 2000. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a07v29n3.pdf">http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a07v29n3.pdf</a>>. Acesso em: 22 mar. 2008.
- Sheereves, S.; Cragin, M. H. Institutional repositories: current state and future. Library Trends, v. 57, n. 2, p. 89-97, Fall 2008.
- Swan, A.; Brown, S. Open access self-archiving: An author study. Technical Report, External Collaborators, Key Perspectives Inc., 2005. Disponível em: http://eprints.ecs.soton.ac.uk/10999/Acesso em: 9 jan. 2010.
- Valério, P. M.; Pinheiro, L.V.R. Da comunicação científica à divulgação. Transinformação, Campinas, v. 20, n. 2, p. 159-169, maio/ago. 2008. Disponível em: <a href="http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=302">http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=302</a>>. Acesso em: 18 dez. 2008.
- Viana, C.L.M.; Márdero Arrelano, M.A. Repositórios institucionais baseados em DSpace e e-prints e sua viabilidade nas instituições acadêmico-científicas, 2006. Disponível em: <a href="http://eprints.rclis.org/archive/00008488/01/Trabalho\_SNBU\_RI\_DSpace\_EPrints\_IES.pdf">http://eprints\_rclis.org/archive/00008488/01/Trabalho\_SNBU\_RI\_DSpace\_EPrints\_IES.pdf</a>>. Acesso em: 20 jul. 2007.

Libro EULAC,indb 99 18/10/2011 11:18:43 a.m.

Williams, S.P.; Lawton, F.D. eScholarship as socio-technical change: theory, practice and praxis. 2005. Disponível em: <a href="http://conferences.alia.org.au/ebl2005/Williams.pdf">http://conferences.alia.org.au/ebl2005/Williams.pdf</a>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

Libro EULAC.indb 100 18/10/2011 11:18:43 a.m.

# Piedra, papel y... bytes Los desafíos de la edición universitaria

### Hilda Elena Hernández Carmona\*

Lo que se presenciaba con cierto escepticismo en las últimas décadas del siglo XX, en las primeras del siglo XXI dejó de ser una promesa: la digitalización del universo bibliográfico es ya una realidad. A través de Internet se ofrece el acceso a millones de libros de una manera en que antes jamás habríamos podido imaginar. El derecho a la bibliodiversidad universal está al alcance de la mano con un solo clic.

En la era de la información, los avances tecnológicos que han causado un gran impacto social se han dado a un ritmo impresionante; "el ritmo del cambio deja sin aliento: de la escritura hasta los códices, 4300 años; del códice a los tipos móviles, 1150 años; de los tipos móviles a Internet, 524 años; de Internet a los motores de búsqueda, 19 años; de los motores de búsqueda a la clasificación por relevancia mediante algoritmos, siete años" (Darnton, 2010, pp. 37-38).

Mientras las tecnologías digitales y de redes impactan en la comunicación a escala global, la edición universitaria sigue trabajando de manera semiartesanal. Si bien es cierto que ha hecho uso de algunas aplicaciones digitales relacionadas con los procesos de edición,

<sup>\*</sup> Licenciada en Ciencias de la Comunicación y maestra en edición. Tiene más de 20 años de experiencia en la edición académica. Es directora editorial del Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente (iteso), coordinadora nacional de la Red Altexto de Editoriales Universitarias y Académicas de México y vicepresidenta de la Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe.

diseño y producción, las universidades siguen imprimiendo y distribuyendo libros bajo el mismo modelo de hace más de 500 años: imprimir un determinado número de ejemplares que serán distribuidos en la mayor cantidad posible de puntos de venta.

En este contexto resulta urgente la puesta al día de la edición universitaria, que históricamente ha desempeñado un papel central en la difusión, comunicación y circulación del conocimiento: el gran desafío consiste en pasar del soporte de papel al soporte digital para integrar su producción a internet, la red universal de difusión de contenidos digitales.

El paso del soporte de papel al soporte digital implica mucho más que el simple hecho de subir a internet versiones pdf de las publicaciones; demanda de la edición universitaria modificaciones en cinco aspectos fundamentales: el tratamiento de la información, la distribución de la información, el almacenamiento de la información, el tipo de acceso a la información y el modelo de disposición de derechos.

Mientras que en la edición impresa la información se concentra en un solo objeto físico que se almacena en bibliotecas y se distribuye para su venta en librerías, merced a un acuerdo de cesión exclusiva del copyright a favor de la editorial, en la era pos-Gutenberg la información se fragmenta en unidades mínimas de distribución visibles en los principales motores de búsqueda, y se almacena en bibliotecas virtuales o repositorios que cuentan con protocolos de interoperabilidad, es decir, con características que en la actualidad se consideran como criterios habituales de calidad: accesibilidad, posicionamiento en la web y calidad del código fuente, para el libre acceso del usuario.

# Acceso abierto y copyright

El libre acceso a los recursos digitales derivados de la producción científica o académica, sin barreras económicas o restricciones derivadas del *copyright*, tiene cada vez más apoyo de instituciones y comunidades científicas. La importancia del libre acceso radica no

solo en que amplía las posibilidades de difusión del conocimiento y de impacto de los recursos digitales, sino también en que aumenta el valor de los repositorios cuya gestión recaiga en la propia institución, es decir, cuando ella albergue, difunda y mantenga los ficheros.

Adoptar los protocolos de metadatos de ficheros abiertos, establecidos en el *open archive initiative-protocol for metadata harvesting* (oai-pmh)¹ proporciona la arquitectura y las especificaciones técnicas para que productores y distribuidores de documentos de acceso abierto pongan a disposición de agregadores de contenidos metadatos sobre los documentos que almacenan, con el objeto de hacerlos visibles y accesibles al usuario. La oai soluciona el problema de la dispersión de los documentos en múltiples depósitos institucionales para integrarlos de manera temática, geográfica, tipológica, temporal, etc., en una herramienta que, además, proporciona valores añadidos para el usuario final, como son un sistema de búsqueda e identificación, filtrado, alertas temáticas y medición del uso y del impacto de los documentos.

Así, la edición universitaria de libre acceso debe integrarse en un repositorio institucional que siga los protocolos de archivos abiertos, es decir, en un repositorio de acceso abierto (*open access*) que debe poder encontrarse fácilmente, para lo cual debe registrarse en algún directorio internacional con el fin de aumentar su visibilidad y facilitar su localización.

El movimiento de acceso abierto surgió como una respuesta a los altos precios de suscripción a revistas científicas y al control del *copyright* sobre los trabajos publicados, y fue posible gracias a los avances de las nuevas tecnologías, a la posición de la propia comunidad científica y a la libertad intrínseca de internet para la circulación y acceso a la información.

Un antecedente importante del movimiento de acceso abierto es el repositorio arXiv,<sup>2</sup> creado en abril de 1992 y que en la actualidad dispone de más de cien mil artículos de física, diez mil de matemáticas y mil de computación, aunque el verdadero movimiento

Libro EULAC.indb 103 18/10/2011 11:18:43 a.m.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> http://www.openarchives.org/OAI/openarchivesprotocol.html.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> http://www.arxiv.org.

internacional se dio en el siglo xxi. En octubre del 2000, la Public Library of Sciense (PLoS) publicó en internet una carta abierta dirigida a la comunidad científica pidiendo su adhesión al movimiento; en unas semanas, 34.000 investigadores de 180 países reivindicaron el movimiento. En la actualidad PLoS cuenta con ocho revistas especializadas en medicina de acceso gratuito, y para su trabajo recibe financiamiento de varias fundaciones y universidades.<sup>3</sup>

El movimiento de acceso abierto ha sido avalado también por declaraciones internacionales. Las más importantes son la Declaración de Budapest (Budapest Open Access Initiative [BOAI]) de 2002, la Declaración de Bathesa (2003) y la Declaración de Berlín (2003).

La primera establece el libre acceso a través de internet a los textos completos, su uso y distribución, respetando las leyes de *copyright*, pero abogando por que sean los autores o las instituciones los que dispongan de estos derechos. La segunda complementa a la primera al establecer la garantía de que el *copyright* no sea una barrera para el acceso a los artículos y que los ficheros de estos se depositen en un repositorio institucional. Y la tercera compromete a las instituciones firmantes a favorecer las vías de acceso abierto. 6

La Declaración de Berlín establece también las características que deben cumplir los recursos de acceso abierto. Por un lado, deben garantizar el libre acceso a los trabajos publicados, el poder hacer uso de ellos y el poder copiarlos para trasmitirlos o distribuirlos en cualquier formato digital, siempre con la referencia a la fuente original y a la autoría. Por el otro, deben garantizar su acceso mediante el depósito o archivo de una copia electrónica en un repositorio institucional.

Como consecuencia del impacto creciente del movimiento de acceso abierto, en 2004 Elsevier modificó su política de derechos sobre los artículos aceptados para su publicación, autorizando al

104

Libro EULAC.indb 104 18/10/2011 11:18:43 a.m.

<sup>3</sup> http://www.plos.org.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> http://www.soros.org/openaccess.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> http://www.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm.

<sup>6</sup> http://www.zim.mpg.de/openaccessberlin/berlin\_declaration.pdf.

autor de un artículo publicado en cualquiera de sus revistas a archivar la versión corregida de su trabajo en el sitio personal del autor o en un repositorio institucional, para lo cual debe incluir una cita del artículo publicado y el enlace a la revista correspondiente.<sup>7</sup>

Los resultados del proyecto Romeo, auspiciado por la Universidad de Loughborough (Reino Unido) y que analiza los acuerdos de *copyright* entre autores y editoriales, indican que el *copyright* ya no es un obstáculo para el desarrollo de los repositorios institucionales: casi el 90% de las revistas ya autorizan alguna forma de autoarchivo en repositorios.<sup>8</sup>

Organizaciones como el boai recomiendan que cuando un autor publique en una revista científica o en una editorial, pida una adenda en el acuerdo de cesión de derechos en la que se especifique que el autor puede disponer de su artículo para archivarlo en un repositorio institucional o en una página web personal con la referencia a la fuente donde se haya publicado el trabajo.

## *E-print* o autoarchivo

Durante muchos años la edición universitaria ha dado salida al conocimiento que se genera en la universidad a través de revistas científicas, libros especializados y obras compiladas, cumpliendo siempre una función de legitimación al garantizar la revisión y sanción de comités científicos o académicos y procesos profesionales de selección y edición de contenidos, criterios de confiabilidad para el lector más que nunca necesarios frente al exceso de información digital.

Del lado de los canales emergentes encontramos, además de las revistas y libros electrónicos, otros medios de comunicación científica que cada vez tienen más legitimación que se conocen como "autoarchivo" y que ponen en manos de los académicos la posibilidad de hacer público su trabajo.

Libro EULAC.indb 105 18/10/2011 11:18:43 a.m.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> http://www.elsevier.com/wps/find/authored\_newsistem.cws\_home/companynews05\_00145.

<sup>8</sup> http://romeo.eprints.org/stats.php.

## Archivos preprints o materiales preimpresos

Son los artículos o trabajos que no han sido publicados todavía y que se someten a la evaluación de la comunidad científica. Surgieron de la idea de considerar a la red no solo como una herramienta de edición en línea que agiliza los procesos de creación y difusión, sino como una auténtica red de conocimiento globalmente compartido.

## Archivos postprint

Nacieron con la idea de dar a conocer la denominada "literatura gris": trabajos y comunicaciones presentadas en congresos y seminarios, conferencias, informes y, sobre todo, tesis doctorales, al considerarlas como un auténtico *postprint*: un producto editorial acabado, evaluado de manera positiva, previamente impreso y, por lo general, de escaso valor comercial.

El autoarchivo supone también el hecho de que el autor pueda disponer de un trabajo aceptado o publicado por alguna editorial distinta a la universidad, para archivarlo en el repositorio institucional.

#### Políticas institucionales: motor del cambio

El éxito del archivo en repositorios institucionales radica en que estos realmente sean una imagen de la producción de conocimiento de la universidad.

Sin embargo, el autoarchivo se ha topado con múltiples dificultades relacionadas con las dudas de los académicos relacionadas con los derechos de autor (copyright), las inercias y tradiciones de las comunidades académicas, la sobrecarga de trabajo e incluso las barreras generacionales ante las innovaciones tecnológicas.

Por ello, distintas universidades y fundaciones financiadoras han adoptado políticas que incluyen la obligación de cumplir con el autoarchivo.

En la Universidad de Harvard, por ejemplo, a partir del 2008 distintas facultades han firmado lo que se conoce como el "modelo

Harvard" de libre acceso, que establece el mandato o la obligatoriedad de los académicos de ceder a la universidad una licencia no exclusiva que permite el libre acceso a su producción académica desde un repositorio institucional (Darnton, 2010, p. 11).

Revolucionar la comunicación académica y ponerla al día en el siglo xxi requiere que universidades y organismos financiadores diseñen políticas que:

- Reconozcan el impacto de la publicación o comunicación académica en el posicionamiento y prestigio de la universidad.
- Reconozcan en la edición digital un aspecto central para la investigación y la docencia.
- Integren los recursos valiosos de la universidad en términos de investigación y docencia, plataforma institucional, capacidad tecnológica y experiencia editorial.
- Sin renunciar al sello editorial, que garantiza la revisión de comités y, por consiguiente, el rigor y la calidad, den espacio a la comunicación académica emergente de auto archivo.
- Garanticen el libre acceso a los recursos y ficheros digitales a través de una plataforma o repositorio institucional.
- Aseguren los recursos económicos necesarios para la publicación y comunicación de resultados como un renglón más del gasto previsto en los proyectos de investigación y docencia y para mantener en línea y bajo estándares internacionales el repositorio institucional.

En síntesis, que fomenten la innovación en la comunicación académica para que esta pueda integrarse de manera efectiva a la bibliodiversidad universal como un bien público fundamental de libre acceso.

Libro EULAC.indb 107 18/10/2011 11:18:44 a.m.

# Referencias

Darnton, R. (2010). Las razones del libro. Futuro, presente y pasado. Madrid: Trama; pp. 37-38.

# Parte II Ediciónuniversitaria en América Latina

Libro EULAC.indb 109 18/10/2011 11:18:44 a.m.

Libro EULAC.indb 110 18/10/2011 11:18:44 a.m.

## El caso argentino\*

#### Edición universitaria argentina

MIGUEL ÁNGEL TRÉSPIDI\*\*

Encuentro propicia esta publicación sobre la edición universitaria en Iberoamérica para celebrar una de las capacidades humanas más preciosas: la de pensar, razonar, escribir, producir conocimiento e ir con él al encuentro del otro, en actitud educativa, con voluntad de comunicarse.

Maravilloso quehacer el del editor de poder sostener y de contribuir a ampliar la actividad más hermosa del ser humano sobre la Tierra: la de leer para conocer, imaginar, pensar, ampliar los horizontes de comprensión, favorecer la fluidez de las relaciones, nutrir las posibilidades de creer, crear, crecer, construyendo un mundo en común, que incluya a todos, que respete activamente la diversidad, que valore la solidaridad, la libertad, la paz y la democracia, que reconozca plenamente que la educación es camino seguro para el

<sup>\*</sup> N. del E. En la recepción de los primeros originales para esta compilación, solo se había contemplado el artículo "Edición Universitaria argentina" de M.E. Tréspedi y posteriormente fue recibido el de J.L. Volpi, el cual se incluye también como parte de "El caso argentino".

<sup>\*\*</sup> Vicepresidente de la Asociación de Editoriales Universitarias de Latinoamérica y el Caribe (EULAC). Profesor asociado del Departamento de Ciencias de la Comunicación de la Facultad de Ciencias Humanas de la Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC). Director de la Editorial de la UNRC. Correo electrónico: editorial@rec.unrc.edu.ar

desarrollo humano integral y sustentable y que la educación pública y gratuita es un camino abierto para todos.

Construir la propia palabra no es tarea sencilla, hacen falta años de cultivo. Pero cuando se la posee, es como abrir los ojos para ver. Así el trabajo con la palabra se torna gozoso, porque se vive a diario la alegría de comunicar. Goce, pero también responsabilidad. Me refiero a un compromiso de sentido con el acto de publicar. El ideal—siempre hay que aspirar a un ideal— es la palabra bien dicha, dignamente dicha, colmada de esencia, destinada a labrar la existencia humana a través de una educación superior de calidad.

Por eso estoy profundamente gratificado por la amable invitación que formularon a la Red de Editoriales de las Universidades Nacionales para acompañarlos en este libro abriendo el espacio para incluir la experiencia argentina. Hacen falta estas iniciativas porque gratifican, hacen bien a todos, tanto a las universidades como a las editoriales y a quienes trabajamos en ellas, en tanto dejan en claro cuál es el compromiso con la visión y el reconocimiento de la misión que tienen las editoriales universitarias en cuanto contribuyen a poner en disponibilidad social el conocimiento que se genera en nuestras casas de altos estudios y en sus centros de investigación, propósito que conlleva la democratización del saber científico.

Desde mi perspectiva, se trata de una práctica de comunicación social en la cual la editorial emerge y se configura en un centro estratégico donde la palabra de académicos, investigadores y extensionistas se abre camino mediante las páginas de un libro, pues quien escribe, quien plasma por escrito sus ideas, lo hace para hacer oír su voz y abrir caminos a otras voces, para testimoniar y para recoger testimonios.

Hay que destacar el enorme valor social y económico que tiene el trabajo que realizan los intelectuales universitarios, porque abre la oportunidad de ser aplicado a la solución de problemas cotidianos de los ciudadanos, las instituciones, las comunidades y la sociedad.

Nada está más destinado en una universidad pública a ser puesto en disponibilidad social que el conocimiento, porque el cono-

cimiento es esencialmente comunicable, lo contrario conduciría a una apropiación privada de él. Los saberes acumulados en un texto son un acervo cuya difusión adquiere interés estratégico, transformando los modos de relacionarnos con nuestro entorno, promoviendo la construcción de un *nosotros* en tiempos de diversidad, incertidumbre y complejidad, para transitar un camino de procesos más afortunados y de mayor espesor que beneficien la actividad productiva y el desarrollo integral y sustentable de toda la sociedad.

Que esto se produzca en el ámbito siempre propicio de una universidad nacional, a la cual muchos son proclives a criticar, a señalar sus debilidades, a descalificarlas en una acción claramente desequilibrante, por el contrario potencia vientos de utopía, de resistencia y oposición a propósitos de mercantilización y privatización de todo lo educativo, en tanto la educación pública es un recurso vital para la vida democrática y cívica de la nación.

Colaborar en esa construcción es uno de los sentidos esenciales de un libro universitario, ya que la lectura y el estudio son un lazo de amor que no ata, sino que desata la imaginación, la creatividad y las mejores capacidades humanas de vida compartida y vivida con sentido, con ética, manteniendo una mirada atenta de 360 grados a las oportunidades y posibilidades que las nuevas condiciones de los escenarios actuales ofrecen, y todo ello contribuye para hacer del mundo un lugar más acogedor para la vida.

Acerca del acto de publicar decía Simón Rodríguez: "...no es para ostentar ciencia con los sabios, sino para instruir a la parte del pueblo que quiere aprender. El fin de la ciencia no es querer saber más que todos, sino desear que *todos* sepan lo que no deben ignorar" (2010; énfasis añadido). Este es el norte que nos marca trascendencia y ejes estratégicos: educación, conocimiento y desarrollo social.

#### El libro universitario

En este punto me parece significativo definir qué es el libro universitario. Tarea ímproba, pero no imposible, al menos en el intento

Libro EULAC.indb 113 18/10/2011 11:18:44 a.m.

de generar algunos aspectos disparadores, a fin de que a través del análisis y la reflexión encontremos pleno sentido.

El libro universitario es el *producto* del esfuerzo institucional en el que están comprendidas todas las funciones sustantivas universitarias: enseñanza, investigación y extensión, junto a las operativas y de vinculaciones, destinado a poner en disponibilidad social los nuevos conocimientos que se generan en ellas, favoreciendo su aplicación productiva en beneficio del desarrollo integral y sustentable de la sociedad.

Es un medio de comunicación fundamental para la expresión intelectual del cuerpo de docentes, investigadores, de extensión y de miembros de la sociedad, quienes encuentran en el libro un soporte primordial para la difusión de sus trabajos y de sus ideas, para su legitimación y validación.

Está destinado a:

- Resguardar la cultura local, regional, nacional y aun internacional, en ese orden de prioridades.
- Conferir alta referencialidad a la actividad académica.
- Permitir la comunicación social de la actividad científica.
- Demostrar la capacidad de pensar de nuestros científicos.
- Ofrecer la máxima calidad.
- Manifestar la capacidad universitaria de dar respuesta a las demandas sociales.
- Acumular experiencia.
- Crear memoria.
- Integrar y articular los programas y proyectos académicos y científicos.

Considero que el libro universitario no tiene vocación de lucro, solo contempla la recuperación de costos que garanticen la permanencia y evolución de la función editorial.

Frente a la pobreza comunicacional que nos ofrecen los medios de comunicación masiva y las grandes editoriales comerciales; frente al grito permanente, el vacío, los insultos, la trivialidad de los

modelos, el trato reducido a ser mero consumidor, la infantilización y la puerilización, un vocabulario ruinoso, quiero señalar por qué resulta tan valioso el libro universitario:

- Porque es un ejercicio de comunicación centrado en el conocimiento, la reflexión, el raciocinio, la pluralidad y la verdad; plantea ideas para debatir.
- No impone, solo pone en disponibilidad social determinados conocimientos.
- 3. No vende nada, solo entrega semillas.
- 4. No grita, expone. Desde el respeto, respeta el derecho a disentir.
- 5. No está inmerso en un marco consumista, no distrae, sino que se centra en cuestiones trascendentes. Apuesta a la inteligencia y a la sensibilidad de sus lectores.
- 6. No generaliza, profundiza, incluye mensajes de alta referencialidad.
- 7. No es pueril ni superficial, apunta a lo esencial, se adentra en la aventura del conocimiento y de la percepción, habla con un vocabulario rico, bien utilizado que intenta contagiar sueños de grandeza.
- Demuestra la preciosa variedad del lenguaje desde el cual podemos disfrutar variadas emociones y alegrías.

De esta forma las ediciones universitarias adquieren el papel de mediador, de puente, que acerca y comparte conocimientos, experiencias útiles y valiosas, y porqué no, de sueños para la vida cotidiana. Por eso el contribuir a alcanzar un futuro mejor para todos debiera ser el destino final y el sentido más profundo de nuestros mejores esfuerzos.

## Presente y proyecciones del libro universitario

Existen inquietantes datos para nuestro sector —cuyos principales productos continúan siendo mayoritariamente las publicaciones en

Libro EULAC,indb 115 18/10/2011 11:18:44 a.m.

papel—, como lo son la emergencia dinámica de nuevos soportes digitales y el exponencial crecimiento de las publicaciones periódicas científicas frente al libro, que ponen a la tradicional producción en eventual situación de crisis. A ello se suman la persistencia a referenciarse en modelos importados para definir una editorial, la tendencia en el intento de homogeneizar los sistemas operativos de las editoriales universitarias y el reduccionismo endogámico con que se piensan sus funciones, lo que las ubica en un virtual estado de latencia. Veamos:

El libro digital se consolida hoy como una realidad en el mundo. Sin embargo, el libro no se va a constituir en una pieza de arqueología, se va a transformar. Por ello lo más lógico es que antes de preocuparnos por si desaparece o no el libro, debemos encontrar formas de crear con él nuevos productos instantáneos como resultado de una actitud creativa y proactiva. Hay que saber encontrar nuevos usos de las tecnologías para innovar. Tengamos en cuenta que el reemplazo del papel por la pantalla "no implica reducir complejidad sino acrecentarla, porque aquel debe sustituirse por tecnologías que requieren inversiones constantes y crecientes", tal como lo señala Uribe (2009).

Si bien los costos de los dispositivos de lectura digital son todavía inalcanzables, se augura una reducción sustancial en corto tiempo y seguramente acabarán por alcanzar la accesibilidad. El carácter electrónico es un facilitador para cumplir periodicidades demandadas para las publicaciones científicas, porque nos separa drásticamente de los enormes costos de las ediciones en papel y de circulación.

La tecnología digital actual da posibilidad de imprimir por demanda, por parte de libros, y hacerlo simultáneamente en diferentes países y en varios soportes. A ello se suman las nuevas alternativas como la web 2.0 y las redes sociales que aparezcan o sepamos crear y aplicarlas en la industria editorial. Esta inquietud es un emergente saludable y concreto de una demanda que viene presentándose, cual es la mejora de la difusión, la circulación y la divulgación, a través de

medios que socialicen masivamente los resultados de investigaciones y el pensamiento científico.

Quedan por resolver muchos retos sobre temas de comercialización y distribución digital, todos aspectos a los que por ahora en Argentina dedicamos poca atención y escasa gestión.

Por su parte, el acceso a internet —30,1% de la población (Uribe, 2010)— es todavía lejano para amplios sectores sociales, y sus perspectivas no se muestran demasiado promisorias. Debemos tener conciencia de que los resultados de alto impacto que nos ofrecen las nuevas tecnologías no nos deben distraer la mirada respecto de las exclusiones que provocan. A veces la fascinación por volúmenes de impacto nos puede condicionar y llevar a formular apreciaciones erróneas o exitistas sobre su eficacia, al partir de enfoques lineales y simplificadores, obviando la complejidad que caracteriza a nuestra contemporaneidad.

Plantear este estado de cosas no significa necesariamente adoptar una actitud reaccionaria o derrotista. Para cualquier invención es necesaria la prueba de eficacia, de discriminación de beneficios e inconvenientes. La revolución digital nos pone ante una transformación que es posible capitalizar a nuestro favor, siempre y cuando se experimente el uso de las innovaciones exógenas que aparecen en estos periodos de transición, para adoptarlas críticamente e implementarlas metabolizándolas, aplicando en ese proceso matrices culturales de raíz latinoamericana. Hay que tomarse tiempo, trabajar con paciencia y a conciencia.

El libro también se enfrenta a crecimientos de ventas en las bibliotecas universitarias muy desiguales en relación con las publicaciones periódicas, que incrementaron su compra en 47% contra 3,7% de los libros (Uribe, 2010), en especial las digitales, porque las pueden poner fácil y rápidamente a disposición de los alumnos. Por ello resulta imprescindible incorporar la cuestión de las publicaciones científicas como uno de los temas de injerencia de las editoriales universitarias.

Libro EULAC,indb 117 18/10/2011 11:18:44 a.m.

Por otra parte, las ediciones universitarias tienen la potencia de ser facilitadoras, de ir al *encuentro* de campos de conocimiento que no con mucha frecuencia articulan, integran o comparten sus puntos de interés, preocupaciones, desarrollos y resultados. De concretarse, resultaría un encuentro de sinergia positiva y nadie puede negar que esta relación no sea una buena noticia en la producción científica, sin falsos complejos, porque es un punto de partida destinado a dar buenos y esperados frutos.

La Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc) manifiesta que ha obtenido un formidable crecimiento, al pasar de 28 revistas incluidas en el 2003 a 653 revistas en el primer trimestre del 2010 (Redalyc, 2010). La red explica ese crecimiento por el desarrollo y reestructuración tecnológica, destacando el paralelo apoyo directo a editores en el mejoramiento de los procesos editoriales científicos, así como los cursos y talleres específicos.

La posibilidad de enfrentar y superar los nuevos desafíos tecnológicos de producción y la profundización de la distribución requieren una actitud colaborativa, coherente con el sentido de complementariedad y corresponsabilidad para producir sinergias.

Acerca de la persistencia a referenciarse en modelos importados para definir una editorial, en nuestro país la mirada está puesta en modelos europeos y norteamericanos antes que latinoamericanos. Esos modelos carecen de adaptación a la cultura y a las necesidades argentinas y latinoamericanas, en parte porque mantenemos una permeabilidad y atracción cultural latina hacia dichos modelos y ciertos niveles de dependencia económica y tecnológica. En lo local existe todavía poca reflexión sobre la materia y poco material al respecto. En la región son escasos los vínculos y las interacciones entre las asociaciones dedicadas a esta temática, lo que nos lleva a un desconocimiento mutuo, inhibiendo el intercambio de experiencias, de ideas, de propuestas, de articulación, de conocimiento sistematizado y de producir una fertilización cruzada.

En relación con la propuesta de homogeneizar el modelo organizacional de las editoriales universitarias a la manera de una fórmula mágica aplicable y válida para todos los casos y situaciones, debo precisar que las características estructurales, funcionales y operativas no son algo genérico que se pueda universalizar. Por el contrario, la impronta institucional de la universidad a la que pertenece, su génesis, el proceso de gestación, el entorno donde se emplaza, la visión que de ella se tiene, las particularidades de los modos organizativos y de gestión constituyen características singulares, específicas y propias no repetibles en otras situaciones, lo cual implica formular estrategias contextualizadas.

Sobre la aplicación de un sentido endogámico en la definición de su estructura, funciones y producción, señalo la necesidad de poner en primer plano el concepto de *totalidad* que implica una institución universitaria. Estoy convencido de que una editorial universitaria y los procesos que de ella se derivan, no se pueden explicar adjudicándole centralidad sin establecer necesariamente un sentido endogámico, sosteniendo una mirada reduccionista, porque de esa forma queda fuera lo esencial y produce una mirada limitada que conduce a interpretaciones y gestiones erróneas y un funcionamiento de carácter entrópico. Esta tendencia es, en parte, producto de estar inmersos en una cultura institucional universitaria individualista, aislacionista, fragmentada, conservadora y con tradición de eximirse de responsabilidades. Hoy sabemos que en la diversidad radica la riqueza de los procesos.

En el análisis de este cariz no debemos olvidar que las funciones sustantivas de las universidades son la enseñanza, la investigación y la extensión. El resto de las actividades son herramientas operativas subordinadas a estas, por lo que las editoriales universitarias deben pensarse como un servicio y no como centro de la gestión universitaria. Esto resulta claro para pensar la propia función de una editorial universitaria con sentido de complementariedad y de integración. Por lo tanto, es importante generar condiciones

Libro EULAC indb 119 18/10/2011 11:18:45 a.m.

de factibilidad y aceptabilidad para que las editoriales universitarias avancen hacia los cambios requeridos bajo la concepción de ser una tarea en la que se encuentran involucrados todos los actores institucionales.

Los factores inhibidores señalados condenan a las editoriales universitarias a sobrevivir, a funcionar en la coyunturalidad, a ajustarse a las limitaciones reglamentarias burocráticas, a permanecer en estado de latencia, frente a lo cual es necesario ratificar una irreducible defensa por ellas y sostener la esperanza de que en el futuro alcancen su pleno potencial si se liberan energías, se impulsan utopías crispantes y visiones convocantes, se encauzan esfuerzos convergentes y se involucren y se comprometan a contribuir al desarrollo de las instituciones universitarias a las que pertenecen.

#### La Red de Editoriales de las Universidades Nacionales (reun)

Considero necesario describir el marco en el que nos movemos para alcanzar el objetivo buscado, ya que sin él podríamos encontrarnos con dificultades para comprender y encontrar los caminos locales y del conjunto.

La reun es una asociación reconocida por el Consejo Interuniversitario Nacional (cin) y constituye un espacio de articulación y de intercambio de conocimientos, experiencias y acciones destinados a mejorar la labor editorial que se desarrolla en las universidades nacionales. Según su Estatuto (2007), aprobado por la Asamblea General de 2006, sus objetivos son:

- Generar un instrumento eficaz para favorecer la promoción, producción, transmisión y circulación del conocimiento y la producción científica y literaria de nuestras instituciones universitarias nacionales (iun).
- 2. Propiciar la creación, sostenimiento y crecimiento de editoriales en todas las iun.
- 3. Difundir la actividad académica e investigativa con el sentido primordial de comunicar la ciencia.

120

Libro EULAC.indb 120 18/10/2011 11:18:45 a.m.

4. Poner en disponibilidad social el conocimiento que se genera en ellas, propósito que conlleva la democratización del saber científico.

Las editoriales universitarias argentinas muestran una diversidad y unas asimetrías notorias, reflejando las particularidades con las que se estructura, articula y funciona el propio sistema universitario nacional.

En Argentina contamos con editoriales universitarias centenarias y otras que recién se constituyen, editoriales con fondos bibliográficos significativos y otras que registran escasas ediciones. Continúa existiendo un importante volumen de publicaciones universitarias que carecen de registro de isbn o de issn o tienen registro de autor, lo cual deja fuera de las estadísticas de referencia un importante volumen del trabajo, que es excluido a la hora de cuantificar a escala nacional e internacional el nivel productivo del sector, con clara significación negativa. Si hablamos de formas organizativas, el panorama es igualmente diverso, ya que existen editoriales que dependen del rectorado, de facultades, de fundaciones, de cooperadoras o de empresas mixtas; otras son áreas de publicaciones, o podemos encontrar una, varias o ninguna editorial dentro de una misma universidad. Si la perspectiva de análisis es la económica, veremos que podemos pasar de total autonomía administrativa y financiera a una parcial o total dependencia de los fondos universitarios

El conjunto editorial en su gestión se muestra fragmentado, aunque explorando experiencias de sentido complementario, con atraso y diversidad de tecnologías de impresión y falta de capacitación, de formación profesional y de incentivos a los recursos humanos afectados a esta tarea.

En Argentina carecemos de una política editorial, la cual podría cumplir un papel orientador y referencial, fijando rumbos estratégicos para la toma de decisiones, orientando el recorrido por caminos convergentes y coherentes, evitando la dispersión de esfuerzos y la divergencia de sentidos, aprovechando capacidades y experien-

Libro EULAC.indb 121 18/10/2011 11:18:45 a.m.

cias en acciones sincronizadas y armónicas. En las universidades existe, además, una desarticulación en el dominio operativo de las editoriales con las secretarías académicas, de ciencia y técnica y de extensión, con las cuales compartimos una parte del universo institucional. Las revistas científicas parecen ser un mundo aparte, lo cual suena disonante. Es sorprendente la ausencia de compra de libros entre universidades y la desvinculación con las bibliotecas académicas y científicas.

Así, la actividad de la amplia mayoría de las editoriales universitarias aparece como no sistemática, sin planificación, aislada y desfinanciada —producto de las insoportables dificultades económicas y financieras que vive el sistema educativo público—, más voluntarista que orgánica, con lo cual se diluyen potencias y se inhiben sinergias para alcanzar metas posibles y deseables.

A pesar de ello y de la insoportable falta de financiamiento que vive el sistema educativo público, las editoriales universitarias publican anualmente más de 1600 nuevos títulos y captan entre 6 y 8% del mercado nacional de libros. Esto es posible en la República Argentina porque en las universidades nacionales existe una fuerte y valiosa tarea de investigación y son, por excelencia, el lugar de creación de conocimientos y tecnologías, ya que en ellas está la mayor proporción de investigadores del país (60%) y es donde se genera la mayoría de las investigaciones originales (95%). Por eso, la producción intelectual que de ellas emana necesita canales de transmisión y difusión que hagan posible que la sociedad en su conjunto pueda recibir estos aportes. Algunas universidades nacionales están haciendo esfuerzos significativos por desarrollar la actividad editorial, en lo que podría constituir un nuevo paradigma de editorial universitaria, porque están comprendiendo que no solo son una herramienta prioritaria para los investigadores que encuentran en sus publicaciones una forma de legitimarse, sino que favorecen la transferencia y la apropiación de conocimientos por medio de las tareas de extensión y desarrollo, que constituyen un reto para pensar las editoriales del futuro y las propias universidades del futuro.

Lo digo a pesar de las debilidades mencionadas: en las universidades nacionales argentinas las posibilidades son cada vez más propicias para realizar publicaciones, ya que existen actualmente editoriales universitarias consolidadas y con experiencia acumulada, activo que se refuerza con planes oficiales de fortalecimiento de la investigación científica en el sistema universitario nacional, con iniciativas transversales que involucran y articulan a la reun con las secretarías de ciencia y técnica, para la coedición de productos de comunicación científica que surgen por necesidades didácticas y curriculares, y de materiales científicos de temas que se encuentran en la frontera científica del conocimiento y en campos disciplinares incipientes y de vacancia.

Entiendo que la misión de la editorial no termina con la publicación de una cierta cantidad de títulos por año, sino que debe ir más allá: debe explorar y abrir nuevos horizontes más promisorios que nos permitan crecer y desarrollarnos con más optimismo y certeza. Por eso debemos formular una misión potente y de envergadura a nuestras editoriales.

En la reun hemos encontrado los siguientes factores facilitadores:

- El asociarnos en una red. Al encontrarnos, vincularnos, trabajar juntos, articularnos y complementarnos, la red nos ha permitido formular una estrategia centrada en el "Libro Universitario Argentino", que dio origen a un plan de trabajo plurianual, sobre cuyo eje realizamos acciones integradas.
- La consolidación del stand cin-reun en la Feria Internacional del Libro de Buenos Aires, en la cual las editoriales universitarias (28 integradas en el 2010) vienen exponiendo desde hace seis años consecutivos mil títulos de reciente edición y han logrado la venta de 1500 ejemplares por más de 10.000 dólares. Así se muestran en todo su potencial ante más de 1500 expositores nacionales y extranjeros.

Libro EULAC.indb 123 18/10/2011 11:18:45 a.m.

- La integración al Plan de Fortalecimiento de la Investigación Científica y Desarrollo Tecnológico en las Universidades Nacionales, que tiene el propósito de consolidar a las universidades como actores relevantes en el sistema de ciencia, innovación y tecnología en Argentina. Una de sus iniciativas transversales está relacionada con la reun, en temas de productos editoriales universitarios argentinos y en revistas científicas y de divulgación.
- La significación de la importancia de las revistas científicas en las
  editoriales universitarias. Un primer paso fue la integración de
  un espacio especial para las publicaciones periódicas científicas
  en el stand de cin-reun en la Feria del Libro de Buenos Aires.
- La integración al Programa de Promoción de las Universidades Argentinas en el Exterior, del Ministerio de Educación de la Nación, con participación en ferias internacionales del libro como la de Veracruz y la de Monterrey, en México; la de Cartagena y la de Bogotá, en Colombia; la de Lima, en Perú, y la de Casa Argentina, en París.
- En la habilitación de Elblogdelareun, sitio de encuentro virtual entre las editoriales universitarias abierto a los interesados en el tema.
- El Proyecto Registro de Propiedad de la Marca Libro Universitario Argentino, con el propósito de lograr la convergencia de la producción editorial universitaria en la difusión nacional de conocimientos relevantes, innovadores, actualizados y contextualizados para el desarrollo sustentable del país, y de interés para el análisis crítico de la realidad argentina, generados en el ámbito de las universidades nacionales y puestos en disponibilidad social mediante libros accesibles, ediciones originales, textos didácticos actualizados y adecuados a las necesidades de los estudiantes, profesores y profesionales, vinculados con la región y que utilicen nuevos conocimientos en el tratamiento de problemas y ejemplos actualizados en el contexto local.
- El Plan de Fortalecimiento de las Editoriales Universitarias en sus necesidades logísticas, de formación, de infraestructura, de actualización tecnológica, con un periodo de tres años de vigen-

Libro EULAC.indb 124 18/10/2011 11:18:45 a.m.

- cia en el que proponemos un financiamiento estatal que permita generar un salto cualitativo en las ediciones.
- La firma de convenios con organizaciones del sector, como la Biblioteca Nacional, la Asociación de Bibliotecas Universitarias de Córdoba (abuc) y la Federación Argentina de Trabajadores de las Universidades Nacionales (fatun). Ello, en la conciencia de que en este mundo global las soluciones no vienen por lo local, por las acciones aisladas, individualistas, que suenan disonantes, sino por la integración y la complementación.
- La promoción de los contratos de hospedaje en Google Book Search.
- La promoción de la incorporación al rilv del Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe (Cerlalc).
- La integración a la Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe (eulac).
- El impulso dado al desarrollo de experiencias de coediciones entre las editoriales universitarias, integrándose y complementándose en cuestiones logísticas, económicas, de formación, de infraestructura y de disponibilidad de tecnologías, para recorrer caminos convergentes y coherentes, evitando la dispersión de esfuerzos, aprovechando capacidades y experiencias en acciones sincronizadas y armónicas, instalando la necesidad y potencialidad de una articulación asociativa que genere sinergias para alcanzar metas posibles y deseables, que constituyen un reto para pensar no solo las editoriales del futuro, sino las propias universidades del futuro. Desde la reun hemos editado cuatro libros sobre las Jornadas Nacionales con la coparticipación de 20 editoriales universitarias.
- La participación en el análisis, aportes y debate de la Ley Nacional del Libro Argentino, que se trata en el Congreso de la Nación.
- En la concreción de un Directorio de Editoriales Universitarias y de la Red de Librerías Universitarias.
- En instalar la necesidad de contar con una página web.

Libro EULAC.indb 125 18/10/2011 11:18:45 a.m.

## Proyecciones

Este punto puede constituir una tentación a formular propuestas a la manera de recetas mágicas de corto plazo que solo nos llevarían a recoger frustraciones. Ni futuros ideales ni futuros catastróficos: futuros posibles, realizables.

En ese sentido debemos:

- Complementar capacidades académicas, tecnológicas y económicas.
- Trascender el mercado local y regional para reforzar y profundizar la integración solidaria nacional, paso previo e imprescindible para alcanzar posicionamientos globales.
- Facilitar la exportación de conocimientos en el marco de una coyuntura que favorezca la presencia en mercados internacionales, como lo es el programa de promoción de la universidad argentina.
- Contribuir a realizar la función sustantiva que tiene la universidad nacional, cual es la de enseñar, enseñar a aprender, y aprender como respuesta a un proceso que solo así puede alcanzar su integralidad y calidad.
- Alcanzar mayor eficiencia económica y financiera de distribución y comercialización.
- Realizar coediciones que cuenten con la concurrencia de profesores de varias universidades, por necesidades didácticas, por necesidades curriculares, en áreas de vacancia o en la frontera de conocimientos,
- Promover la definición de una política de comunicación de la ciencia. Entre nosotros mismos, hacia la sociedad en general, hacia los medios de comunicación masiva y hacia las editoriales universitarias.
- Situarnos en un modelo de comunicación basado en la relación.
   Si lo hacemos en un modelo de transmisión, nos quedaremos hablando desde un discurso centrado y limitado a la preocupación de informar. En este caso vale preguntarnos cuál es la

- voluntad de diálogo y de comunicación que existe con los posibles interlocutores, sin verlos nunca, sin poder aspirar a una respuesta por parte de ellos.
- "Entreayudarnos". Parafraseando a Simón Rodríguez, las editoriales universitarias estamos para "entreayudarnos" no para "entreignorarnos".
- Reconocer las dificultades de integración que existen en proyectos cooperativos.
- Comprender que en este mundo global las soluciones no vienen por lo local, por las acciones aisladas, individualistas, sino por la integración y la complementariedad, por lo que se impone aplicar criterios de acciones asociadas, integradas, integrales, integrantes, coherentes y convergentes en las dimensiones señaladas. Nadie hace nada solo.
- Es necesario, aunque introduzca una tensión en el sistema burocrático en el que se mueven las universidades nacionales, incorporar una lógica de mercado para ampliar la actividad de las editoriales universitarias.
- El conocimiento científico tiene un enorme valor social y económico que beneficia a la sociedad en su actividad productiva y el desarrollo integral. Al respecto existen sectores gubernamentales, fundaciones, organizaciones no gubernamentales, organizaciones sectoriales y empresas interesadas en facilitar esta actividad provechosa, alternativa que no se está explotando.
- La ciencia tiene la imperiosa necesidad de alcanzar mayor visibilidad y posicionamiento en la sociedad. "Ciencia y sociedad pueden verse hoy como dos universos independientes que no guardan ninguna relación entre sí. La divulgación de la ciencia juega un papel importante en esta relación, pero su orfandad aún es tal, que en vez de estar trabajando en pos de eliminar esta manera de pensar, contribuye frecuentemente a fortalecer esta dicotomía" (Hernández y Horta, 2009).
- La afirmación de Valdés Pérez (2009), en el sentido de que "la comunicación es un componente inseparable de la práctica y

Libro EULAC.indb 127 18/10/2011 11:18:46 a.m.

la socialización de la ciencia", adquiere el carácter de premisa. Dice Daniel Prieto Castillo (2000): "...a menudo en los proyectos la comunicación aparece como un dado por sabido del cual nadie se ocupa. La comunicación es parte fundamental de cualquier proceso de investigación, tanto como cada uno de sus otros componentes. En ella se centra el sentido de esta práctica, de lo contrario estamos en un juego de estrechos horizontes, en una práctica social que puede tener algo de práctica, pero muy poco de social". Las editoriales universitarias justifican su carácter de herramientas estratégicas en este propósito.

- Invertir en difusión publicando en las páginas web de cada universidad los fondos editoriales disponibles, lo que favorecería incrementar la visibilidad nacional e internacional. La ciencia que no se ve no existe.
- Invertir en calidad editorial, pues no hay visibilidad sin contenido de calidad. Ambas marchan en paralelo.
- Tener en cuenta que la calidad de las publicaciones universitarias constituye un mensaje a la sociedad sobre la propia calidad universitaria.

Como a lo largo de esta exposición hice referencia a educación, cultura y futuro, para cerrar creo oportuno citar una frase de José de San Martín: "Sin las luces de la educación pública, nada haremos y acabaremos por aniquilarnos". Y en el entendimiento de "que los hombres estamos para entreayudarnos", como decía el maestro Simón Rodríguez, necesitamos recuperar la actitud de ir al encuentro del otro, a lo cual es posible aportar desde las editoriales universitarias porque tenemos un punto de encuentro y un propósito que nos une: el libro.

#### Referencias

Hernández, Nubia y Lissette Horta (2009). "Las cátedras de cultura científica en la socialización del conocimiento". La Habana: Editorial Félix Varela.

- Prieto Castillo, Daniel (2000). "Comunicación, universidad y desarrollo". La Plata (Argentina): Plangesco.
- Redalyc. 2º Congreso Internacional de Editores. (2010). Valdivia (Chile). Disponible en: www.redalyc.org/congresoeditores2010.
- Rodríguez, S. (2010). "El utopista latinoamericano". Río Cuarto: Editorial UNRC.
- Uribe, R. (2009). "El futuro de las Editoriales Universitarias". VII Congreso Internacional de Publicaciones Universitarias de Iberoamérica. Bogotá, ASEUC.
- Valdés Pérez, Miguel G. (2009). "Publicaciones académicas: perfiles de la cultura científica universitaria". La Habana: Editorial Félix Varela.

## Una actualización necesaria

## José Luis Volpogni\*

En octubre del 2010 se realizó en La Plata (provincia de Buenos Aires) la Asamblea de la Red de Editoriales de Universidades Nacionales (reun), donde se eligió una nueva Comisión Directiva para el periodo 2011-2013.

La nueva Comisión Directiva está formada por las universidades nacionales de Villa María, Mar del Plata, General Sarmiento, Quilmes, Lanús, Rosario, La Plata y del Litoral.

Libro EULAC.indb 129 18/10/2011 11:18:46 a.m.

<sup>\*</sup> Director de Ediciones de la Universidad Nacional del Litoral. Presidente de la Red de Editoriales Universitarias Nacional (Argentina).

Esta renovación en la conducción de la reun es fruto del consenso de un grupo de editoriales universitarias que compartimos diagnósticos sobre la situación actual y proponemos soluciones a los problemas históricos de las editoriales universitarias.

La diversidad de los distintos modelos de editoriales universitarias que conforman la reun nos exige agudizar nuestro análisis en los acuerdos programáticos sobre qué hacer y cómo hacerlo.

El desafío es seguir asumiendo nuestra tarea como una extensión comunicacional del mundo académico o plantearnos editorialmente la socialización del conocimiento que la universidad produce por medio de sus docentes, de investigadores e incluso de intelectuales que no están en la institución pero siguen produciendo contenidos aptos para nuestro trabajo de edición.

Lo anterior no es un juego de palabras. De lo que se trata es de construir el catálogo de la editorial universitaria como consecuencia de una decisión política o quedarnos en la pasividad de publicar, y en muchos casos solamente imprimir lo que nos llega.

En ese sentido, la problemática central que nos reúne y sobre la cual vamos a estructurar nuestra estrategia es la profesionalización de las editoriales universitarias.

Creemos que muchos de los problemas que se vienen arrastrando en nuestras acciones pueden tener soluciones si las revisitamos desde esta perspectiva.

Nuestro objeto es el libro y sus variantes de soporte a partir de las nuevas tecnologías. Nuestra función es asumir la tarea de edición como el lugar de la decisión sobre el objeto y sobre qué es publicable y qué no y cuál soporte es el más indicado. Nuestras preocupaciones diarias deben ser el diseño editorial, los derechos de autor, el arte de tapa, la corrección de estilo, nuestra vinculación con la Cámara del Libro, la búsqueda de distribuidores, el precio de venta al público, las estrategias de *marketing*, las campañas publicitarias. Como editores universitarios creemos que nuestra consigna en un libro empieza con alguien que escribe y termina con alguien

que lo lee. Nuestro accionar está en el plus (el valor agregado de la edición) que como institución universitaria podamos agregar a esos contenidos que nos llegan o que nosotros elegimos publicar.

Profesionalizar nuestra actividad y avanzar en niveles de autonomía de gestión es la tarea más significativa que se nos plantea en la actualidad. Cuando hablamos de profesionalización planteamos dejar de trabajar a partir de la demanda interna de la institución y organizar nuestras estrategias a partir de categorías editoriales. Una de nuestras funciones es construir el catálogo a partir de asumir nuestro papel de editores universitarios.

En ese sentido, la propuesta editorial de las universidades es un espacio institucional que exige ser pensado y puesto en la agenda de las universidades para su permanente revisión y actualización.

Las experiencias y recorridos de las editoriales universitarias son diversas. Cada uno de los recorridos es propio, porque las estrategias editoriales se articulan a partir de los distintos perfiles institucionales con que cada universidad conjuga las funciones sustantivas de la institución: docencia, investigación y extensión.

En esta diversidad radica la riqueza del encuentro entre las editoriales universitarias para que la puesta en común y la manera en que cada una resuelve problemáticas comunes permitan un crecimiento en la reflexión compartida.

Reafirmamos la importancia de generar un espacio de debate y reflexión sobre nuestra práctica, con el objetivo de construir identidades y avanzar en nuestros objetivos y funciones específicas, teniendo como horizonte de reflexión la pregunta acerca de la profesionalización de nuestra práctica. Desde esta perspectiva estamos convencidos de generar estrategias más conducentes a la función social de nuestras editoriales.

Libro EULAC.indb 131 18/10/2011 11:18:46 a.m.

## Edição universitária no Brasil

## Leilah Santiago Bufrem\*

### Introdução

Em determinado momento histórico do Brasil, originou-se uma atividade cultural significativa para a sociedade: a edição universitária. Projetos editoriais iniciaram-se na década de 1960, alguns despontando em instituições de ensino superior (IEs) como propostas inovadoras, outros a partir das imprensas ou gráficas universitárias, onde eram produzidos diversos tipos de documentos, textos ou papéis administrativos, além de livros que raramente passavam por um processo seletivo ou decorrente de uma política editorial.

As primeiras editoras universitárias brasileiras foram as da Universidade de Brasília (unb) e da Universidade de São Paulo (usp), criadas, respectivamente, em 1961 e 1962. Entre 1964 e 1970 não foram criadas editoras nas IEs brasileiras, pois seu primeiro movimento de expansão foi drasticamente limitado quando, acompanhando o retraimento da inteligência brasileira, as ies tornaram-se dependentes de um regime político ditatorial, o que as impedia de definir livremente a política editorial. Comissões ou conselhos editoriais, se e quando existiam, mantinham-se fiéis às decisões oriundas do poder autoritário de reitores nomeados pela ditadura. A partir de 1971, com a criação da Editora da Universidade Federal do Rio Grande do

Libro EULAC.indb 132 18/10/2011 11:18:46 a.m.

<sup>\*</sup> Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo e pós-doutora pela Universidad Autónoma de Madrid. Professora titular do Departamento de Ciência e Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná, Brasil. E-mail: leilah@ufpr.br

Sul, ocorreu uma reativação que, de 1982 em diante, passa a ser mais expressiva. Outras editoras universitárias surgiram no cenário, concebidas como órgãos que selecionam, produzem e divulgam suas obras, dentro de uma cultura que se criava e consubstanciava com a formação de conselhos, regimentos e linhas editoriais.

Nesses anos de formação, equívocos decorrentes de uma conceituação imprecisa do que fosse uma editora na universidade dificultavam não só sua estruturação, mas também a consolidação de um fazer específico e culturalmente legitimado. Mas com a consolidação dessa prática cultural, foi aos pouco sendo esclarecido o conceito e valorizada a ação editorial, já que definidas e caracterizadas suas especificidades. Afirmava Luzzato (1984) que algumas IEs confundiam "serviços gráficos (imprensa universitária) com editora", alertando que algumas contavam com uma produção tão reduzida que afirmar que dispunham de uma editora seria um "exagero". E era, de fato, pois as chamadas editoras ou imprensas universitárias produziam obras esparsas, de natureza e características diversas, raramente seguindo uma série editorial consistente. Vale lembrar que, entre as imprensas ou gráficas, órgãos participantes da estrutura universitária, mas sem conselhos, linhas ou política editorial, destacou-se a então denominada Imprensa Universitária da Universidade Federal do Recife, que desde 1955 se dedica à impressão de livros universitários e é considerada por alguns autores a primeira editora universitária brasileira. Em 1968, passou a ser chamada Editora, como órgão suplementar da Universidade Federal de Pernambuco (ufpe).

A atuação do movimento editorial universitário, especialmente determinada por marcos históricos como a criação da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (abeu), do Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das IES Federais, da Secretaria de Ensino Superior do mec (proed) e do Programa Interuniversitário para a Distribuição do Livro (pidl), foi decisiva para a constituição de conselhos editoriais que vieram desfazer a imagem da editora universitária como gráfica, reprodutora de obras

Libro EULAC indb 133 18/10/2011 11:18:46 a.m.

paroquiais ou de apadrinhados da administração. O proed, desenvolvido entre 1981 e 1988 pelo Ministério da Educação, foi decisivo, tanto pela influência que exerceu na política editorial quanto pelo fomento à publicação de docentes, especialmente nas instituições em condições de implementar projetos editoriais. O pidl, por sua vez, desde 1982 até hoje, tem sido vital para o estabelecimento de uma política geral de distribuição dos livros das editoras universitárias brasileiras e, mais tarde, da América Latina e Caribe. Quanto ao terceiro marco, a criação da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (abeu), em setembro de 1987, resultou de um esforço coletivo de jovens editores, quase todos "amadores" ou "amantes" dos livros e da arte de editar, cuja proposta foi dar visibilidade à produção científica, acadêmica e cultural das instituições, coincidindo, portanto, com motivações e propostas internacionais como a da Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe (eulac).

Atualmente responsáveis por quase 10% dos livros publicados no país (a leitura..., 2010), as editoras universitárias não chegam a competir com as congêneres privadas, mas representam considerável parcela da edição brasileira, não só pelos aspectos gráficos de sua expressiva contribuição ao fundo editorial do país, mas também pela qualidade de seus títulos. Inserem-se no cenário mais amplo onde atuam ao todo 554 editoras universitárias na América Latina e no Caribe, representando 5,3% do total de editoras, responsáveis por 10% das novidades publicadas, segundo estudos de caso do Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe (cerlalc), em parceria com o Instituto Internacional de la Unesco para la Educación Superior en América Latina y el Caribe (iesalc), cujos resultados destacam as experiências do México, da Colômbia e do Brasil, revelando a importância da união em associações (natércia, 2008).

Ao contribuir com esta edição especial, num primeiro esforço de reflexão conjunta sobre a produção editorial universitária em nosso continente, volto-me para duas questões que considero deci-

sivas para a discussão atual: o que se edita, ou seja, que conteúdos têm sido privilegiados pelas editoras acadêmicas, e a realidade do livro digital nas editoras universitárias.

Para responder a essas questões foram procurados elementos da literatura especializada, documentos disponibilizados por 71 das editoras universitárias e sobre elas, além de depoimentos e entrevistas realizadas nos anos de 2009 e 2010 com editores universitários.

## O que Editam as Editoras Universitárias

As respostas obtidas e a busca nos documentos revelaram que até hoje persiste a discussão sobre o que deve publicar uma editora universitária, pois, se há quem defenda ser sua principal função o estímulo à produção intelectual dos próprios docentes, pesquisadores e estudantes, contrapõe-se uma corrente defensora da ampliação do leque temático, da acolhida de autores das mais diversas origens ou campos de criação intelectual. A primeira posição supõe a editora como um elemento mediador entre as informações e conhecimentos produzidos no âmbito das IEs e a sociedade. Já a segunda posição, ao trazer o mundo para a universidade, numa relação de permanente diálogo, também movimenta a instituição em direção ao mundo, tanto produzindo para a comunidade externa quanto desvendando o que há de mais autêntico ou de mais importante e recente para publicar.

A partir do diálogo que se estabelece em conselhos ou comissões editoriais, são decididos os rumos dessa política, definindo-se abrangência temática, áreas do conhecimento e levando-se em conta suas relações com o local ou região do país ou do mundo, as influências recíprocas e as responsabilidades sociais assumidas. Cabe a esse processo de aperfeiçoamento da prática pela política estabelecer não somente o campo de suas atividades, as linhas de publicação ou vocação da editora, mas também o tratamento gráfico dado aos produtos.

O estudo dos regimentos permitiu observar que a política editorial segue, na maioria dos casos, os princípios explícitos no

Libro EULAC.indb 135 18/10/2011 11:18:47 a.m.

capítulo relacionado com as finalidades das editoras. Destacam-se as funções básicas da universidade como origem dos projetos editoriais e a principal razão de ser das editoras tem sido, de acordo com seus regimentos, "editar ou coeditar e divulgar trabalhos que interessem ao ensino, à pesquisa e à extensão e incentivar a sua produção".

Mas a intenção, ao publicar, não se restringe a alcançar o público interno, pois há concordância nos depoimentos dos diretores das editoras de que estas devem desempenhar "um papel dinamizador da cultura", já que é "missão de uma editora acadêmica a divulgação do conhecimento de modo abrangente, a um público amplo, não restrito apenas à comunidade universitária". Como consequência dessas posições, destaca-se a variedade dos assuntos publicados, facilmente constatável pelo exame dos *sites* das editoras, das listas de títulos constantes nos catálogos da abeu e das editoras universitárias isoladamente.

Na maioria das editoras são publicadas obras sobre "assuntos variados" ou textos "sobre todos os assuntos", desde que "apresentados ou aprovados pelo conselho editorial", sem restrições a "temas ou gêneros específicos", revelando-se preferencialmente "o conhecimento científico e cultural produzido pela universidade", ou ainda "os textos produzidos fora dos muros da instituição, reconhecendo e incorporando o conhecimento de qualidade gerado por outros segmentos".

Foi possível categorizar a produção analisada em sete grandes linhas, em ordem decrescente: *Ciências Humanas*, incluindo Artes, Sociologia, Antropologia, História, Clássicos e Letras, áreas cobertas pela maioria das editoras; *Ciências Exatas e Tecnológicas* como Matemática, Física, Sistemas de Informação e Engenharia; *Ciências da Saúde e Biológicas; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Agrárias e da Terra; assuntos locais ou regionais e obras de Literatura*.

Publicando em áreas definidas do saber, destacam-se 41 editoras cujas obras se referem às Ciências Humanas, Letras e Artes, incluídos nesta categoria os chamados "clássicos". Esse predomí-

nio não decorre necessariamente de prioridades estabelecidas como política pelos conselhos editoriais, mas da literatura produzida nas próprias instituições, ou ainda da demanda por obras dessa grande área para os cursos que com ela se identificam.

Com produção predominantemente nessa área, sem descuidar da edição da produção intelectual da sua própria instituição, a Fundação Editora Unesp (feu) tem um catálogo com cerca de mil títulos e trezentas obras com direitos autorais adquiridos, voltandose também para a difusão do conhecimento produzido por outros autores de instituições do país e do exterior. Com uma linha editorial abrangente e um amplo trabalho de divulgação e comercialização, procura manter diálogo com editoras da América Latina, do Caribe e da Europa.

Com expressiva presença, as áreas de Saúde e Ciências Biológicas e de Ciências Exatas e Tecnológicas são perceptíveis na leitura dos catálogos, e tal produção demonstra pertinência relativamente à vocação específica dos cursos que oferecem ou à natureza das instituições, voltadas para esses ramos do saber. É o caso de editoras como a da Fundação Oswaldo Cruz (Editora Fiocruz), voltada para essa área desde 1993, em torno de quatro eixos temáticos: saúde pública; ciências biológicas e biomédicas em saúde; ciências clínicas; ciências sociais e humanas em saúde. A Editora se organizou também em coleções como Antropologia e Saúde; Criança, Mulher e Saúde; História e Saúde; Loucura & Civilização; Saúde dos Povos Indígenas; Temas em Saúde – e em séries – EpidemioLógica, Trabalho e Formação em Saúde.

Obras relacionadas com a região em que se situam as instituições são publicadas especialmente por editoras localizadas em áreas de maior apelo comercial, como os grandes centros. Isso porque sua produção relaciona-se ao "contexto histórico e geográfico peculiar" ou à "ligação estreita com a comunidade". A Editora da Fundação Universidade do Rio Grande, por exemplo, edita obras sobre temas relacionados com a história e a oceanografia, enquanto a Editora da Universidade de Caxias do Sul publica também nas

Libro EULAC.indb 137 18/10/2011 11:18:47 a.m.

áreas de turismo, hotelaria, imigração e sobre os municípios da região. Essas editoras localizam-se no interior do Rio Grande do Sul, em regiões com características próprias, algumas influenciando a abertura de cursos a elas vinculados, outras incrementando as atividades relacionadas com os cursos ofertados.

A vocação regionalista também marca presença na região Nordeste, ilustrada em projetos como os da Universidade Federal de Alagoas, cujo catálogo inclui títulos sobre temas ou personagens da região, embora o predomínio de suas publicações se dirija às obras didáticas e da área de Ciências Sociais Aplicadas. A preferência é dada aos trabalhos de professores da universidade e, segundo os critérios da política editorial, também são publicadas, com menor prioridade, obras de ficção, categoria de inexpressiva presença nos catálogos.

Nesse grupo de editoras também estão incluídas as que concorrem para a Coleção Nordestina, desenvolvida mediante convênio celebrado em 1999 entre as universidades federais do Norte e Nordeste, assinado pelo Sr. Alexandre Lima, então presidente da abeu, e pelo representante das universidades, professor Pedro Leopoldino Ferreira Filho, então reitor da Universidade Federal do Piauí. O convênio previa a publicação ou republicação de obras representativas da produção intelectual do Norte e Nordeste do Brasil, especialmente nas áreas de literatura, ciências sociais, antropologia e folclore, na tentativa de preservar esse patrimônio e "difundi-lo permanentemente em escala nacional".

Com um fundo editorial de aproximadamente 1.600 títulos, a Editora da Universidade Federal de Pernambuco destaca a Coleção Nordestina, criada em 1999 para publicar ou republicar obras representativas da produção intelectual do Norte e Nordeste do Brasil, nas diversas áreas do conhecimento, além das séries Vozes da ufpe e Livro-Texto.

O Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, também editor de obras de valor regional, embora sem priorizá-las, vem publicando títulos em diversas áreas do saber, organizados em coleções e séries. Nos últimos anos não tem publicado

poesias e teses, "a não ser quando estas últimas são adaptadas para livros".

As obras relacionadas com a região também são publicadas pela Editora da Universidade Federal da Paraíba, e a análise dos títulos de seu catálogo permite observar que sua produção vem sendo ampliada. Como a maioria das editoras, não faz restrições a assuntos, embora predominem os de ciências humanas, letras e artes, entre os quais se incluem coleções e textos didáticos, reunidos em série, com predominância para a educação. Em 2007 foi acrescentada uma linha editorial voltada para os gêneros literários, além de edições especiais para registrar acontecimentos históricos da Universidade, da Paraíba e do Nordeste.

Embora não indique prioridades entre sua produção, a Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte apresenta um amplo leque temático, também incluindo obras de caráter regional, obras sobre educação, folclore, ciências, artes e história, sem que se evidencie predomínio de algum tema. Do mesmo modo, a Fundação Demócrito Rocha divulga a cultura do Nordeste brasileiro, fortalecendo a identidade cultural da região.

Encontram-se justificativas para a produção de caráter regional, que evocam o compromisso com o homem que emerge de sua realidade e a necessidade de "socializar o conhecimento, devolvendo à sociedade o seu próprio perfil sem, contudo perder a sua dimensão universal". O fenômeno ocorre também na região Centro-Oeste, como já foi visto, na região Sul e na única editora universitária da região Norte. As obras sobre temas regionais atingem 38% da produção da Gráfica Universitária da Universidade Federal do Pará, índice elevado, mas coerente com os objetivos da sua política editorial: "prosseguir e ampliar a Coleção Amazônica [...], estimulando a reedição de obras esgotadas e novos títulos que preservem a sua identidade regional".

O compromisso regional ocorre inclusive nas editoras localizadas nos grandes centros editoriais, embora com menos frequência. Os catálogos das editoras universitárias do Rio de Janeiro, a da Uni-

Libro EULAC,indb 139 18/10/2011 11:18:47 a.m.

versidade Federal Fluminense e a da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ufrj), o demonstram.

Esse comprometimento com a região é defendido por Guedes e Pereira (2000) ao considerarem a importância de uma editora universitária para a sociedade; para esses autores, cabe às Editoras Universitárias cumprir um "compromisso especial com a região político-geográfica".

Embora sem especificar os assuntos prioritários, algumas editoras introduziram a categoria do "novo" ou dos "temas da atualidade" como prioridades editoriais.

Manifesta-se ainda a vocação social das editoras nos próprios regimentos ou *sites*, tais como a tendência a publicar "a produção resultante de pesquisas voltadas ao fortalecimento da cidadania, ao bemestar da pessoa humana e da sociedade e à preservação do meio ambiente", que figura entre as intenções da Editora Universa, da Universidade Católica de Brasília. Assim também, a edifurb –Editora da Fundação Universidade Regional de Blumenau –, criada em agosto de 1986, tem procurado facilitar a "socialização do conhecimento produzido na Universidade e na comunidade".

A busca da excelência na organização temática e de gênero e a representação da diversidade de sua produção levaram a maioria das editoras a adotar a categorização de suas obras em séries ou coleções, o que contribui para a construção de identidade de uma editora.

Entre as editoras identificadas com linhas previamente definidas, a Editora da usp (edusp), desde 1999 vem publicando séries como o Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue: Língua de Sinais Brasileira (Libras) (dois volumes) e a Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira (cinco volumes), de Fernando César Capovilla e Walkiria Duarte Raphael, em processo de coedição com a Imprensa Oficial (martins filho, 2008). O milésimo título do catálogo da edusp, Épicos, inaugurou a coleção Multiclássicos, concebida e organizada pelo crítico e professor Ivan Teixeira. Outros projetos de destaque, como a Enciclopédia Agrícola e a História da América Latina, aliam-se a séries com diferentes campos temáticos e níveis de abordagem. A editora

lançou também Artistas da usp e Artistas Brasileiros, importantes coleções dedicadas às artes plásticas, e publica a coleção Didática, com grande abrangência de público (Vasconcellos, [2008?]).

As séries e coleções também podem ser estimuladas pelas editoras como forma de fomento à produção dos grupos de pesquisa nas instituições. As coleções Várias Histórias e Clássicos da Inovação, da Editora da Universidade Estadual de Campinas, ilustram esse tipo de ação. A coleção Várias Histórias publica trabalhos originais em língua portuguesa, inéditos, enquanto Clássicos da Inovação dedica-se a publicar e difundir, em português, livros relevantes, originalmente lançados em outras línguas.

Assim também procede a Editora da Universidade Federal de Santa Maria, com a publicação das coleções Livros Didáticos; Divulgação Científica; Páginas Escolhidas; Memória Sul-rio-grandense; Diálogos Latino-americanos; Documentos Diversos; Universidade do Nosso Tempo e Temas Contemporâneos.

Com mais de mil títulos publicados, a Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, ao lançar em 2006 suas séries Didática, Ethica e Literatura em Zero e Um, incorpora-as às outras já existentes, destacando-se agora também pelas parcerias internacionais, cujo critério de escolha é a relevância e não a procedência geográfica, começando a abrir o seu leque de ações para abranger outros países e línguas.

Com suas linhas editoriais fortalecidas por livros técnico-científicos, periódicos e textos didáticos, a editora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia –Edições uesb– destaca-se por uma coleção de títulos cujo objetivo é difundir obras inéditas, em língua portuguesa, de autores domiciliados na região Sudoeste da Bahia.

Há também, entre as editoras, aquelas que declaram publicar entre suas coleções e projetos uma categoria de livros denominada de paradidáticos, como a Editora da Universidade do Planalto Catarinense.

Por sua vez, a Editora da ufrj publica a produção científica e de atualização da ufrj, definindo suas linhas em: Pensamento Crítico;

Libro EULAC indb 141 18/10/2011 11:18:47 a.m.

História, Cultura e Ideias; Etnografia; Estudos; Economia e Sociedade; Risco Original; Cultura Urbana; Obras Clássicas.

A organização de coleções é uma prática que vem se consolidando também em editoras mais novas, como a Editora da Universidade São Francisco, que publica as coleções Estudos Franciscanos, Pensamento Franciscano e Pensamento Humano, em parceria com o Instituto Franciscano de Antropologia, a Editora da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul e a Editora Vozes; a coleção Estudos cdaph, em parceria com o Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, além de periódicos científicos.

Para se ter uma ideia do volume de publicações, apenas uma das coleções da Editora Universidade Federal de Minas Gerais (ufmg), a Humanitas, considerada seu carro-chefe, lança cerca de trinta títulos por ano, nas áreas de Letras, Artes e Ciências Humanas. Além de também publicar livros-textos para cursos de graduação, a Editora ufmg tem uma coleção semelhante à idealizada por Darcy Ribeiro na unb, Intelectuais do Brasil, em parceria com a Fundação Perseu Abramo.

Há evidência da preocupação com a herança cultural da humanidade na produção em língua portuguesa das obras de patrimônio cultural e científico, atividade prioritária para a Editora unb. Expressa no seu regimento, essa prioridade concretizou-se efetivamente na produção editorial da casa, desde sua criação destinada a "editar e imprimir os textos básicos para o ensino em nível superior e a produção científica e literária da própria Universidade; a traduzir para o português e publicar as principais obras do patrimônio cultural, científico e técnico da humanidade" (Ribeiro, 1982, p. 281).

Também a Editora da Universidade Federal do Paraná publica, além das obras de autores da instituição, as originadas "fora dos muros da Instituição, reconhecendo e incorporando o conhecimento de qualidade gerado por outros segmentos", organizadas ou não em coleções.

A tendência a publicar prioritariamente a produção intelectual das próprias instituições expressa nesta pesquisa manifestava-se já

em 1983, conforme Luzzato (1984, p. 81): "mais de 50% das editoras universitárias publicam tão somente a produção das IEs a que pertencem (teses, dissertações, textos técnicos e didáticos usados na graduação e periódicos)". Em 1986, Knapp (p. 120-121) também confirmava tal tendência, incluindo a maioria das editoras universitárias brasileiras no primeiro grupo de sua tipologia, "formado pelas editoras que publicam essencialmente textos oriundos da própria comunidade acadêmica de sua universidade".

A análise da produção indica que essa tendência vem se revertendo, pois apenas três editoras admitem explicitamente editar exclusivamente textos da comunidade interna, entre eles principalmente os "de natureza técnica, didática e literária".

A Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, por exemplo, divulga os trabalhos de pesquisa desenvolvidos pelos professores, funcionários e alunos da própria instituição, atendendo aos segmentos universitários. Desde 1979, quando foi criada, essa editora publicou setecentos títulos, em sua maioria resultados de trabalhos de pesquisa, teses e dissertações de mestrado e doutorado da comunidade acadêmica, muitos dos quais utilizados por alunos de diversas outras universidades.

Há grande diversidade entre as justificativas para o estabelecimento de prioridades por áreas definidas do conhecimento, destacandose a aproximação com as áreas relacionadas aos cursos da instituição, o que vem confirmar a vocação da maioria das editoras universitárias para a produção de textos didáticos, introdutórios e manuais.

Algumas editoras universitárias, fora do eixo Rio-São Paulo, dedicam-se excepcionalmente à publicação de obras de ficção, poesia e teatro, para suprir uma demanda que tem sido absorvida principalmente pelas editoras comerciais.

À pergunta referente a algum assunto ou gênero que não tenha acolhida para publicação, todas as respostas foram negativas, embora haja restrições quanto ao gênero literário, como romances, poesias ou literatura infantil, e em relação às teses na sua forma original. Estas, por suas características especiais, são de difícil lei-

Libro EULAC.indb 143 18/10/2011 11:18:48 a.m.

tura e atingem um público muito restrito, razão pela qual alguns conselhos editoriais definem na sua política a publicação desse tipo de trabalho somente após a sua transformação.

Pouco expressiva é a publicação de obras de literatura infantil entre a produção das editoras universitárias, embora somente uma delas afirme fazer restrições a esse gênero de publicação.

As editoras, em sua maioria, assumem a publicação dos periódicos da instituição à qual estão vinculadas e algumas se manifestaram quanto às motivações para fazê-lo, incluindo-se o fato de estarem os periódicos "vinculados aos cursos de pós-graduação" e o necessário "intercâmbio e discussão de assuntos ainda sem o devido aprofundamento", considerando-se sempre a necessidade de publicar resultados de pesquisas recentes sobre temas ainda pouco explorados.

Algumas editoras adotam a posição de não publicar periódicos e argumentam não contarem com estrutura ou "recursos financeiros para a preservação da periodicidade" ou, ainda, com "uma linha de publicações ágeis". O cuidado em preservar a regularidade dos periódicos após o seu estabelecimento demonstra que, embora a sua publicação seja reconhecida como fator decisivo para o intercâmbio de conhecimentos recentes, a autocrítica se impõe no reconhecimento da falta de estrutura, do amadorismo e da inconstância ou insuficiência da produção acadêmica.

A filosofia consolidada em critérios estabelecidos em coerência com as finalidades da instituição traduz-se na política editorial, aqui ilustrada apenas com parcimoniosa amostra. O amplo leque de opções que se apresenta quando se trata de decidir o que publicar inclui, entre outros, aspectos como: áreas e linhas de atuação; assuntos prioritários; forma de atuação (monotemática ou pluritemática); gêneros (didático, paradidático, biografia, autoajuda, ficção, romance, policial, suspense, referência, drama, comédia, infantil, "faça você mesmo"); tipos de documentos ou suportes (livro de bolso, livro de arte, livro eletrônico) e formatos alternativos permitidos pelas mais recentes tecnologias da comunicação.

#### A Realidade do Livro Digital

Tentando acompanhar as mudanças do livro, tanto na sua forma física quanto em sua significação e modos de uso, adequando-se às transformações nos procedimentos de produção, algumas editoras universitárias têm se dedicado ao formato digital. Ao valorizar o potencial colaborativo e interativo desse tipo de edição, consideram as possibilidades de leitura não linear, com as mesmas funcionalidades e características do impresso, favorecidas pelas tecnologias da informação.

Sites de editoras virtuais brasileiras e editoras de outros países comercializam textos eletrônicos em português, enquanto outros distribuem gratuitamente obras de domínio público. Um exemplo no Brasil é a Biblioteca Virtual¹ idealizada pelo professor Frederic Litto, da usp, que desde 1997 disponibiliza gratuitamente informação qualificada, atualizada e facilmente acessível, facilitando atividades curriculares e extracurriculares. Por serem de domínio público, as obras são distribuídas gratuitamente e disponíveis para pesquisas e download.

Edições sob demanda de livros digitalizados são modalidades de baixo impacto ambiental, já sendo realizadas por editoras universitárias como a Editora da Universidade Sagrado Coração, em Bauru (sp), uma das primeiras a fazê-las no Brasil. Esse tipo de tecnologia permite que alguns livros sejam produzidos em baixa tiragem, reduzindo-se custos de armazenagem e logística.

A Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul trabalha desde 2007 com publicações eletrônicas, com mais de setenta *e-books* publicados, sete anais e 25 revistas eletrônicas.

A feu criou o Programa de Edição de Textos de Docentes e Pós-Graduados da unesp para editar livros nas três grandes áreas do conhecimento, Humanas, Biológicas e Exatas. A Editora trabalha

Libro EULAC.indb 145 18/10/2011 11:18:48 a.m.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Universidade de São Paulo. BibVirt: Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa. São Paulo, [2009?]. Disponível em: <a href="http://www.bibvirt.futuro.usp.br">http://www.bibvirt.futuro.usp.br</a>. Acesso em: 15 out. 2010.

com um calendário de edições e os livros selecionados são disponibilizados para download e em meio físico, pelo sistema "impressão por demanda", a ser acessado pelo mesmo site. Os títulos do programa têm os direitos autorais regulamentados pelo sistema copyleft, em termos assinados pelo autor e pela feu. "Tivemos a ousadia de trabalhar com dois conceitos importantes: a contextualidade eletrônica e o acesso gratuito ao conhecimento produzido nas universidades", afirma José Castilho Marques Neto, diretor-presidente da editora. Desde o lançamento do programa, foram feitos mais de 35 mil downloads por leitores que têm acesso gratuito ao site da Cultura Acadêmica. Citado por Rodrigo (2008), Gutierre, editor executivo da feu, observa que o hábito de leitura depende do objeto lido e do leitor e prevê que as mudanças nos modos de ler não devem demorar, apresentando-se como novos desafios.

As oportunidades de acesso a essa literatura repercutem nos modos de recepção dos leitores, motivando-os a desenvolver processos de busca direcionados e permitindo que recebam informações atualizadas sem sair de suas mesas de trabalho. Para Enio Rodrigo (2008), essa plataforma permite que as editoras universitárias ampliem seu público, facilitando a distribuição e divulgação dos livros, sem a dependência de lojas físicas.

Aceitar os desafios depende também de situações conjunturais nem sempre adequadas, razão pela qual o design de produção do livro, para Martins Filho (2008, p. 53), tem apresentado desenvolvimento irregular nas últimas cinco décadas. Mas a "publicação em desktop, a montagem da página na tela do computador, em razão do advento da composição e da ilustração digitalizadas, abrem novo campo para várias possibilidades (e riscos!) de criação". Assumir os riscos de criação, unindo elementos estéticos aos técnicos, requer uma crítica à prática, respeitando-se, segundo o autor, as heranças históricas de antigos tipógrafos sem, entretanto, cair no anacronismo. É um leitor especial que sente e percebe o texto, e a ampliação de sua capacidade de leitura e interpretação decorre parcialmente da arte de dispor corretamente registros, distribuir os

caracteres, as letras, os espaços e controlá-los de acordo com a finalidade específica de auxiliar, sem interferir, entretanto, no fluxo necessário que deverá haver entre autor e leitor (Martins Filho, 2008, p. 54).

Comparando-se as facilidades oferecidas pelo livro eletrônico em relação ao impresso, destacam-se recursos como os mecanismos de busca de palavras, hipertexto e anotações, a possibilidade de ler o texto na horizontal ou na vertical e a ampliação do corpo das letras conforme desejado. Entretanto, recente pesquisa de Bufrem (2010), apresentada na última reunião da abeu, observa que o conjunto das comunicações que abrange leitura técnica científica, artigos científicos e jornais diários tem no ambiente eletrônico a preferência dos estudantes de graduação e pós-graduação, enquanto a leitura de obras de literatura e revistas semanais é mediada preferencialmente pelo suporte papel.

#### Considerações Finais

Libro EULAC.indb 147

A conjugação das características das editoras aqui descritas trouxe à tona a diversidade das estruturas e circunstâncias que contribuem para a definição de políticas de publicação, em cenário de extrema mobilidade de uma conjuntura influenciada por forças de diferentes domínios institucionais ou sociais. Apoiada em seu capital cultural, essa prática editorial entra na dinâmica do seu ambiente específico. Retomando-se a noção de campo intelectual de Bourdieu, pode-se afirmar que esse tipo de editora constrói interativamente suas práticas, conforme as relações de força atuantes no seu contexto cultural. Seu papel político representa, portanto, um meio para integrar canais geradores do saber, em dupla dimensão. Se por um lado significa uma forma de mediação entre os conhecimentos específicos produzidos na universidade e a sociedade, por outro lado faz também o percurso inverso, trazendo para a universidade a produção intelectual oriunda de fontes diversas de conhecimentos e das quais necessitam docentes e discentes para a realização de suas práticas de pesquisa e ensino.

18/10/2011 11:18:48 a.m.

As editoras diversificam-se, portanto, em suas especificidades e linhas de produção, delineando-se, como se observou, duas grandes categorias na ação editorial nas universidades, em relação ao conteúdo do que editam. A primeira engloba a produção endógena, relativa às criações de autores da própria instituição, e a segunda abrange as obras oriundas da produção externa, para consumo tanto da própria instituição quanto da sociedade em geral e cuja produção não restringe origem, área ou tipo de criação. Assim considerada, a editora universitária é a mediadora entre a comunidade acadêmica e a sociedade, revelando-se ao estimular a leitura, a pesquisa e a produção intelectual.

#### Referências

- A Leitura na universidade o livro digital em debate. Boletim da Fundação Editora Unesp, v. 4, n. 19, maio/jun. 2010. Disponível em: <a href="mailto:swww.editoraunesp.com.br">swww.editoraunesp.com.br</a>>. Acesso em: 15 out. 2010.
- Bufrem, L. S. A universidade brasileira no contexto histórico do livro e da leitura. In: reunião anual da abeu, 23, 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: Ed. da Unesp, 2010.
- Guedes, M. C.; Pereira, M. E. M. Editoras universitárias: uma contribuição à indústria ou à artesania cultural? São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 1, 2000.
- Knapp, W. Editoras universitárias: acesso às pesquisas: editoras particulares, distanciamento do mundo acadêmico. In: Seminário Nacional de Editoras Universitárias, 3, 1986, Campinas. Anais... Campinas: Ed. da unicamp, 1986.
- Luzzato, D. C. A editora da UFGS e as demais editoras universitárias brasileiras. In: Mesquita, J. V. C. Sobre livros: aspectos da editoração acadêmica. Fortaleza: UFC, 1984.
- Martins Filho, P. Como os livros são financiados. ComCiência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, Campinas, n. 103, nov. 2008.
- Natércia, F. Associações fortalecem editoras latino-americanas. ComCiência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, Campinas, n. 103, nov. 2008.

- Ribeiro, D. A universidade necessária. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- Rodrigo, E. O futuro das editoras universitárias e as mídias eletrônicas. ComCiência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, Campinas, n. 103, nov. 2008.
- Vasconcellos, J. História e pré-história de uma editora. Cadernos de Leitura, São Paulo, n. 3, [2008?]. Disponível em: <a href="http://www.edusp.com.br/cadleitura/historia2.asp">http://www.edusp.com.br/cadleitura/historia2.asp</a>. Acesso em: 15 out. 2010.

Libro EULAC.indb 149 18/10/2011 11:18:48 a.m.

# Algunos apuntes sobre el debate colombiano relativo a la calidad de la edición universitaria

Nicolás Morales Thomas\*

Introducción: Un debate intelectual que se abre como una oportunidad Colombia registró una de las discusiones más interesantes que se hayan presentado en el sector editorial en los últimos años. Se trató de una polémica fuerte, compleja, con matices de lucha de circo romano y que involucró muchos actores del sistema universitario y articulistas de algunas revistas. La polémica se centró en la calidad de la producción bibliográfica universitaria y fue desatada por un editor regional de una importante universidad pública del Departamento de Caldas que publicó un artículo en la Revista El Malpensante, titulado "La farsa de las publicaciones universitarias" (Arango, 2009). En este artículo el editor y filosofo Pablo Arango realizó un diagnostico más bien pesimista sobre los libros universitarios y sobre las editoriales involucradas en los procesos. Aunque el artículo hacía una especial mención de los proyectos de la universidad estatal, había un tufillo de rechazo general de todos los ámbitos universitarios. Se decía que la edición universitaria era pobre, que no se vendía, que no tenía filtros y que no había editores. Se hablaba de prácticas

Libro EULAC.indb 150 18/10/2011 11:18:49 a.m.

<sup>\*</sup> Politólogo de la Universidad de Los Andes. Presidente de ASEUC (Asociación de Editoriales Universitarias de Colombia). Director de la Editorial de la Pontificia Universidad Javeriana. En el 2010, recibió el Premio Simón Bolívar de periodismo en la categoría de educación.

clientelistas, bodegas repletas y editores inescrupulosos. Y resumía lacónicamente: la edición universitaria está invadida de puros "papeles inservibles".

El artículo fue contestado por editores, intelectuales y profesores universitarios, quienes enviaron sendas cartas en las que demostraron su enojo o su apoyo. Yo mismo publiqué un artículo en la misma revista, El Malpensante, que intentó contrarrestar esta andanada de ideas frágiles y que recibió meses después un modesto reconocimiento de los premios nacionales de periodismo (Morales, 2009). Sin embargo, lo interesante es que por primera vez en la historia intelectual colombiana se abrió el debate sobre la legitimidad, pertinencia y calidad de la edición universitaria en Colombia. Es decir, por primera vez las editoriales universitarias tuvieron que explicarse e intentar hacer comprensible sus proyectos a intelectuales, periodistas, funcionarios y, en general, a segmentos importantes de la población intelectual y no solo a sus órganos de gobierno, como era la costumbre. Por lo general las universidades estaban logrando mejor posicionamiento dentro de la organización universitaria debido a la creciente importancia de los rankings universitarios ligados a la producción científica y por las exigencias de los órganos gubernamentales de ciencia y tecnología. En los años noventa muchas universidades colombianas realizaron un giro importante al asumir que sus editoriales debían ser el puntal de la visibilización del conocimiento científico. Así, de órganos a veces minúsculos, pobres y poco técnicos, se pasó a departamentos con presupuesto, profesionalizados y mucho mejor valorados, incluso dentro de la organización corporativa. De un par de habitaciones con un funcionario y un computador se pasó a un esquema editorial con departamentos, planeación estratégica, director administrativo, inventarios repertoriados, políticas de reimpresiones, vendedores especializados y, por último, una notable articulación con las vicerrectorías académicas y las oficinas de investigación.

Libro EULAC.indb 151 18/10/2011 11:18:49 a.m.

¿Pueden las editoriales universitarias salvar el honor editorial?

Colombia, en los últimos años, como todos los países latinoamericanos, vivió un importante reagrupamiento de las editoriales comerciales y una concentración del mercado editorial en unas pocas multinacionales con fuerte arraigo español. Esta tendencia afectó desde hace varios años una de las características más interesantes que presentaba el mercado editorial colombiano hasta los años ochenta: la diversidad. Muchos de los proyectos llamativos que sacaron a flote libros que se escapaban de la categoría de interés general podían encontrar un cierto nicho en editoriales que aunque no eran universitarias construían proyectos más orientados hacia lo académico. Ya a finales de los noventa y en la primera década del nuevo milenio, las editoriales comerciales impusieron con mayor fuerza un cierto tipo de libro asociado naturalmente con el best seller, al libro ultracomercial y al libro utilitario. Estos libros hoy arrasan escaparates y vitrinas y monopolizan los medios masivos de comunicación con contenidos livianos que intentan cazar los grandes públicos. Por supuesto, hay libros buenos y libros malos, y esto no quiere decir que todo lo que publican los grandes editores sea desdeñable; hay cientos de libros de muy buena calidad y que pertenecen a las categorías de interés general. La editorial independiente coexiste, pero no es muy importante en el esquema general de oferta bibliográfica, por lo menos en Colombia. Pero el libro más difícil, costoso y de públicos minoritarios sufrió embates importantes. Y ahí las editoriales universitarias se volvieron indispensables, pues emergieron con obras que comenzaron a tener mucha mejor perdurabilidad y calidad que la mayoría de la marea editorial reinante. Uno de los más importantes hallazgos en los últimos años es que las universidades están finalmente soportando un plan editorial con obras que en su conjunto son más valoradas que cientos de novedades de la industria tradicional comercial de Colombia. Es decir, sus libros envejecían mucho menos rápido que la decena de títulos del mercado editorial.

Por supuesto, los editores universitarios no evitaron el debate en relación con la calidad de sus obras y, sobre todo, asumieron un buen número de problemas de la edición académica que han venido acumulándose como trastos viejos en un zaguán. Desde hace años algunas de las universidades intentan darle coherencia a sus unidades editoriales y acoplarlas a las exigencias de visibilización científica de este siglo. Pero este planteamiento chocaba con viejas prácticas no sistematizadas y a veces muy políticas, si se me permite la expresión. Y obviamente esto representó el despliegue de gran cantidad de energías y un cierto desgaste para una primera generación de editores que debió legitimar sus propuestas, a veces, con mucha dificultad.

# Cambios y aciertos: seis acciones que fortalecieron la edición universitaria

Muchas editoriales universitarias colombianas decidieron entonces jugársela con una propuesta mucho más agresiva, cambiando el curso de las cosas. Podríamos enumerar los grandes aciertos de un grupo importante de universidades que cambiaron el esquema lento y poco vistoso de su accionar por uno mucho más interesante y contundente. Resaltar el trabajo de unas pocas o de un solo proyecto sería injusto. Pues cada una tiene una historia diferente y un contexto de surgimiento particular.

Estos centros universitarios lograron disponer en la segunda década del nuevo siglo de ese nuevo espíritu que intento resumir en los puntos siguientes:

1. Las editoriales universitarias modernizaron sus plantillas y las adaptaron a las exigencias de los tiempos. En efecto las casas de edición de tamaño medio (más de 30 novedades) y grande (más de 60 novedades) comenzaron por ampliar el número de empleados, haciendo mucho más especializado el trabajo. Se dejó atrás el editor que debía enfrentar todos los temas por una estructura mucho más racional donde podíamos encontrar un área

Libro EULAC,indb 153 18/10/2011 11:18:49 a.m.

editorial claramente delimitada y otra mucho más administrativa y comercial. Y, por otro lado, se inició un proceso revolucionario: dividir las coordinaciones editoriales según su área de especialización, es decir, libros o revistas. Las razones eran evidentes: las revistas tenían desafíos en temas muy técnicos relativos a su indexación. Las plantillas de diseñadores y correctores fueron desapareciendo por un esquema de trabajo por encargo mucho más racional financieramente y mucho más interesante con relación a la diversidad de la oferta.

- 2. Algunos de los más importantes proyectos editoriales adoptaron revolucionarios cambios en la maquetación y en el trabajo de diseño gráfico. Las universidades están entendiendo que el tema gráfico está ligado íntimamente con los asuntos comerciales y con el posicionamiento en términos de marketing editorial de los libros. En otras palabras, hacer libros bellos, agradables o equilibrados gráficamente no es una exigencia abstracta de estetas o de artistas plásticos, sino también un requerimiento cada vez más frecuente de lectores que valoran el cuidado formal y que están dispuestos a pagar por ello. Las universidades colombianas han iniciado manuales de diseño y de pauta gráfica muy competentes. Este interés por el diseño planteó una trasformación de la función de editor. En este camino, el editor ha ingresado a un espacio que por décadas permaneció a merced de los diseñadores y en muchos casos autores y directivos universitarios. El diseño se convirtió, pues, en un elemento de convergencia que podía ser explotado y que generaba rentabilidades.
- Por primera vez se inició un trabajo serio de mercadeo y de distribución más ambicioso. El mercadeo parecía un patrimonio de las editoriales comerciales. Por años las unidades de mercadeo trabajaron cientos de posibles.
- 4. Se ordenó la casa (colecciones, manuales y reglamentos). Para nadie es un secreto que en muchas universidades reinaba la anarquía. Parte del problema es que cada facultad dictaba su política

editorial y no existían regulaciones generales. Pues bien, una de las grandes conquistas de las universidades colombianas es que han iniciado un camino de reglamentación sin precedentes. Los acuerdos exigieron mucho trabajo político con decanos, consejos académicos y administrativos, vicerrectores y rectores. Y comprometieron a decenas de profesores a respetar criterios generales de publicación. Los manuales de citación ya no son letra muerta y cada colección deberá mantener unas reglas de juego para que los libros mejoren su presentación y su capacidad de comunicar eficientemente.

- 5. Se dieron los primeros tímidos pasos para romper la endogamia de los sellos. El modelo norteamericano siempre ha sido un ejemplo para la edición latinoamericana. Y la premisa de este modelo es la edición de autores que pertenecen a otros centros universitarios, que no son el mismo de la editorial. Esta práctica no endogámica ya hace parte de la tradición editorial de este país y se inscribe en una fuerte tendencia hacia la profesionalización de las editoriales en un contexto muy competitivo. Igualar este modelo es aún una quimera. Primero, porque hay mucho menos homogeneidad entre los sellos. Y segundo, claro, porque es difícil convencer a las universidades para que los limitados recursos editoriales sean utilizados para fortalecer la carrera editorial de los docentes de centros universitarios paralelos. Sin embargo, un grupo de universidades colombianas ya dio el primer paso creando colecciones que no tienen restricciones en la selección de sus autores y privilegiando la calidad sobre la pertenencia institucional.
- 6. Se trasformó el modelo de selección de manuscritos. Este paso es probablemente el más importante. Durante muchas décadas los criterios de selección de manuscritos eran misteriosos, arbitrarios o azarosos. No quiere decir que la calidad no fuera frecuente, pero también los catálogos se nutrían de libros escogidos en prácticas a veces poco santas. Las universidades colombianas, presionadas por los organismos nacionales e internacionales de regulación científica, comenzaron a estanda-

Libro EULAC.indb 155 18/10/2011 11:18:49 a.m.

rizar el criterio de selección a través de evaluación de pares y conformación de comités editoriales. Por supuesto, este punto era algo que las editoriales comerciales, por su naturaleza, tenían absolutamente claro: hay que desplegar filtros en la escogencia de los materiales. Para las comerciales muchas veces los criterios eran, como su nombre lo indica, de orden comercial, aunque no únicamente. En el caso de las universitarias, se trata de una combinación entre pertinencia, calidad y contenidos científicos. Con un punto de las universidades sobre la idea de que no todo es publicable ni todo debe ser publicable.

Las seis precedentes acciones hicieron mucho más interesante el resultado y la propuesta bibliográfica de los sellos universitarios. Modernizaron su estructura e hicieron público su trabajo. Por supuesto, detrás encontramos el liderazgo de un equipo de directivos (rectores y vicerrectores académicos) que supieron impulsar financiera y políticamente los proyectos que se imaginaron los editores. En ese contexto, la reacción de los editores a las acusaciones de fragilidad y superficialidad de la edición universitaria no fue desproporcionada porque justamente se dio en un momento de relativa buena salud del proyecto universitario colombiano. En el artículo de respuesta a las acusaciones señalo, sin embargo, que:

La edición universitaria tiene problemas. [...] no es un jardín de rosas. Los editores de las universidades combatimos, a veces sin éxito, asuntos no muy agradables y difíciles de manejar. [...] El primero es la falta de claridad acerca del papel de los editores en la decisión de publicación. [...] Son muy conocidas las compilaciones de congresos donde nadie verdaderamente edita el contenido. [...] Y los académicos son de ego voluble y difícil y no siempre entienden la misión de la editorial. [...] Hay que agregar la falta de librerías universitarias, las fotocopias masivas de texto, las dificultades de la exportación de textos o la falta de oficinas de prensa y tendremos jornadas en las cuales queremos hacernos el harakiri. (Morales, 2009)

Es posible, entonces, que sea difícil dirimir sobre si la edición universitaria colombiana ha llegado a una cierta madurez. El camino es aún muy largo. Sin embargo, estamos seguros de que existen bases sólidas sobre las cuales se puede trabajar. La verdad es que una generación de editores construyó unas carreteras que lentamente se están convirtiendo en autopistas. Y claro, aunque faltan puentes, rutas peatonales y peajes, no es imposible pensar que en una década los proyectos ganen más experiencia, con un solo objetivo: mejorar la comunicación científica y contribuir al desarrollo de nuestros países.

#### Referencias

Arango, Pablo (2009). "La farsa de las publicaciones universitarias". En: Revista El Malpensante, núm. 97, mayo.

Morales, Nicolás (2009). "El Manizales Truman Show". En: Revista El Malpensante, núm. 102, octubre.

Libro EULAC.indb 157 18/10/2011 11:18:49 a.m.

## La edición universitaria en México

#### Hilda Elena Hernández Carmona\*

Cualquier intento por conocer qué sucede en el mundo de la edición universitaria de México se topa de entrada con la carencia de información. La Cámara Nacional de la Industria Editorial Mexicana difícilmente la incluye en sus estadísticas porque son escasas las instituciones de educación superior afiliadas a ella. Por su parte, los estudios disponibles del Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina, el Caribe, España y Portugal (Cerlalc) contienen muy poca información sobre la edición universitaria del país debido al subregistro que presenta este subsector en la Agencia Nacional ISBN, banco de información del que se nutren en buena medida los trabajos de esta organización.

Con todo, el retrato que se hace de las editoriales universitarias latinoamericanas en el estudio *El espacio latinoamericano del libro* (Cerlalc, 2006) constituye un buen marco de referencia para el caso mexicano:

 Las editoriales universitarias representan el 5% de las empresas editoriales de la región y producen el 9,3% de las novedades anuales.

Libro EULAC.indb 158 18/10/2011 11:18:49 a.m.

<sup>\*</sup> Licenciada en Ciencias de la Comunicación y maestra en edición. Tiene más de 20 años de experiencia en la edición académica. Es directora editorial del Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente (iteso), coordinadora nacional de la Red Altexto de Editoriales Universitarias y Académicas de México y vicepresidenta de la Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

- Las categorías temáticas en las que más publican son, sobre todo, ciencias sociales y literatura.
- En todas las áreas temáticas publican más del doble de títulos de los que publican los editores académicos no universitarios, es decir, los comerciales, y sus tirajes van de los 300 a los 1000 ejemplares.

Constituyen también un marco de referencia los poquísimos trabajos de corte más crítico sobre la edición universitaria latinoamericana que concluyen que este subsector publica más de lo necesario —en tirajes tan cortos como antieconómicos—, distribuye poco y vende peor.

Frente a la carencia de información, en septiembre del 2010 la Red Altexto de Editoriales Universitarias y Académicas de México emprendió un estudio exploratorio que permite contar, por primera vez, con un mapa realizado a partir de información proporcionada directamente por los directores editoriales de las instituciones asociadas para conocer aspectos como cuántos libros publican al año, si realizan edición electrónica, el tiempo promedio en el que publican un libro, si hacen coediciones, cómo califican su normatividad editorial, cómo deciden lo que publican, cómo distribuyen y promueven sus catálogos, cuál es el nivel de inventarios y de ventas y si cuentan con suficientes recursos económicos y humanos. El presente trabajo hará referencia a este estudio.

Es importante señalar que para esta indagación se contó con la información de 46 de las 56 instituciones afiliadas a la Red Altexto (véase el anexo), universo que integra a la universidad pública más grande y emblemática del país, la Universidad Nacional Autónoma de México, así como a la mayor parte de las universidades públicas y autónomas de los estados, a algunos de los centros de investigación del Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología y a las universidades privadas que registran producción editorial.

Libro EULAC.indb 159 18/10/2011 11:18:50 a.m.

## 1. ¿Qué publican las universidades mexicanas?

Lo primero que destaca en el estudio exploratorio de la Red Altexto, más allá de la heterogeneidad que conlleva cualquier colectivo, son las diferencias abismales en la capacidad de producción de conocimiento y de difusión entre las instituciones de educación superior de México. En un extremo tenemos universidades que publican menos de diez títulos al año, y en el otro, aquellas que publican más de cien (tabla 1).

Promedio de títulos	Instituciones	Porcentaje
Menos de 10	3	6,5
De 10 a 19	9	20,0
De 20 a 29	11	24,0
De 30 a 49	9	19,5
De 50 a 99	6	13,0
Más de 100	4	8,5
NC	4	8,5
Total	46	100,0

Tabla 1. Producción anual

Las universidades que publican más de 100 títulos al año son: El Colegio de México (100 títulos), la Universidad Autónoma Metropolitana (300), la Universidad de Guadalajara (entre 250 y 300)¹ y la Universidad Nacional Autónoma de México (que en 2009 publicó 1300 títulos, es decir 3,5 títulos por día). Sin embargo, salvo El Colegio de México, la producción de estas universidades es sumamente fragmentada y desvinculada, pues tienen una multiplicidad de órganos editores.

Lo segundo que llama la atención es la alta concentración en lo que publican las universidades mexicanas: 90% publica libros de ciencias sociales y humanidades. Llama la atención que apenas 24%

160

Libro EULAC.indb 160 18/10/2011 11:18:50 a.m.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> La información corresponde únicamente a lo que publica la Editorial Universitaria de la Universidad de Guadalajara; no incorpora la producción de los 14 centros universitarios de esa institución.

publica libros de ciencias puras y de tecnología y ciencias aplicadas, mientras que 37% de las instituciones publican libros de literatura (tabla 2). Esto no necesariamente significa que la investigación en las universidades se concentre en las ciencias sociales, pues sabemos que la difusión en ciencias básicas y aplicadas se da de manera preponderante en revistas; lo que de seguro sí significa es que la edición universitaria de México se centra en la monografía, en este caso, en los libros de ciencias sociales.

Tabla 2. ¿Qué publican las universidades mexicanas?

Disciplinas	Porcentaje de instituciones que las publican
Ciencias sociales y humanidades	90
Historia	48
Literatura	37
Filosofía	24
Economía	20
Educación	15
Artes, recreación y deportes	24
Biología, botánica, ecología y zoología	24
Ciencias puras	24
Tecnología y ciencias aplicadas	24
Ciencias económico-administrativas	22
Diseño, arquitectura y desarrollo urbano	22
Texto universitario	11
Medicina y enfermería	9

Por otro lado, sobresale el hecho de que apenas el 11% declara publicar libros de texto universitario, es decir, solo cinco universidades: el Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey, la Universidad Autónoma de Chapingo, la Universidad Autónoma de Yucatán, la Universidad de Colima y la Universidad de Guadalajara.

Debido a la innovación que representa lo que están haciendo en el contexto universitario, vale la pena comentar sobre las dos últimas. La Universidad de Guadalajara, por medio de su Editorial Universitaria, publica libros de texto para los niveles medio superior y superior, obras que durante 2009 registraron ventas promedio de poco más de 8500 ejemplares por título.

Mientras, la Universidad de Colima, a través del Centro Universitario de Producción de Medios Didácticos, produce material multimedia interactivo, desde discos compactos hasta sitios *web* educativos.

#### ¿Cómo publican?

De manera positiva sobresale el hecho de que 96% de las universidades decide lo que publica con base en resultados de dictámenes y revisión de comités académicos. Ahora bien, normalmente se trata de textos que no fueron solicitados por el editor en función de un proyecto editorial: son tesis de posgrado, informes de investigación, memorias, apuntes de profesores, manuales, en fin, trabajos que provienen de la actividad académica docente o de investigación y que requieren, bien lo sabemos, un largo proceso de intervención editorial. En este contexto, resulta alarmante que casi al 40% de las editoriales universitarias mexicanas le toma menos de tres meses —a algunas incluso menos de un mes— publicar un libro.

Los datos muestran también que casi al 50% le lleva entre seis meses y un año publicar un libro. Se trata de aquellas instituciones cuya producción editorial es representativa del significativo avance registrado en los últimos años en la edición universitaria en términos de la mejora en los contenidos, la revisión académica rigurosa y los aspectos formales del libro, como el diseño y la producción (tabla 3).

Tabla 3. Tiempo promedio para publicar un libro

Tiempo	Número de instituciones	Porcentaje
3 meses o menos	18	39
De 4 a 5 meses	6	13
6 meses	14	31
Entre 6 meses y un año	8	17
Total	46	100

La normatividad editorial es central para definir qué y cómo se publica. Por ello resulta relevante que 47% de las instituciones considera que su normatividad editorial es limitada (tabla 4).

Aunado a lo anterior, 63% de las universidades reporta contar con personal insuficiente en su área editorial (tabla 5), personal que es considerado como capacitado apenas en el 39% de las universidades (tabla 6).

Tabla 4. Considera que su normatividad editorial es

Calificación	Número de instituciones	Porcentaje
Limitada	22	48
Adecuada	24	52
Total	46	100

Tabla 5. Cantidad del personal del área editorial

Calificación	Número de instituciones	Porcentaje
Suficiente	10	22
Insuficiente	29	63
No cuenta con personal	1	2
NC	6	13
Total	46	100

Tabla 6. Calificación del personal del área editorial

Calificación	Número de instituciones	Porcentaje
Capacitado	18	39
Le falta capacitación	7	15
No cuenta con personal	1	2
NC	20	44
Total	46	100

Asimismo, aunque con diferencias sustantivas, destaca que casi 80% de las editoriales universitarias publica en coedición (tabla 7),

Libro EULAC.indb 163 18/10/2011 11:18:50 a.m.

normalmente con otras universidades y, sobre todo, con organismos de gobierno.

Tabla 7. Coedición

Porcentaje de coedición	Número de instituciones	Porcentaje
No coedita	3	6,5
Coedita menos del 10%	6	13,0
Coedita del 10 al 19%	9	20,0
Coedita del 20 al 29%	4	8.5,0
Coedita del 30 al 50%	8	17,0
Coedita más del 50%	10	22,0
NC	6	13,0
Total	46	100,0

## ¿Cómo promueven y venden sus libros?

Si en general la edición universitaria en México se desarrolla en medio de la limitación de recursos, el apartado de promoción y ventas registra carencias todavía mayores: 80% de las instituciones tiene personal insuficiente, o de plano no cuenta con personal para estas tareas (tabla 8); apenas 15% considera calificado a su personal de distribución (tabla 9) y casi 50% no cuenta con presupuesto para la promoción y comercialización (véase tabla 10), lo que se traduce en que el 50% de las universidades no haga planeación ni se fije metas en este terreno (tabla 11).

Tabla 8. Cantidad del personal del área de distribución

Calificación	Número de instituciones	Porcentaje
Suficiente	5	11,0
Insuficiente	33	72,0
No tiene personal	4	8,5
NC	4	8,5
Total	46	100,0

Tabla 9. Calificación del personal del área de distribución

Calificación	Número de instituciones	Porcentaje
Capacitado	7	15
Le falta capacitación	17	37
No tiene personal	4	9
NC	18	39
Total	46	100

Tabla 10. Presupuesto para distribución y comercialización

Cuenta con presupuesto	Número de instituciones	Porcentaje
Sí	20	44
No	21	46
NC	5	10
Total	46	100

Tabla 11. El área de comercialización hace planeación y fija metas de trabajo

Sí/No	Número de instituciones	Porcentaje
Sí	23	50
No	20	44
NC	3	6
Total	46	100

En estas condiciones, los esfuerzos que realizan las instituciones por promover, distribuir y comercializar sus publicaciones resultan verdaderamente extraordinarios.

Una de las mejores vías de promoción para fondos editoriales académicos, por lo general muy especializados, son precisamente los foros académicos, como son los seminarios y congresos: poco más del 70% de las editoriales universitarias mexicanas participan en este tipo de actividades (tabla 12).

Lo mismo sucede con la participación en ferias: el 76% participa en ferias del libro locales, lo que por lo regular se hace con

Libro EULAC indb 165 18/10/2011 11:18:51 a.m.

objetivos más de presencia y vinculación de la universidad con su entorno más inmediato (tabla 13).

Tabla 12. Participación en foros académicos

Participación	Número de instituciones	Porcentaje
En ninguno	1	2
De 1 a 11	20	44
De 12 a 20	9	20
Más de 20	4	8
NC	12	26
Total	46	100

Tabla 13. Participa en ferias del libro locales

Sí / No Número de instituciones		Porcentaje
Sí	35	76
No	6	13
NC	5	11
Total	46	100

La participación en ferias del libro nacionales e internacionales también es alta: 89% de las instituciones participa en ferias del libro nacionales (tabla 14), mientras que 72% lo hace en ferias del libro internacionales (tabla 15), principalmente las de Guadalajara, Bogotá y Buenos Aires.

Tabla 14. Participación en ferias del libro nacionales

Participación	Número de instituciones	Porcentaje
En ninguna	1	2
De 1 a 4	12	26
En 5 o más	29	63
NC	4	8
Total	46	100

Tabla 15. Participación en ferias del libro internacionales

Participación	Número de instituciones	Porcentaje
En ninguna	2	4
En 1	6	13
En 2 o más	27	59
NC	11	24
Total	46	100

Además, el 85% publica algún tipo de catálogo: impreso, CD, página web o incluso las tres modalidades. Por otro lado, el 78% de las universidades lleva sus publicaciones a diversos puntos de venta, ya sea de manera directa o a través de distribuidores (tablas 16 y 17).

Tabla 16. Distribución en puntos de venta

Puntos de venta	Número de instituciones	Porcentaje
Ninguno	6	13,0
Hasta 15	21	46,0
De 16 a 30	2	4,0
De 31 a 50	4	8,5
Más de 50	9	20,0
NC	4	8,5
Total	46	100,0

Tabla 17. Distribuidores

Distribuidores	Número de instituciones	Porcentaje
Ninguno	6	13
De 1 a 5	20	44
De 6 a 15	2	4
Más de 15	8	17
NC	10	22
Total	46	100

Casi el 60% de las instituciones declara distribuir sus publicaciones internacionalmente (tabla 18). Cabe destacar que tanto la

Libro EULAC indb 167 18/10/2011 11:18:51 a.m.

participación en ferias como la distribución internacional se dan en gran medida por la conjunción de esfuerzos a través de la Red Altexto, que permite hacer en conjunto actividades que difícilmente se podrían realizar de manera aislada. Estas y otras acciones más, como la publicación de un catálogo anual que integra las novedades editoriales de las instituciones que conforman la Red, se han traducido en una mayor proyección de la edición universitaria del país.

Nivel Número de instituciones Porcentaje Local 3 7 Nacional 18 39 Internacional 21 46 Ninguna 2 4 NC 2 4 Total 46 100

Tabla 18. Nivel de distribución y comercialización

Como se puede apreciar, las universidades mexicanas realizan esfuerzos extraordinarios para la distribución y comercialización de sus publicaciones, aunque no cuentan con los recursos económicos y administrativos necesarios, ni con personal suficiente ni infraestructura adecuada.

Estos esfuerzos, sin embargo, se traducen en magros resultados de venta: apenas 9% de las instituciones registra ventas superiores a los 10000 ejemplares anuales (tabla 19), resultado que parece correlacionarse más directamente con el número de novedades anuales que publican: entre 80 y 300.

El estudio preguntó también por el número de ejemplares en inventario (tabla 20). Al cruzar las variables de venta e inventario se encuentra que en general las universidades venden en promedio el 10% de su inventario; las que publican más de 100 novedades al año, venden en promedio el 20% de su inventario.

Tabla 19. Ejemplares vendidos en el 2009

Número de ejemplares	Instituciones	Porcentaje
No sabe	9	20
Hasta 300	7	15
De 301 a 1000	2	4
De 1000 a 5000	11	24
De 5000 a 10000	5	11
Más de 10000	4	9
NC	7	15
Confidencial	1	2
Total	46	100

Tabla 20. Ejemplares en inventario

Número de ejemplares	Número de Instituciones	Porcentaje
No sabe	6	13,0
Menos de 5000	4	8,5
De 5000 a 25000	9	20,0
De 25000 a 70000	10	22,0
De 70000 a 120000	2	4,0
De 120000 a 250000	5	11,0
Más de 250000	4	8,5
NC	6	13,0
Total	46	100,0

## ¿Qué retos enfrentan?

Libro EULAC.indb 169

En su trabajo de distribución y comercialización, sin duda la edición universitaria enfrenta, como el resto de la industria editorial, problemáticas vinculadas a condiciones estructurales del país, como son la extensa geografía nacional, las deficientes vías de comunicación, los costosos sistemas de envío, la falta de espacios de exhibición (pocas librerías y sobreoferta de novedades editoriales) y la elevada concentración de librerías en las grandes ciudades.

Aunado a lo anterior, en el estudio realizado por la Red Altexto se señalan los excesivos descuentos que piden los distribuidores y

18/10/2011 11:18:52 a.m.

las grandes cadenas de librerías, así como el desinterés de los libreros por el libro universitario.

Sin embargo, algunos directores editoriales refieren aspectos más bien relacionados con las condiciones propias de la edición universitaria: producción editorial aleatoria y sin planeación estratégica; limitada u obsoleta normatividad editorial; falta de autonomía o independencia, y contenidos altamente especializados. Y es que, como señala el sociólogo norteamericano John B. Thompson, los aspectos más complejos de la edición universitaria radican sobre todo en las lógicas particulares en las que esta se inscribe, es decir, en las lógicas del mundo académico.

Thompson (2005) propone utilizar el concepto de *campo* de Pierre Bourdieu para entender lo que sucede en la edición universitaria. El campo es un lugar social en el que interactúan actores con distintos capitales, con diferentes tipos y cantidades de poder y recursos. De este modo, las editoriales universitarias no se dan en el vacío; existen dentro de un campo, es decir, de un espacio estructurado de poder y recursos con sus propias formas de competencia y recompensa. Así, para entender lo que sucede en el mundo de la edición universitaria habrá que entender las lógicas del campo académico, quiénes son sus actores y cuáles son sus prácticas y sus formas específicas de competencia y recompensa.

Mientras el campo de los libros de texto, el verdaderamente rentable, está dominado por la edición comercial, son el campo de la edición académica o de monografías, y el de la edición científica, o de revistas especializadas, los que le dan salida al trabajo de investigación de la universidad. En ambos campos ocupa un lugar central un sistema particular de competencias y recompensas que hace avanzar a los académicos en sus respectivas carreras y que los puede dotar incluso de la reputación del más alto valor simbólico. Este sistema, por más que resulte incomprensible para el editor no universitario, es finalmente dentro del cual se deciden las publicaciones del mundo universitario. Esto explica que si bien a la editorial universitaria llegan originales que cuentan con el aval del campo científico dentro

del que se originan, no necesariamente significa que, convertidos en libros por su apariencia física, satisfagan alguna necesidad, formativa, intelectual, instrumental o de goce estético de lectores que muchas veces ni siquiera han sido imaginados. En su origen, estos contenidos fueron preparados para lograr otros objetivos: certificar que un académico es digno de ostentar un grado de maestro o doctor, mejorar una trayectoria académica, obtener puntajes dentro de los tabuladores universitarios o del Sistema Nacional de Investigadores. Son contenidos que no fueron escritos para satisfacer necesidades de algún hipotético lector. Personalmente puedo referir más de un caso en el que un académico, al negarse a trabajar un texto en función del proyecto editorial que se le plantea, argumentó que no le interesa que lo lean, le interesa que lo publiquen.

La edición universitaria se ve condicionada, no solo por las lógicas del campo académico, sino también por las lógicas internas de la institución de adscripción. Muchas universidades conciben el trabajo de su editorial como el de una oficina que gestiona impresiones y cuyo único mérito es reproducir un original de manera industrial. Otras lo conciben como el de una agencia editorial al servicio de los académicos, y en realidad muy pocas la conciben como una verdadera editorial, es decir, con autonomía para conformar su propio catálogo, para decidir lo que publica en función de un proyecto editorial claro y riguroso.

La evidencia empírica de este estudio exploratorio arroja información relevante sobre todo en tres sentidos:

- 1. Confirma las carencias que privan en la edición universitaria mexicana, que refieren mucho del lugar e importancia que se le asigna a la editorial dentro de su institución de adscripción.
- 2. Muestra los enormes esfuerzos que se realizan para la promoción y venta del libro universitario, marcados sobre todo por la falta de oficio. Recordemos que apenas el 15% de las instituciones considera como calificado a su personal de distribución.
- 3. Evidencia los pobres resultados de venta y lo poco atractivo que resulta el libro universitario en los circuitos comerciales.

Libro EULAC.indb 171 18/10/2011 11:18:52 a.m.

Y es que el perfil de los catálogos universitarios y de los libros que los conforman se explica, más allá de la falta de oficio en la gestión, en razón de los campos y las lógicas dentro de las que se inscribe la edición universitaria, es decir, en función de las necesidades académicas de la institución.

En la medida de que el editor universitario reconozca y entienda lo anterior, podrá redefinir sus esfuerzos y modificar sus prácticas tanto de edición como de distribución para que sus contenidos, altamente especializados, puedan alcanzar a sus verdaderos destinatarios, es decir, a las comunidades académicas.

Es un hecho que la revolución digital ha alcanzado ya a la edición académica, impacto que se dio primero en el campo de la edición científica o de revistas especializadas, y que comienza a darse también en la edición de libros.

El estudio exploratorio de la Red Altexto indica que 46% de las instituciones de educación superior registra una incipiente edición electrónica de libros (tabla 21), mientras que el formato que predomina en la edición electrónica es el pdf (tabla 22), tal vez por la seguridad que representa en función de la inestabilidad en los dispositivos de lectura y por la inexperiencia en estos nuevos contextos. Con todo, los editores universitarios están obligados a acelerar sus cambios, pues cada vez más estudiantes y académicos recurren a internet y a las redes sociales. Las computadoras y tecnologías móviles están cambiando la manera como los seres humanos se comunican, y la comunicación académica no es una excepción.

Tabla 21. Formatos de publicación

Formatos	Instituciones	Porcentaje
Solo libro y revista impresa	12	26
Libro impreso y revista electrónica	10	22
Incipiente edición electrónica también en libros	21	46
Publica más del 50% de libros electrónicamente	1	2
Todo lo impreso tiene versión electrónica	2	4
Total	46	100

Tabla 22. Formatos en la edición electrónica

Formato	Instituciones	Porcentaje
pdf	23	68
html	4	12
Ambos	7	20
Total	34	100

#### Referencias

Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe (Cerlalc) (2006). *El espacio latinoamericano del libro*. Bogotá: Cerlalc.

John B. Thompson (2005), "Survival strategies for academic publishing". En *The Chronicle of Higher Education*; 17 de junio.

#### Anexo

Instituciones de Educación Superior que participaron en el estudio:

- 1. Asociación Nacional de Universidades e Instituciones de Educación Superior (anuies)
- 2. Centro de Investigación y Docencia Económicas (cide)
- 3. El Colegio de la Frontera Norte (Colef)
- 4. El Colegio de la Frontera Sur (Ecosur)
- 5. El Colegio de Jalisco (Coljal)
- 6. El Colegio de México (Colmex)
- 7. El Colegio de Michoacán (Colmich)
- 8. El Colegio de Sonora (Colson)
- 9. El Colegio de San Luis (Colsan)
- 10. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso) México
- 11. Instituto Nacional de Ecología (Inecol)
- 12. Instituto Nacional de Salud Pública (insp)
- 13. Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente (iteso)
- 14. Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey (itesm)

Libro EULAC.indb 173 18/10/2011 11:18:52 a.m.

- 15. Universidad Anáhuac
- 16. Universidad Autónoma Agraria Antonio Narro (uaaan)
- 17. Universidad Autónoma de Aguascalientes (uaa)
- 18. Universidad Autónoma de Baja California (uabc)
- 19. Universidad Autónoma de Baja California Sur (uabcs)
- 20. Universidad Autónoma de la Ciudad de México
- 21. Universidad Autónoma de Coahuila
- 22. Universidad Autónoma de Chapingo
- 23. Universidad Autónoma de Chihuahua
- 24. Universidad Autónoma de Ciudad Juárez (uacj)
- 25. Universidad Autónoma de Hidalgo
- 26. Universidad Autónoma de Nayarit
- 27. Universidad Autónoma de Querétaro
- 28. Universidad Autónoma de Tlaxcala
- 29. Universidad Autónoma de Yucatán
- 30. Universidad Autónoma de Zacatecas
- 31. Universidad Autónoma del Estado de México
- 32. Universidad Autónoma del Estado de Morelos
- 33. Universidad Autónoma Metropolitana
- 34. Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas
- 35. Universidad de Colima
- 36. Universidad de Guadalajara
- 37. Universidad de Guanajuato
- 38. Universidad de las Américas. Puebla
- 39. Universidad de Quintana Roo
- 40. Universidad Iberoamericana
- 41. Universidad Juárez del Estado de Durango
- 42. Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo
- 43. Universidad Nacional Autónoma de México
- 44. Universidad Pedagógica Nacional
- 45. Universidad Popular Autónoma del Estado de Puebla
- 46. Universidad Veracruzana

Libro EULAC indb 174 18/10/2011 11:18:52 a.m.

# Comentarios finales

# Pertinencia y calidad: retos para la socialización del conocimiento desde las editoriales universitarias\*

Ingrith Torres Torres\*\*
María José Molano Valencia\*\*\*

El discurso, ya se sabe, tiene el poder de retener la flecha ya lanzada, en un retraimiento del tiempo que es su espacio propio. Michael Foucault

La actividad editorial universitaria en el contexto latinoamericano tiene sus inicios en la década de 1980, cuando estas unidades académicas surgen en las instituciones de educación superior con el propósito de constituirse en las dependencias encargadas de socializar, divulgar, circular y visibilizar la producción científica resultante del quehacer investigativo y docente de las universidades de la región.

<sup>\*</sup> Agradecemos los comentarios y correcciones de Claudia Luque Molano, asistente de la Editorial Universidad del Rosario.

<sup>\*\*</sup> Lingüista y candidata a máster en Literatura Latinoamericana de la Pontificia Universidad Javeriana. Coordinadora editorial de la Editorial Universidad del Rosario.

<sup>\*\*\*</sup> Comunicadora social de la Pontificia Universidad Javeriana. Especialista en gestión de la producción editorial de la Fundación Gutenberg de Artes Gráficas, Buenos Aires, Argentina. Coordinadora de publicaciones periódicas de la Editorial Universidad del Rosario.

Así, la necesidad de transmitir este conocimiento hizo que aquel objeto llamado *libro* se incorporara totalmente al sistema organizacional universitario y que esta percepción se mantuviera hasta nuestros días, pues decir que la universidad es productora de libros significa recordar su carácter de servicio cultural, y esto tiene que ver con enseñar la comunicación humana. Al respecto Simón Méndez dice: "...la universidad y el saber académico no se entienden sin el libro, pero tampoco éste se explica sin la universidad" (2004, p. 120).

Así como las instituciones universitarias ejercen un magisterio de educación, una buena producción editorial debe aunar fuerzas para que, centrada en el presente, logre vincular el pasado y el futuro de la sociedad. De ahí que las editoriales universitarias en América Latina coincidan en un proceso: la ampliación de los canales de difusión y el mejoramiento del nivel de impacto del conocimiento, mediante el uso de los nuevos recursos digitales, para evitar que el libro impreso, como único medio de circulación, restrinja y marque límites a la información científica, como lo expresa Ángel Nogueira:

...la edición universitaria debe contemplar las necesidades concretas de su población y entorno: alumnos, profesores, investigadores, profesionales y el propio interés de la sociedad, el servicio más importante que la actividad universitaria debería ofrecer a su comunidad social es la difusión libre del conocimiento [...]. De esta manera, el criterio prioritario de su actividad habría de ser la producción de conocimiento, su inmediata difusión y su libre circulación. (Nogueira, 2009, p. 38).

La universidad, como institución formadora, se enfoca en generar en los lectores competencias para apropiar la información y traducirla en conocimiento; y sus editoriales, como mediadoras culturales, buscan garantizar que esa información esté al alcance de todos. Por eso las editoriales ahora cuentan con bases de datos, índices científicos, buscadores, redes sociales, servidores de información e impresión por demanda, recursos que han abierto espacio

para el uso y, sobre todo, la circulación de la producción científica que difunden las editoriales universitarias, la cual da cuenta de la calidad propia y del quehacer de la universidad.

Por lo anterior, la visibilidad se ha convertido en un reto para las editoriales académicas, las cuales últimamente han dejado el *mar-keting* y las ventas en un segundo plano —aunque, sin duda siguen siendo importantes—, para preocuparse por facilitar a los usuarios un mayor "uso social de la información", pues, como dice Shavelzon, "Serán los contenidos, y no los dispositivos de lectura, los determinantes del futuro de la edición, tanto en papel como electrónica" (2009, p. 49), y la edición universitaria está empezando a contemplar esta idea.

Estas preocupaciones comunes en el marco de la edición académica latinoamericana han permitido tejer una gran red entre editores y editoriales para formar alianzas, promover el libre acceso a la información, compartir su producción académica y científica y generar sistemas de información que —como hasta ahora se ha hecho con las revistas— visibilicen también sus libros. Con ello buscan aprovechar los beneficios de estandarización, gratuidad e internacionalización implícitos en estas nuevas prácticas y así aprovechar lo que la editora mexicana Hilda Elena Hernández denomina "el derecho a la bibliodiversidad universal".

Estos retos frente a las nuevas tendencias, tecnologías y formas de relacionarse de los individuos obligan a repensar la función de las editoriales universitarias y a concluir que la respuesta está en la adaptación y la innovación, premisas del mundo actual frente a las cuales las editoriales académicas no deben quedarse atrás.

Los temas expuestos, además de otros que giran alrededor de la producción editorial académica en nuestros días, son y seguirán siendo tratados —con toda seguridad— en compilaciones como la de este libro. Ésta en particular presenta la transformación que sufre la edición universitaria en México, Argentina, Brasil y Colombia; y, por otro lado, abre un espacio para la reflexión sobre las nuevas exigencias que impone la tecnología como vehículo facilitador de la

Libro EULAC,indb 177 18/10/2011 11:18:53 a.m.

información. Sin embargo, más allá de consideraciones insurgentes de lo que ha sido y sigue siendo la edición, aquí se plantea la existencia de un reto formativo para los lectores: se trata de beneficiar, con buenas prácticas, métodos y políticas editoriales transparentes, a todos los implicados en el proceso (autores, lectores, instituciones y a la sociedad misma), ampliando las barreras del conocimiento y compartiendo experiencias sobre la producción científica local y su incidencia global.

#### Referencias

- Nogueira, Ángel (2009). "Editoriales independientes. Un proyecto posible y plural enfrentado a una realidad social y política adversa". En: *Impronta*, núm. 6, julio-diciembre de 2009. pp. 36-39.
- Schavelzon, Guillermo (2009). "Bienvenida la crisis", en: *El Mal*pensante, núm. 96, pp. 48-53.
- Simón Méndez, Maite (2004). "La edición universitaria en España: antecedentes, situación actual y retos del futuro", en: *Competitividad y demanda. Desafíos del oficio editorial.* Memoria del II Foro Internacional de Editores-2003, México, pp. 120-128.

Libro EULAC.indb 178 18/10/2011 11:18:53 a.m.

Este libro fue compuesto en caracteres Garamond de 11 puntos, impreso sobre papel beige de 70 gramos y encuadernado con método Hot Melt en el mes de agosto de 2011,

Bogotá, D.C., Colombia

Libro EULAC.indb 179 18/10/2011 11:18:53 a.m.

Libro EULAC.indb 180 18/10/2011 11:18:53 a.m.